

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fabiana Cristina da Conceição

A religião e a formação do cidadão:
um estudo sobre a obra *Ensino Religioso* e *Ensino Leigo* de Leonel
Franca

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

São Paulo
2012

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Fabiana Cristina da Conceição

A religião e a formação do cidadão:
um estudo sobre a obra *Ensino Religioso* e *Ensino Leigo* de Leonel
Franca

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

Dissertação apresentada á Banca Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo, como exigência parcial para obtenção
do título de Mestre em Ciências da Religião,
sob orientação do prof. Dr. João Décio Passos.

São Paulo

2012

BANCA EXAMINADORA

*Aos meus pais Nilza e José Carlos, que em
tudo me apoiaram desde a minha mais
tenra idade.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade que me concedeu de realizar esse trabalho dentro da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a qual sonhei por anos integrar e principalmente pela sustentação nos momentos mais difíceis ao longo dessa trajetória.

Agradeço a toda minha família, especialmente aos meus pais e a minha irmã que me apoiaram e me auxiliaram durante todo esse tempo. Vocês sabem, que sem esse apoio, eu não teria condições de seguir adiante.

Agradeço a todos os professores do Programa de Ciências da Religião da PUC-SP pelas aulas maravilhosas que nos ministraram, e pelo incentivo na pesquisa.

Agradeço ao meu orientador o Prof. Dr. João Décio Passos que me deu de presente essa obra de Leonel Franca para trabalharmos em nossa dissertação. Agradeço pela generosidade em ter me oferecido tão valiosa descoberta.

Também agradeço especialmente ao Prof. Dr. Afonso Maria Ligório Soares e ao Prof. Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, que me deram a satisfação em acompanharem a produção desse trabalho, e por terem aceito nosso convite e participado de nossa banca no exame de qualificação. Muito obrigada pelas preciosas colaborações.

Um agradecimento especial a Andréia, secretária de nosso Programa de Ciências da Religião, pela disposição e competência nos serviços prestados.

Agradecemos ao *Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio*, na pessoa de Clóvis Gorgônio que gentilmente nos forneceu todas as fotos contidas nessa dissertação e não mediou esforços em nos ajudar.

Também agradecemos a *Biblioteca Pe. Antonio Vieira – Pateo do Collegio*, na pessoa da bibliotecária Silvia Maria Azevedo que nos auxiliou a encontrar uma obra sobre o padre Leonel Franca.

Agradecemos aos bibliotecários, especialmente ao Sérgio Antonio Rossini da *Biblioteca da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Campus de Rio Claro*, que generosamente nos auxiliou em nosso levantamento bibliográfico.

Finalmente agradecemos a *CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior*, por ter financiado essa pesquisa.

RESUMO

O objetivo desse trabalho é discutir a importância do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras a partir da obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* de Leonel Franca publicada em 1931 com a finalidade de garantir constitucionalmente o retorno do Ensino Religioso nas escolas. Leonel Franca empenhou-se a fim de reinseri-lo nos bancos escolares por acreditar que tal ensino é indispensável à formação moral do cidadão. Sua obra traz elementos acerca da educação moral e de sua interferência no âmbito social. Utiliza pesquisas empíricas e deixa sempre em evidência que as sociedades adeptas ao Ensino Religioso tinham números de criminalidade muito baixos em comparação com as escolas laicizadas, resultado de uma educação integral que auxilia na formação da consciência moral sendo esta uma questão ético-religiosa que repercute na vida social. Desse modo é imprescindível que o aluno encontre respostas a questionamentos que todo o ser humano se faz durante a sua vida, no que se refere a sua finalidade, destino e além-túmulo. Esse trabalho preocupou-se em considerar o contexto ao qual o autor esteve inserido, bem como as principais influências que nortearam o seu trabalho.

Palavras-chave: Leonel Franca. Ensino Religioso. Escolas públicas brasileiras. Educação. Religião.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the importance of the religious teaching in Brazilian public schools based on the book "Lay Religious Education and Teaching" by Leonel Franca, published in 1931 in order to constitutionally guarantee the return of religious education in schools. Leonel Franca strove to reinsert religious education believing that the religious teaching is indispensable for the moral formation of the citizen. His work brings elements about moral education and its interference in social scope. It uses empirical research and leaves in evidence showing a society that had religious teachings had a low index of criminal activity compared to the ones which did not. The result of a comprehensive education like this helps in the formation of moral conscience, thus being an ethical-religious question that resonates in social life. Therefore, it is essential for the student to find answers to the questions that every human being asks themselves during their lives pertaining to life's end, our destiny and afterlife. This work was concerned with considering the context in which the author used; and also the main influences that guided his work.

Key-words: Leonel Franca. Religious Teaching. Brazilian Public Schools. Education. Religion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I – LEVANTAMENTO HISTÓRICO DE LEONEL FRANCA: O PADRE JESUÍTA E SEU CONTEXTO	18
1. Fundamentações do posicionamento do catolicismo brasileiro entre os séculos XIX e XX	20
2. O fim do Padroado, o Estado laico e a reação da Igreja	31
CAPÍTULO II – LEONEL FRANCA: TRAÇOS BIOGRÁFICOS	57
1. Primeiros passos: vocação versus saúde física	58
2. Do ingresso na Companhia de Jesus à sua ordenação sacerdotal: nascimento de um educador	61
3. Atuação e contribuições no campo educacional brasileiro	68
CAPÍTULO III – ESTUDO DA OBRA <i>ENSINO RELIGIOSO E ENSINO LEIGO: ASPECTOS PEDAGÓGICOS, SOCIAIS E JURÍDICOS</i>.....	84
1. O contexto imediato	85
1.1 O contexto político	86
1.2 O contexto eclesial	88

1.3 O contexto do Ensino Religioso	90
2. Apresentação da obra	92
2.1 Abordagem do aspecto pedagógico.....	93
2.2 Abordagem do aspecto social.....	101
2.3 Abordagem do aspecto jurídico	110
2.4 O Ensino Religioso no Brasil.....	120
3. Considerações sobre a obra	122
CAPÍTULO IV – O ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO LAICO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS.....	125
1. Principais influências eclesiásticas no intelecto de Leonel Franca	126
1.1 O Tomismo e o <i>Ratio Studiorum</i>	127
1.2 A Igreja Católica na pessoa de seus Papas.....	130
2. Contribuições pedagógicas	133
2.1 Johann Heinrich Pestalozzi e Friedrich Wilhelm Foerster	134
3. Relevância do estudo da obra <i>Ensino Religioso</i> e <i>Ensino Leigo</i> em nossa contemporaneidade	143
3.1 Importância histórica no debate do Ensino Religioso nos anos de 1930	144
3.2 Relevância da obra <i>Ensino Religioso</i> e <i>Ensino Leigo</i> para a história do Ensino Religioso no Brasil e para os debates atuais	152
3.3 O papel das Ciências da Religião	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS.....	164

ANEXO A – FIGURAS.....173

ANEXO B – LEGADO DE LEONEL FRANCA.....179

INTRODUÇÃO

Esse trabalho visa estudar a obra “*Ensino Religioso e Ensino Leigo: aspectos pedagogicos, sociaes e juridicos*” de Leonel Franca, datada de 1931 que, por conseguinte, tem como base a Constituição Brasileira de 1891, e têm em vista abordar as influências do Ensino Religioso e do Ensino Leigo, em consonância com a pluralidade religiosa existente.

Neste período, imperava no Brasil o regime laico, onde não mais havia o Ensino Religioso nas escolas públicas, que até então existia em sua modalidade confessional, especialmente, ou talvez possamos dizer que exclusivamente católico.

O conteúdo desse livro vem debater, nesse contexto, as consequências da retirada do Ensino Religioso enquanto componente curricular nas escolas. Com isso, o governo brasileiro negava às famílias o direito de escolha que as mesmas deveriam possuir, uma vez que, a grande questão que tomou conta da situação, era não haver ao menos a possibilidade de um Ensino Religioso em caráter facultativo.

O estudo que Leonel Franca desenvolveu durante o calor desses acontecimentos sobre o ingresso do Ensino Religioso nas instituições de ensino brasileiras, ou melhor, a reinserção desse ensino, foi de relevante importância na época, pois fez com que o governo revisse as novas leis educativas que

vigoravam, de modo a favorecer o direito de escolha das famílias perante a retomada de tal ensino nas salas de aulas.

Primeiramente, objetivamos por meio desse estudo, contextualizar e conhecer essa obra de Leonel Franca que teve grande expressividade em sua época, com a finalidade de verificar em que medida ela foi uma importante resposta para o período em estudo. Dessa forma, observaremos até que ponto a obra atentava-se aos problemas que o Ensino Religioso enfrentava, com o intuito de oferecer uma proposta adequada àquela situação.

Em um segundo momento, buscaremos possíveis conceitos que possam estabelecer uma relação dialógica frente à atual situação do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, e desse modo, concluiremos se tal discussão tem ou não, semelhanças coetâneas.

Desse modo, iniciaremos esse trabalho contextualizando o leitor sobre os acontecimentos que marcaram época e se manifestaram nessa conjuntura histórica, política, social, educacional e religiosa em que a obra de Leonel Franca *Ensino Religioso e Ensino Leigo* foi escrita, com a finalidade de alcançarmos uma melhor compreensão da linha de pensamento traçada pelo autor.

Leonel Franca nasceu no Rio Grande do Sul no final do século XIX, vivendo em um período conturbado para a religião católica no Brasil. Com o declínio da monarquia e o advento do Regime Republicano, a estrutura do catolicismo brasileiro passou por uma intensa crise, resultado também do processo de secularização implantado pelo novo sistema político brasileiro.

Com o fim do Padroado e Beneplácito, estruturas que vinculavam o catolicismo ao Estado brasileiro, a Igreja Católica se viu diante de uma situação inédita: não detinha mais os privilégios que desfrutou desde o início do processo colonizador. Tal situação afetou o interesse e a atuação religiosa nas diversas esferas sociais, incluindo sua participação no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse quesito, o catolicismo desfrutou de sua prerrogativa durante o período colonial e também no regime monárquico. Cabia a Igreja a tarefa de educar. Eram os colégios dirigidos por religiosos que ensinavam os filhos da elite brasileira. Durante séculos os únicos estabelecimentos educacionais eram

vinculados a alguma Ordem ou Congregação Religiosa. Nesse contexto, seria natural imaginarmos que o ensino confessional era inquestionável.

Essa situação é transformada radicalmente após 1889. Com a deposição de Dom Pedro, os líderes do novo Regime Republicano viam como necessário um afastamento do Estado da Religião. Esse processo, que muitos denominam de secularização, estatizou cemitérios, terras da Igreja e também escolas.

A partir de então, coube ao Estado e não mais à Igreja a tarefa de educar e de formar os cidadãos. É devido a essa alteração no comando do processo formador que se começou a discutir a presença do chamado Ensino Religioso na grade curricular e seus diversos aspectos. É justamente essa a abordagem efetuada por Leonel Franca no início dos anos de 1930.

Para esse autor, quando surge no educando a necessidade em conhecer elementos que lhe tragam sentido às questões acerca de seu destino, ou de seu fim último, nota-se a impossibilidade científica de responder a tais questionamentos. A ciência nunca conseguiu explicar os problemas sobre a origem da vida, da sua finalidade e além-túmulo. Todo ser humano tem em si essas inquietações e segundo Leonel Franca é preciso tratá-las com uma “sã pedagogia”.

Nesse segmento, para Leonel Franca diferenciar instrução de educação é um dos elementos chave a ser discutido por ele nessa obra. Enquanto que por um lado o autor coloca a instrução como uma mera preparação de técnicos, utilizando um trabalho que somente desenvolva a inteligência para ser utilizada como um meio, isto é, apenas em grau instrutivo, a educação é vista como aquilo que plasma o homem, que trabalha em sua totalidade natural estando em harmonia com todas as suas faculdades. Isto posto, a educação seria um fim, a razão de ser de toda atividade pedagógica.

Leonel Franca embasa seu discurso no pensamento de autores de diversas áreas, bem como em pedagogos como exemplos Johann Heinrich Pestalozzi, Lars Eskeland, Baden-Powell e Friedrich Wilhelm Foerster. Para eles, a educação tem que estar empenhada com a religião para ser verdadeira. O ato de educar comprehende todas as esferas do indivíduo, por conseguinte, a religiosidade também faz parte do processo educativo. Nesse contexto a educação não está

dissociada da religião, mas ao contrário, a educação não pode deixar de ser essencialmente religiosa. Se a educação ignorar a religião estará fazendo o mesmo papel da escola laica de então, instruindo pessoas e não educando cidadãos.

Nessa conjuntura, um dos pontos mais importantes e que sempre levaremos em consideração, é a posição da família. O Ensino Religioso facultativo tem essa visão: deixar a cargo das famílias a matrícula de seus filhos nessa disciplina ou não, respeitando dessa maneira tanto a oferta de tal ensino quanto o seu caráter optativo.

Desse modo, a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* de Leonel Franca, trata especialmente sobre as questões acerca do Ensino Religioso no Brasil nos anos de 1930. A escolha em se trabalhar com uma obra do século passado é justificada pela afirmação de que o panorama educativo apontado pelo autor naquele contexto em muito se parece com nossa atualidade.

Podemos pensar que tal possibilidade de diálogo esteja relacionada ao fato de termos as mesmas inquietações que todos os seres humanos possuem. Refletir sobre o significado da vida, a morte e ideias além-túmulo, são questionamentos que ainda hoje a ciência não conseguiu encontrar respostas contundentes, que satisfaçam as necessidades e anseios humanos, e, são questões que a própria Pedagogia também não sabe muito bem como trabalhar com seus educandos no dia-a-dia escolar.

Atualmente no Brasil o Ensino Religioso nas escolas é obrigatório, e cada Estado brasileiro tem autonomia para realizá-lo da maneira mais apropriada às suas necessidades, porém, sua matrícula é assegurada em caráter facultativo, ficando a critério das famílias optarem pela matrícula de seus filhos nessa disciplina. Contudo, tal ensino simplesmente é inexistente em diversas Unidades de Ensino do Brasil.

Observando cautelosamente verificamos que infelizmente em muitas escolas que possuem o Ensino Religioso instituído enquanto disciplina, ocorre uma série de obstáculos que têm tornado a aplicabilidade desse ensino autoritária ou muitas vezes faz com que a mesma ocorra de maneira errônea e deveras equivocada.

São inúmeros os entraves encontrados nas questões que versam sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras. Ausência de profissionais capacitados, grades curriculares definidas e metodologias adequadas são apenas alguns dos principais empecilhos na realização de uma proposta pedagógica educativa e efetiva.

Ressaltamos que nossa pesquisa está centrada na questão da religiosidade do indivíduo enquanto ser reflexivo e atuante na sociedade. A saber, no ano de 1998, o Conselho Nacional de Educação enquanto instituía as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, entendeu que atualmente a importância do Ensino Religioso nas escolas é primordial. Para tanto, o Ensino Religioso foi elevado à categoria de área de conhecimento, passando este a integrar-se entre as dez áreas de conhecimento que compõem a base nacional comum, assegurando a equidade ao ingresso aos conhecimentos religiosos que permeiam toda humanidade.

Atualmente é possível notarmos que a temática sobre o Ensino Religioso nas escolas vem sendo amplamente discutida não somente em virtude do grande questionamento sobre a sua colocação enquanto uma área de conhecimento, mas também por ter seu desenvolvimento pautado em toda trajetória na história da educação brasileira e mundial, por conseguinte, a literatura nessa área é vasta, havendo muitas pesquisas sendo realizadas sobre diversos enfoques.

Acreditamos que a obra de Leonel Franca teve contribuição para uma reelaboração do papel da Igreja Católica na sociedade de então, no contexto republicano da separação Igreja e Estado. Pensamos que essa reestruturação tenha sido decisiva no reequilíbrio das forças, na refundamentação do papel público da Igreja, da religião e da sociedade.

Baseando-se nesses fatores elucidados, presumimos que a obra que escolhemos estudar nessa dissertação, inovou na defesa da necessidade de educação religiosa nas escolas públicas brasileiras, contribuindo nos âmbitos pedagógicos, sociais e jurídicos.

Desse modo é fundamental considerarmos a coerência interna do pensamento de Leonel Franca e sua relevância para a época, em observância aos alcances e aos limites de sua obra, bem como, verificarmos se sua obra dialoga

com as atuais questões que versam sobre a temática do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

Com esse estudo desenvolvemos uma pesquisa fundamentalmente de cunho bibliográfico no interior do livro *Ensino Religioso e Ensino Leigo – aspectos pedagogicos, sociaes e juridicos*. Tal pesquisa também contará com o estudo de diversos textos e documentos legais contemporâneos ao autor e que certamente o embasaram tanto na escrita dessa obra acima mencionada, quanto serviram de fonte reflexiva para o mesmo. Também é importante levar em consideração o conceito teórico Tomista que está arraigado às reflexões de Leonel Franca.

Nesse segmento, realizamos um levantamento bibliográfico utilizando importantes subsídios provenientes de obras clássicas tendo como meta enriquecer as possíveis interpretações oriundas do objeto de estudo desse trabalho, sempre dialogando com os conceitos e abordagens condizentes aos aspectos anteriormente elucidados.

No mais, o projeto contará com a obra *Redação Científica de João Bosco Medeiros*, utilizando-a como apoio metodológico para o devido enquadramento nas normas técnicas. Toda a formatação técnica dessa dissertação terá embasamento nesse autor e em sua referida obra. Salientamos ainda que optamos por transcrever todas as citações desse trabalho em sua escrita original, havendo em alguns momentos divergências com a atual grafia.

Optamos por utilizar como referencial teórico desse trabalho o pensamento do filósofo francês *Jacques Maritain* (1882-1973) por considerarmos que esse autor possui uma gama de conceituadas obras que nos auxiliará na compreensão do tema abordado. Ademais, utilizaremos nessa pesquisa especialmente a sua obra intitulada *Humanismo Integral* (1942) a fim de contribuirmos na compreensão do intelecto de Leonel Franca.

Também não poderíamos nos esquecer da contribuição teórica (citada por Leonel Franca em sua obra que estudamos) oferecida pelo pedagogo suíço *Johann Heinrich Pestalozzi* (1746-1827) e pelo alemão doutor em filosofia e também educador *Friedrich Wilhelm Foerster* (1869-1966). Desse modo acreditamos ser possível estabelecer um diálogo entre a prática de Leonel Franca no âmbito educacional fundamentada nos referenciais por ele acarreados.

Destarte, quanto às filosofias tomistas e/ou neotomistas, optamos por trabalhar com o autor *Fernando Arruda Campos* (1930-), sobretudo em seus livros *Tomismo e Neotomismo no Brasil* (1968) e *Tomismo no Brasil* (1998), pois o mesmo realizou um minucioso estudo de cunho tradicional estabelecendo uma relação com a perspectiva tomista de Leonel Franca. Embora não seja um trabalho coetâneo a obra, sua relevância legítima nossa escolha.

A dissertação será dividida em Quatro Capítulos e mais as Considerações Finais. No Primeiro Capítulo apresentaremos a abordagem histórica que caracteriza todo o contexto sócio-cultural, político, econômico e religioso da época em que a obra em estudo foi elaborada. Em um segundo momento, faremos um estudo sobre as questões religiosas e os conceitos teóricos inseridos naquele contexto.

No Segundo Capítulo conheceremos mais detalhadamente a ilustre figura do padre jesuíta Leonel Franca, desde o seu nascimento até o momento de seu falecimento. Exporemos a sua influência no que compete ao Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, especialmente na parte legal. Ademais, apresentaremos sucintamente as suas principais obras e também os marcos de sua trajetória que perduram até os dias de hoje, uma vez que traremos uma lista completa do seu legal no Anexo II dessa dissertação.

No Terceiro Capítulo trataremos especificamente da obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo: aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos*. Nesse capítulo, apresentaremos em um primeiro momento, o contexto imediato, o político, o eclesial e o do Ensino Religioso daquele período, seguido por uma breve explanação sobre a obra como um todo. Posteriormente, desenvolveremos uma resenha crítica de cada um dos aspectos apresentados pelo autor. Aqui traremos a tona o real pensamento de Leonel Franca e prepararemos o tema para que possa ser discutido e analisado no próximo capítulo.

Desse modo, no Quarto e último Capítulo, almejamos elaborar aproximações com as causas latentes do Ensino Religioso compreendido por Leonel Franca no contexto dos anos de 1930. Para isso, utilizaremos alguns dos referenciais teóricos que o próprio autor empregou em seu estudo. Dessa forma, verificaremos se existe uma coerência interna de seu pensamento, considerando

os autores contemporâneos a ele. Nesse capítulo, também realizaremos uma reflexão sobre as possíveis contribuições da obra de Leonel Franca para os debates atuais sobre o Ensino Religioso nas escolas, bem como apresentaremos o olhar das Ciências da Religião sobre essa temática.

E por fim, faremos os comentários desse estudo nas Considerações Finais, onde buscaremos responder em que medida a obra, objeto dessa dissertação de mestrado, soube responder às objeções que se colocava ao ensino religioso; quais os argumentos e/ou conceitos a destacar que forneceram um aparato teórico, que fundamentaram a causa? Destarte, avaliaremos em que medida a obra responde esses questionamentos ao menos em sua época. Também discorreremos sobre como se deu a trajetória desse estudo, observando se os empecilhos encontrados dificultaram ou de alguma forma contribuíram para o avanço da pesquisa, abordando os alcances e limites desse trabalho.

Ademais, consideraremos se há coerência interna do pensamento na obra de Leonel Franca que de alguma forma hoje possa iluminar a atual concepção de Ensino Religioso, ou seja, que responda a premissa se houve ou não uma correspondência dialógica.

CAPÍTULO I

LEVANTAMENTO HISTÓRICO DE LEONEL FRANCA: O PADRE JESUÍTA E SEU CONTEXTO

Não podemos abordar uma obra de tão grande importância como *Ensino Religioso* e *Ensino Leigo* sem levarmos em consideração que a mesma foi escrita por um autor profundamente enraizado em seu contexto histórico. Em outras palavras, não poderemos jamais compreender corretamente o texto do padre jesuíta Leonel Franca sem antes conhecermos traços de sua vida, bem como nos aprofundar, ainda que panoramicamente, no ambiente histórico em que ele viveu.

Mais do que simplesmente ser um espectador da história, padre Leonel Franca a viveu intensamente a partir de seu papel enquanto sacerdote da Companhia de Jesus. Quantos fatos e acontecimentos históricos importantes ocorreram durante a passagem do século XIX para o século XX que ele pode vivenciar.

Por questões metodológicas, vamos nos deter apenas aos acontecimentos que consideramos de maior relevância para os intentos dessa pesquisa. Sendo assim, abordaremos especificamente as condições da Igreja Católica brasileira no período marcado pelo ocaso do Império e o consequente fim do Padroado, além da implantação do Regime Republicano.

É importante ressaltarmos que neste momento da história brasileira, a Igreja Católica no Brasil passava por uma intensa fase conhecida como Romanização, em consonância com a doutrina Ultramontana implementada em Roma.

Como ressaltamos acima, Leonel Franca viveu no momento da implantação do Regime Republicano brasileiro, marcado pela separação definitiva do Estado da Religião. O governo laico, atendendo aos interesses dos grandes produtores rurais, relegou a Igreja Católica ao segundo plano, afetando diretamente todas suas estruturas.

Uma das grandes bandeiras do período republicano foi sem sombra de dúvidas a liberdade de culto que nesse contexto obviamente contrastava com a realidade do ensino confessional, ministrado por padres e freiras, que comandavam a esmagadora maioria das instituições de ensino existentes no Brasil.

Tendo como embasamento sua biografia, apresentaremos como Leonel Franca se posicionou diante de todas essas importantes e delicadas questões que marcaram o Brasil no início do século XX, destacando traços de sua formação teórica, como o Tomismo, que se faz presente em todas suas obras, incluindo a analisada por essa dissertação.

É igualmente válido destacarmos que nos concentraremos nos pontos acima tendo como premissa os aspectos inerentes ao campo educacional brasileiro das escolas da rede pública de ensino. Desse modo veremos como as causas que versam sobre o Ensino Religioso no país foram influenciadas e transformadas a partir da implantação da República, bem como as reações católicas a essas transformações.

Acreditamos que a partir desse levantamento histórico, construiremos as bases necessárias para contextualizar adequadamente a obra por nós analisada nessa dissertação de mestrado, possibilitando uma melhor e mais aprofundada compreensão da referida obra em sua totalidade, algo que faremos no terceiro capítulo.

1. Fundamentações do posicionamento do catolicismo brasileiro entre os séculos XIX e XX

No decorrer da passagem do século XIX para o século XX a sociedade brasileira vivia um dos momentos mais importantes e delicados de sua história: o declínio do Império e a implantação do sistema republicano. Dom Pedro II é deposto em 1889 e em seu lugar assume Deodoro da Fonseca, militar responsável por garantir a estabilidade na implantação e consolidação da República.

Destarte a situação política, ainda havia diversos fatores de convulsão social, dentre os quais merece especial destaque a abolição da escravidão, ocorrida pouco tempo antes da implantação da República. Com a abolição do trabalho escravo, o governo sente-se obrigado a voltar a investir em mão de obra imigrante. Nesse panorama, a sociedade brasileira começa a sofrer uma mudança irreversível.

No aspecto religioso, a Igreja Católica no Brasil estava imersa no processo de romanização, ou seja, passava pela consolidação de um conjunto de reformas que, como o próprio nome já nos indica, procurou “romanizar” o catolicismo brasileiro. Esse delicado acontecimento será melhor explorado ao longo desse capítulo.

Para que possamos entender o catolicismo no final do século XIX, temos que voltar ao início do século, mais precisamente para a construção do modelo Ultramontano, que marcaria a Igreja Católica durante mais de cento e cinquenta anos. Com o final da Revolução Francesa, a Igreja enfrentava uma grave crise, acentuada pela vitória do liberalismo que destruía os últimos resquícios do medievalismo.

Uma breve análise histórica nos mostra que a Igreja Católica no Brasil possuía uma estrutura bem diferente do modelo europeu de Igreja. Pelos acontecimentos históricos, podemos afirmar que o catolicismo brasileiro só conheceu as determinações do Concílio de Trento (1545-1563) no século XIX, principalmente no que diz respeito à moralização do clero.

A partir da Revolução Francesa, o processo que denominamos de secularização, ou talvez nesse contexto seja mais adequado falarmos de *laicização*, uma vez que Pierre Pierrard (1982, p. 212) considera que “o triunfo da burguesia que marcaria o século XIX se faria acompanhar de uma profunda laicização das mentalidades”. Tal processo de laicização ganha impulso e se expande, colocando em risco todo o imaginário social católico construído no Concílio de Trento, no século XVI, e que até então não havia sofrido grandes questionamentos.

Assim como diversos autores, Pierre Pierrard (1982, p. 211-217) considera que as consequências sociais, políticas e religiosas da Revolução Francesa, contribuíam para criar uma nova conjuntura social que exigiu uma nova postura por parte da Igreja Católica, por meio da hierarquia, e também dos leigos que buscavam reler o Evangelho à luz da nova conjuntura.

Além disso, não podemos esquecer que foi no século XIX que a Igreja viu seu poder temporal quase desaparecer por completo. Sobre essa problemática, Odilão Moura afirma que:

O século XIX presenciou a laicização do mundo ocidental. O processo laicizante, que se iniciara com o humanismo do Renascimento e com a Revolução Luterana no século XVI, atingiu a plenitude no século XIX, perdendo então a Igreja a supremacia doutrinária, política e social que exercia desde os tempos medievais. (MOURA, 1978, p. 23).

As consequências da Revolução Francesa afetaram de maneira direta a supremacia exercida pela Igreja Católica desde antes da Idade Média. Isso ocorreu porque mais do que o momento revolucionário em si, a Revolução trouxe ao mundo novas concepções, novas ideologias que, em diversos aspectos, poderiam ser apontadas como contrárias aos pressupostos defendidos pelo catolicismo.

Concordamos com Pierre Pierrard (1982, p. 211-212) quando este afirma que, segundo determinados pontos de vista, a Revolução Francesa marcou a vitória da modernidade e do liberalismo, ao mesmo tempo em que colocou um ponto final nas ainda remanescentes estruturas medievais, abrindo espaço definitivo para a modernidade. Devido a isso, a Igreja Católica, no século XIX,

concebía o mundo moderno como algo extremamente negativo e nocivo à sua doutrina. Nesse segmento, esse mesmo autor afirma que:

não foi um fenômeno passageiro e superficial, um “delírio coletivo” sem futuro ligado a uma situação excepcional e explosiva. A longa cessação do culto em muitos lugares, a destruição dos sinais do culto e a abdicação de padres não são fatos episódicos cujos efeitos tenham desaparecido logo que as igrejas foram reabertas.

[...] É ao nível da vida sacramental que o cristianismo, abalado há muito tempo por hábitos comodistas e viciosos, sofreu uma grave perda em virtude da Revolução Francesa [...]. (PIERRARD, 1982, p. 217).

Pelos motivos acima elucidados, constatamos que para a alta cúpula religiosa, era necessário corrigir e reconstruir o mundo, recuperar para si a tutela social que a religião desempenhava sobre seus fiéis e que fora perdida a partir do movimento revolucionário francês.

Se analisarmos o magistério pontifício de quase todo século XIX, até o final do pontificado do Papa Pio IX, facilmente concluiremos que a pior ameaça para o catolicismo não era a Revolução, mas sim a modernidade como um todo. Mais do que isso, a modernidade era considerada a responsável pelos “males” sociais que direta e indiretamente conduziram à Revolução Francesa e às suas consequências.

Ainda nesse contexto, Jacques Maritain (1942) endossa a premissa de que a modernidade constituía uma grande ameaça para a fé católica. Dessa forma, o autor relata que:

Quanto da decadência da cristandade medieval e do advento dos tempos modernos, vê-se, de um lado, o mundo afastar-se progressivamente do Cristo; e doutro lado, constata-se que na história do mundo a Igreja representa ainda um muito grande papel, esforçando-se em manter o que havia sido adquirido quanto à realização dos princípios do direito natural na ordem temporal, e quanto à subordinação desta aos fins da ordem espiritual. Era esta uma posição de defesa necessária porém ingrata, porque arriscava de qualquer modo solidarizar, em aparente, o cristianismo com as estruturas de um mundo que de resto se deshumanizava cada vez mais. (MARITAIN, 1942, p. 109).

São muitos os questionamentos elencados pela Igreja Católica nesse período a fim de afirmar que o mundo moderno não traria benefícios à sociedade, mas ao contrário, a tornaria mais distante dos ideais almejados pela igreja e, por conseguinte, da presença de Deus.

O centralismo em Roma e na figura do sumo pontífice pode ser facilmente explicado, uma vez que os papas perceberam que o reforço de sua autoridade, justamente quando a mesma era amplamente questionada, era essencial para o sucesso de todo o projeto. O historiador Ivan Aparecido Manoel aponta as principais características desse projeto católico:

na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa e o concomitante reforço da idéia monárquica; na política interna, o centralismo em Roma e na pessoa do Papa e o reforço do episcopado; na esfera socioeconômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média, que se manifestará fortemente no Brasil, na década de 1930; na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento [...]. (MANOEL, 2004, p. 11).

Nessa conjuntura, nas palavras de Odilão Moura (1978, p.23), reforçar a autoridade pontifícia seria a única maneira encontrada pela hierarquia eclesiástica no século XIX para garantir que a doutrina católica se manteria unida, contribuindo para que os pilares cristãos da sociedade ocidental também fossem mantidos.

A mentalidade católica brasileira na metade final do século XIX era fruto do Ultramontanismo e, principalmente, do processo de romanização. A grande maioria dos bispos brasileiros desse período foi formada em Roma e buscavam implantar no Brasil o modelo de Igreja que conheceram na Europa.

A obediência às determinações oriundas do Vaticano, bem como uma séria preocupação com a situação da Igreja e a manutenção da doutrina são as características mais acentuadas do catolicismo brasileiro no final do século XIX. Segundo Odilão Moura:

Assim é que neste período apresentam-se, em nossa terra, o episcopado, o clero e os católicos, vivamente impressionados, preocupados, com a submissão à orientação vinda de Roma, com a unidade eclesiástica e com a integridade da autêntica doutrina. (MOURA, 1978, p. 27).

O catolicismo brasileiro se transformou durante o século XIX, afetando não apenas os eclesiásticos, mas também os leigos. Foi devido aos esforços durante o processo de romanização que diversas Congregações religiosas desembarcaram no Brasil, transformando o clero.

Durante esse período, a Igreja se recuperou internamente. Segundo Pierre Pierrard (1982, p. 231-234), ocorre uma verdadeira explosão no número de vocações. Multiplicaram-se os colégios católicos confessionais, assistidos pelas novas Congregações e também pelas antigas ordens, surgiram os primeiros seminários e ocorreu uma acentuada redução da esfera popular do catolicismo. Foi com esse panorama que a Igreja se deparou com o ocaso do Império e a implantação da República.

Paralelo ao período Ultramontano supracitado, surge em 1879 um movimento filosófico de retomada da filosofia Tomista da Idade Média criada por Santo Tomás de Aquino. O Neotomismo significou exatamente a possibilidade de diálogo entre a Igreja e o mundo moderno, obedecendo aos parâmetros criados por Santo Tomás de Aquino.

Dessa maneira, se no início do século XIX havia inúmeras preocupações quanto ao futuro do catolicismo, no final, já colhendo os primeiros frutos do Neotomismo, há uma clara e evidente retomada de forças, fazendo ressurgir o movimento ocorrido no século XIII conhecido como Tomismo.

Jacques Maritain (1942, p.69) filósofo francês do século XX e forte impulsionador da corrente de pensamento Tomista, entende como posição tomista a do catolicismo que renovando-se nas ideias de Santo Tomás de Aquino se apóia em seus conceitos.

Quanto ao pensamento de Santo Tomás de Aquino, Pierre Pierrard (1982) nos relata em sua obra:

Tomás de Aquino, o “doutor angélico”. Desde 1257 – com trinta e dois anos – esse nobre napolitano é mestre em Paris; em seu ensino, essencialmente dinâmico, como em seus escritos – notadamente em suas duas sumas: *Summa Contra Gentiles* e *Summa Theologica* –, Tomás tende a construir a síntese teológica das verdades reveladas e a síntese filosófica das verdades acessíveis à razão. Para Tomás, o assentimento à Palavra de Deus deve desencadear uma curiosidade em que natureza e graça são igualmente solicitadas. A teologia torna-se uma ciência a um tempo contemplativa e especulativa; a fé está sempre à procura da inteligência; razão e fé distinguem-se para se unirem. (PIERRARD, 1982, p. 130-131).

Este pensamento filosófico surgido em meados do século XIII e posteriormente derrubado por novas tendências filosóficas renasce no fim do século XIX. O Papa Leão XIII, “considerou o tomismo como a doutrina cujos princípios podem permitir o

aprofundamento da tradição e a solução dos problemas colocados pela evolução das artes, das ciências, da sensibilidade humana e das estruturas sociais". (PIERRARD, 1982, p. 131).

De todo o período Neotomista, destaca-se o pontificado de Leão XIII, fundamental para o sucesso que destacamos acima. Por meio dele, em sua Encíclica *Aeterni Patris*, se iniciou o movimento que ficou conhecido como "Neotomismo", que como pudemos verificar anteriormente foi uma retomada do pensamento de Santo Tomás de Aquino. É ainda nesse pontificado que o projeto teórico desenvolvido até aquele momento passou a ser voltado também para a prática e o social, que, a partir de então tornou a ser:

a fonte principal – doutrinária, teológica e filosófica – do Magistério Eclesiástico, recebendo dela os pastores e os mestres os princípios para fazerem frente às novas correntes filosóficas, políticas e sociais, bem como a orientação para a solução dos problemas suscitados pelas novas situações históricas. (MOURA, 1978, p. 24).

A retomada dos princípios tomísticos condiz perfeitamente com o espírito da época, onde a fé e a razão eram tidas como opostas entre si. Nada mais natural do que reconsiderar o posicionamento de Santo Tomás de Aquino, uma vez que ele é considerado por Leão XIII como aquele que melhor conciliou a fé e a razão. Desse modo:

o tomismo enfrenta um mundo profundamente laicizado, marcado pela técnica e o materialismo. No século XIII, todas as forças da natureza e a graça participavam da construção de um sistema de pensamento cristão; no entanto, aquele século ainda não morrera e já o homem era tentado a dissociar o mundo da natureza do mundo da graça. (PIERRARD, 1982, p. 131).

Nesse âmbito podemos constatar que, segundo esse autor, já no século XIII embora houvesse um grande cuidado em respeito às crenças cristãs, já brotava no homem a tendência à secularização, ainda que remotamente, escondido em seu âmago estivesse talvez os primeiros – ou não – pensamentos sobre essa temática. Talvez o "mal da modernidade" já fosse cogitado desde aquela época.

Jacques Maritain (1942) preocupado com essas e outras questões descreve o seu modo de enxergar a prática capitalista exercida sobre a sociedade tornando-a uma nova civilização. Para ele o enriquecimento passou a ser o essencial, o ser

humano deixou de ter seus direitos respeitados, passando a ser apenas útil enquanto pudesse trabalhar e alcançar rendimentos. Segundo esse autor:

quando a sociedade se viu dividida em duas classes: uma que vive exclusivamente de seu trabalho, a outra que vive (ou melhor vivia) da renda de seus capitais, classes que não tiveram mais entre si outra relação económica que o contrato de locação de serviço, o trabalho tornando-se destarte uma pura mercadoria. Guardando vestígios de cristandade em suas bases éticas e culturais, e usando largamente, em seus setores conservadores, e para fins políticos interessados, do nome cristão e do vocabulário moral, uma civilização que em seu conjunto se afastava do cristianismo sob a pressão das energias adversas [...]. (MARITAIN, 1942, p. 109).

Acreditamos que o excerto dispense nossos comentários por ser bastante claro e objetivo quanto à situação descrita. Ainda assim, decidimos acrescentar mais um trecho sobre esse assunto, seguindo a ótica desse renomado autor. Nessa conjuntura:

o culto do enriquecimento terrestre tornando-se a forma da civilização. O espírito objetivo do capitalismo é um espírito de exaltação das potências ativas e inventivas [...] mas é um espírito de ódio da pobreza e de desprezo do pobre; só existe o pobre como instrumento de uma produção que rende, não como pessoa [...] para entreter e desenvolver o monstro de uma economia usuraria, será preciso necessariamente tender a transformar todos os homens em consumidores, ou ricos, mas então, se não há mais pobre, ou instrumentos, toda essa economia pára e morre [...]. (MARITAIN, 1942, p. 111).

As palavras escritas por Jacques Maritain descrevem um cenário bastante conhecido em nossos dias. Vemos na história os mesmos problemas se renovarem. O tratamento que as classes mais baixas recebem da sociedade nos faz pensar em muitos fatores e especialmente chama a nossa atenção a uma mudança paradigmática das atuais estruturas sociais. Por isso para os pensadores Tomistas, reportar-se a filosofia de Santo Tomás de Aquino é uma possibilidade concreta de reverter esse quadro.

Ademais, a implantação do Neotomismo, como expressa claramente a *Aeterni Patris*, é parte integrante da restauração filosófica que o Papa Leão XIII buscava implantar. Destacando a importância da restauração filosófica, trouxemos um trecho do próprio texto por ele escrito:

grande número de homens que "afastando o espírito da fé, desprezam instituições católicas e professam que seu único mestre guia é a razão. Para os curar e trazer à graça e ao mesmo tempo à fé católica, além do auxílio sobrenatural de Deus, nada mais vemos mais oportuno do que as sólidas doutrinas dos Padres e dos Escolásticos, que põem à vista inabaláveis bases da fé, sua origem divina, sua verdade certa, seus motivos de persuasão, os benefícios que tem feito ao gênero humano, sua perfeita harmonia com a razão, e isto com tanta força e evidência, quanta é necessária afazer curvar os espíritos mais rebeldes e mais obstinados. (LEÃO XIII, 1879).

Como pudemos verificar, o Neotomismo e a reforma filosófica foram de fundamental importância para o pensamento católico na virada do século, inclusive para o catolicismo brasileiro, sendo o sustentáculo teórico de inúmeros pensadores leigos, além é claro de ser um dos referenciais mais utilizadas por Leonel Franca em toda a sua obra.

Embora não tenha escrito obras técnicas de filosofia, Leonel Franca contribui amplamente para o debate das questões filosóficas de seu tempo. Buscou em autores renomados ampliar e atualizar a sua concepção do desenvolvimento filosófico no Brasil, especialmente no Tomismo.

O autor Fernando Arruda Campos realizou um trabalho bastante conciso e abrangente sobre o Tomismo e o Neotomismo no Brasil. Contaremos com a sua contribuição para relatar toda a importância desses conceitos para o pensamento de Leonel Franca e, por conseguinte, verificarmos com mais clareza esses traços em suas obras.

Acreditando que o Tomismo deveria com iminência entrar na universidade, ele inicia seus trabalhos nesse seguimento. Em 1918 escreveu o seu primeiro livro *Noções de História da Filosofia*, visando contribuir com os graduandos em filosofia no Brasil naquele período. Dessa forma:

Quando o tomismo, no Brasil, tomou consciência de que urgia integrar-se na estrutura universitária, a fim de que, desenvolvendo-se em relação orgânica com a cultura nacional pudesse, através de uma tomada de consciência dessa mesma cultura, ser, como sua mais alta expressão, um valor atuante sobre ela [...] Acresce ainda considerar que, ao mesmo tempo que se tornava côncio dessa necessidade de avanço, começava o pensamento tomista, no Brasil, a adquirir consciência plena de si mesmo, numa tentativa de situar-se em face das outras correntes do pensamento moderno contemporâneo e colocar-se em diálogo aberto com elas.

É, sobretudo, considerada neste sentido que, segundo nos parece, a obra de Leonel Franca representa um momento decisivo na evolução do pensamento tomista no Brasil. (CAMPOS, 1998, p. 15).

Podemos afirmar que nesse contexto as preocupações filosóficas que Leonel Franca possuía, o levaram a crer que a retomada da filosofia Tomista auxiliaria no tratamento dessa problemática e, consequentemente, estabeleceria uma capacidade dialógica muito maior. Para o autor supracitado:

6. – Homem de sólida cultura universitária, ainda que não tivesse escrito obras técnicas de filosofia [...] não deixou Leonel Franca de refletir, durante toda sua vida, sobre os problemas fundamentais da Filosofia. Consciente da necessidade de avanço que sentia a cultura católica, que encontrava, no pensamento filosófico tomista a sua mais alta expressão, Leonel Franca percebeu que se fazia necessário criar, para o catolicismo no Brasil, as condições básicas e indispensáveis para o desenvolvimento de uma cultura orgânica. [...]. (CAMPOS, 1998, p. 15-16).

Observamos que desse modo Leonel Franca não pensava que apenas trazendo a tona os princípios tomísticos, alcançariam o desenvolvimento filosófico e cultural almejado, uma vez que era necessário estabelecer uma relação dialógica entre o tomismo passado e a necessidade emergente. Nesse segmento, para Leonel Franca:

ao tomismo do século XX, fazia-se imperioso vivenciar o pensamento tomista, renascido e rejuvenescido, repensado, dentro do contexto da filosofia moderna e contemporânea. Para tal, urgia que ele tomasse consciência de si mesmo, o que lhe possibilitaria, ao mesmo tempo que um nítido conhecimento de seus limites e fraquezas, a consciência plena de sua força e de seu vigor, permitindo-lhe, desta forma, situar-se, com precisão, em face das demais tendências do pensamento filosófico atual, que começavam a fincar raízes, no solo pátrio.

Esta tomada de consciência tentou realizar o ilustre jesuíta, precisando, à luz da máxima leonina – *vetera novis augere* – não só o sentido como ainda a extensão e condições da assimilação, pelo tomismo, das doutrinas modernas e contemporâneas. (CAMPOS, 1998, p. 16).

Assim concluímos que Leonel Franca tinha muito claro em sua mente que a retomada da filosofia Tomista deveria ocorrer em consonância com o mundo moderno, ou seja, fazia-se necessário comunicar-se com as demais práticas e pensamentos da época em que se vivia para que se alcançasse um pensamento filosófico que de fato pudesse exercer contribuições para as atuais problemáticas coetâneas.

Essa latente inquietação de Leonel Franca em trabalhar em prol aos universitários, fez com que desde cedo, ele ansiasse pelo surgimento de uma

universidade católica, em que esses ideais pudessem ser melhor compreendidos e posteriormente divulgados.

Sabemos que sua contribuição para a fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro foi ímpar, e toda a sua trajetória reflete em uma carreira extremamente plural. Encontramos contribuições de Leonel Franca sobre os mais variados assuntos. Nesse contexto:

1. – [...] Ainda não se realizou um estudo sério e apurado sobre a posição do Pe. Franca no contexto da cultura brasileira, de onde pudesse transparecer o sentido e a amplitude de sua influência na cultura nacional. E esta não será, efetivamente, tarefa fácil de se executar, visto que sua influência se estende pelos vários espaços culturais, dado o caráter multiforme e plurifacético de sua obra. Leonel Franca é escritor polígrafo, tendo atuado no âmbito da educação, da apologética, da exegese bíblica, da ascese e, ainda, da filosofia. Havia, outrossim, que considerar sua atuação como professor emérito e, sobretudo, como propulsor de nossas instituições culturais. Neste sentido, há que se ressaltar, de modo especial, sua decisiva atuação, na criação da Universidade Católica do Rio de Janeiro. (CAMPOS, 1998, p. 76).

Encontramos nessa afirmação uma explicação para nossa dificuldade em examinar certos pontos da trajetória de Leonel Franca. Sua contribuição é inegavelmente muito vasta, e do mesmo modo estabelecer uma sistematização de todos esses dados é tarefa para um projeto muito mais amplo, que conte com uma gama de profissionais oriundos de diversas áreas acadêmicas e locais (no sentido de buscar parceiros em outros Estados).

Obviamente não é esse o intento dessa pesquisa, mas queremos colocar em discussão esses fatores que não podem ser desprezados. No decorrer desse trabalho, salientaremos a efetiva participação que Leonel Franca exerceu sobre a problemática do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, e por esse motivo, optamos por trazer anteriormente todos esses dados sobre seu percurso e pensamento.

Ademais, decidimos encerrar esse tópico com alguns comentários do autor Fernando Arruda Campos, que muito pesquisou sobre as influências Tomistas no Brasil e também se mostrou conhecedor das obras de Leonel Franca. Adiantamos que as citações serão um tanto quanto longas, mas nosso intuito é colocar na íntegra sua linha de raciocínio. Desse modo:

Uma reflexão crítica sobre a obra filosófica do Pe. Leonel Franca leva a salientar que seria injusto e irreal julgar esta obra, como se ela fosse um produto da época atual, em que o tomismo é considerado como uma filosofia, entre as outras e em que o diálogo aberto com as outras correntes filosóficas decorre pelo respeito pelo pensamento alheio e do fato de não se ver o tomismo como possuidor exclusivo da verdade, eis que todos os sistemas e doutrinas, elaborados com seriedade e de modo científico, contêm inegáveis aspectos de verdade.

Leonel Franca viveu e atuou, em uma época, em que se acreditava existir uma filosofia única e certa, a qual competia ao pensador tomista, cristão e católico discernir, reconhecer, seguir e difundir; o tomismo seria, talvez, o pensamento filosófico que melhor realizava, para o pensador cristão, este conceito de filosofia verdadeira.

Vivendo num ambiente extremamente polêmico, em que a apologética exercia a primazia, sobrepondo-se ao diálogo, franco e aberto, Leonel Franca considerava toda a história da filosofia, a partir de sua posição tomista, do tomismo que lhe parecia espelhar a verdade, em filosofia. (CAMPOS, 1998, p. 83).

Como já dissemos anteriormente, Leonel Franca compreendia que o tomismo expresso por Santo Tomás de Aquino em nenhum aspecto deveria ser visto como algo que já estava concluído e esgotado. Sabemos que ele pensava na capacidade de diálogo e “adaptação” desse movimento às novas realidades do mundo moderno, bem como às suas possíveis contribuições. E é por essa razão que:

De modo diverso, conhecendo bem o movimento de renovação da Escolástica, originado a partir da *Aeterni Patris* de Leão XIII, L. Franca vê o tomismo qual pensamento vivo e atuante, que se vai, pouco a pouco, enriquecendo, com os elementos novos, trazidos, através dos séculos posteriores ao Aquinense, pelos pensadores, que refletiam sobre seu próprio pensar. É assim que, não obstante reconhecesse o tomismo como a Filosofia, “tout court”, seu tomismo estava aberto aos estímulos das correntes mais progressistas [...].

Não obstante, a reflexão filosófica coroa toda sua vasta obra cultural. [...] o Pe. Franca manifesta, em suas *Noções de história da Filosofia* e, em algumas de suas obras posteriores, na *Psicologia da Fé*, *A crise do mundo moderno* e em *O problema de Deus*, de modo especial, um espírito sutil e penetrante, o que faz das obras, acima referidas, verdadeiros ensaios introdutórios à filosofia da cultura e da religião. Leonel Franca, não só por sua fidelidade ao tomismo, como ainda pela efetiva produção de obras, que espelham, de uma forma ou de outra, o pensamento filosófico tomista, deve ser colocado no rol dos pensadores tomistas, atuantes no Brasil. (CAMPOS, 1998, p. 83-84).

A partir dessas contribuições, afirmarmos que o padre Leonel Franca deixou um grande legado acadêmico que ainda hoje nos reporta a questões tão atuais. Seu texto atravessou gerações e parece sempre renovar-se a cada leitura. No entanto, não estamos interessados em discutir sobre o caráter altamente

apologético dos seus escritos, uma vez que acreditamos já estarem muito bem justificados os motivos que o levaram a expressar-se tão seguramente nesse campo religioso.

Destarte, ressaltamos ainda que o enfoque desse trabalho será em todo o seu percurso unicamente voltado às contribuições deixadas por Leonel Franca, especialmente no que tange ao Ensino Religioso. Não nos compete estabelecermos juízos de valor sobre a sua confessionalidade explícita, mas apenas extraímos de suas obras o melhor de seu conteúdo com a finalidade de promovermos uma ampla e proveitosa discussão acadêmica.

Desse modo, o próximo item desse capítulo visa abordar outros aspectos históricos que ocorreram no Brasil durante a transição do sistema monárquico para o sistema republicano, uma vez que esses fatores também exerceram forte influência na mentalidade de Leonel Franca, bem como, na situação do Ensino Religioso que naquele contexto havia sido retirado das escolas públicas brasileiras.

2. O fim do Padroado, o Estado laico e a reação da Igreja

No Brasil, a passagem do sistema monárquico para o sistema republicano foi muito distinta do que encontramos na maioria dos países que viveram situações semelhantes, isso porque a participação da população foi mínima. Para Oliveira Vianna (1987), a Proclamação da República foi um movimento liderado pelo exército, com apoio das oligarquias dominantes.

Assim, torna-se necessário entender como ocorreu o enfraquecimento do Império de Dom Pedro II e como neste contexto a Igreja Católica ajudou a derrubar esse Império e, consequentemente, implantar uma nova forma de governo, a República.

O primeiro ponto de enfraquecimento do Império foi o fim da escravidão, impulsionado pela Lei Bill Aberdeen, de 1844, que previa que qualquer navio que

transportasse escravos no Atlântico deveria ser apreendido e o traficante deveria ser julgado e condenado de acordo com as leis inglesas e, seis anos mais tarde, por pressão inglesa, o Brasil aprovou a Lei Eusébio de Queirós, que proibia definitivamente o tráfico escravo no país.

Com o fim da escravidão, ocorreu a ascensão da imigração, sobretudo italiana e alemã. Porém, essa imigração possibilitou o surgimento de pequenas propriedades, voltadas para o abastecimento do mercado interno, o que desagradou à oligarquia latifundiária, que necessitava de toda mão de obra disponível para trabalhar em suas lavouras e assim se manter como classe dominante.

Soma-se a esse cenário o forte apoio que o Exército ofereceu ao movimento abolicionista, já que escravos foram convidados a participar da Guerra do Paraguai (1864-1870) em troca da liberdade, além do pouco interesse que o governo imperial manifestava pelo exército, evidente nos baixos incentivos destinados aos militares. Desse modo, crescia o descontentamento do exército pelo governo em vigor.

A Igreja também influenciou na queda do Império. Ao final do século XIX, a ordem religiosa, que possuía o alto clero composto por indivíduos das camadas mais abastadas da sociedade, as mais beneficiadas pelo Estado, e havia se unido ao país pela Constituição de 1824, por meio do Regime do Padroado, acabou também se desentendendo com o soberano.

O Padroado, que dava ao imperador o poder de nomear os bispos e dessa forma controlar a hierarquia eclesiástica e o clero, além do Beneplácito, autorização imperial para vetar ou não as decisões papais que garantiam à Igreja a supremacia religiosa no país a fim de que ela pudesse conservar seu intuito quanto à salvação das almas; acabaram se tornando os instrumentos de descontentamento com o governo.

Sabemos que depois que o Brasil alcançou sua independência, o regime do Padroado passou a ser muito disputado entre o Vaticano e o nosso governo que surgia. Anna Maria Moog Rodrigues discorre da seguinte maneira sobre esse assunto:

A Constituição de 1824 estabeleceu que a religião oficial no Brasil seria a católica, apostólica, romana, embora fossem permitidos outros cultos e religiões no país. Os estadistas da nova nação entendiam que os direitos do Padroado haviam sido herdados de Portugal: indicação pelo Imperador dos sacerdotes que preencheriam os principais cargos eclesiásticos do Império, e a exigência do beneplácito imperial para as bulas e breves dos Papas antes de serem aplicadas no Brasil. O Vaticano jamais concordou plenamente com esta interpretação [...]. Roma concedeu ao Imperador os direitos de padroado da Ordem de Cristo mas não assinou nenhuma concordata, de modo que a concessão, a seus olhos, assumia caráter temporário. Era um “modus vivendi” no qual Roma apenas tolerava o Padroado no Brasil. Na prática, o Padroado resultaria numa inversão da ordem dos poderes, de acordo com a doutrina da Igreja, ficando o poder espiritual submetido ao temporal. Sendo o Estado quem pagava o clero, ficava este equiparado ao funcionalismo público. (RODRIGUES, 1981, p. 3).

Pudemos verificar com nitidez o quanto o regime do Padroado nesse momento foi complexo. Os homens que trabalharam veementemente em prol da Independência do Brasil, foram os mesmos que comungaram das ideias iluministas europeias, passando assim a apropriarem-se da ideologia liberal.

Mas ainda havia muito a se resolver. Constatamos que durante o Império “a maioria dos católicos brasileiros adotou uma forma de conciliação, buscando um meio termo entre a condenação tridentina ao pensamento moderno e o liberalismo radical [...]. Optaram por um liberalismo moderado”. (RODRIGUES, 1981, p. 3).

Em 1864, Pio IX escreveu sua encíclica *Quanta Cura*. Com essa encíclica e no anexo *Syllabus*, ele conseguiu aquecer ainda mais os ânimos que já estavam deveras exaltados. Ele decidiu condenar aquilo que considerava como os erros modernos, enfatizando o liberalismo.

Foi o momento de uma retomada de consciência entre os católicos, onde prevaleceu o senso de respeito à autoridade da Igreja. Quando os bispos perceberam o movimento que se instaurava, proibiu a participação dos membros da maçonaria ligados a Igreja, ou melhor, excluíram esses maçons das tarefas que desempenhavam.

Dom Pedro II pertencia à maçonaria e por isso proibiu que se cumprisse tal determinação papal. Todavia, os bispos de Olinda, Dom Vital, e de Belém, Dom Antonio Macedo Costa, aprovaram a decisão do papa e expulsaram de suas dioceses os padres ligados à maçonaria.

Com isso se deu o que chamamos de a “Questão dos Bispos”. Obviamente essa decisão trouxe grandes consequências. Foi o confronto entre a religião tida

como oficial e a própria Igreja. Para João Camilo de Oliveira Torres (1968), o centro da questão foi a disparidade entre os liberais e a Igreja, sendo que os primeiros acreditavam na liberdade de consciência onde cada um tem o direito de buscar a sua verdade. No entanto, para a Igreja, não há dúvidas de que uma vez que a verdade é revelada, ela deve ser ensinada e transmitida.

Essa atitude gerou um desconforto entre Igreja e governo, levando o imperador a punir os dois bispos, Dom Vital e Dom Antonio de Macedo Costa, com prisão e trabalhos forçados. Tal atitude abalou a relação entre o Estado e a Igreja, que considerou a punição muito severa, decidindo não mais apoiar o regime, caso este fosse ameaçado.

Em 1870, a imprensa do Rio de Janeiro publica o “Manifesto Republicano”. Pouco tempo mais tarde, surge o Partido Republicano e o Partido Republicano Paulista, sendo o último composto por cafeicultores do oeste paulista, região mais promissora para a economia do país, mas que não recebia a devida atenção política, uma vez que a sede do Império situava-se no Rio de Janeiro.

Podemos dizer que na verdade, o atual governo somente se atentava às suas necessidades, isolando o Brasil do restante dos países da América. Edgard Carone afirma que:

Fortalecidos, pois, pelo nosso direito e pela consciência, apresentamo-nos perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do partido republicano federativo [...].

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos Estados americanos (CARONE, 1988, p. 272-273).

Esse mesmo autor ainda afirma que, perante a Europa, nosso sistema monárquico não atrai a população e nem a faz aderir, enquanto que para a América, os interesses do povo não têm forças frente aos interesses do soberano, Dom Pedro II.

Nesse clima, pequenos proprietários rurais, Igreja e Exército, não mais aprovavam o atual governo, buscando “suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos, e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte”. (CARONE, 1988, p. 273).

Espalha-se um boato de que o governo aplicaria duras penas aos oficiais do exército, incluindo as prisões de Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Foi

então que, no dia 15 de novembro de 1889, rebeldes militares marcharam ao centro da cidade do Rio de Janeiro, comandados por Deodoro da Fonseca, e depuseram o imperador, declarando, naquela mesma tarde, na Câmara Municipal, a Proclamação da República.

Se por um lado, a implantação do Regime Republicano representou pouca mudança social, uma vez que as elites agrárias mantiveram-se no poder durante toda a República Velha, para a Igreja Católica e seus fiéis, tratou-se de uma verdadeira transformação que envolveu toda sua estrutura.

Mesmo sabendo de sua parcialidade confessional sobre o assunto, Odilão Moura sintetiza com muita clareza o posicionamento da Igreja sobre essa delicada questão. Segundo ele:

A Proclamação da República provocou uma grande transformação na vida católica brasileira. Tendo a República bases doutrinárias – devido às idéias filosóficas dos seus implantadores – e origens maçônicas, intencionalmente contrárias à Igreja, isso em vez de anular a vitalidade católica, ao contrário, motivou-lhe um ressurgimento admirável. (MOURA, 1978, p. 31).

Uma primeira análise do excerto acima pode causar certa incompreensão, pois a queda da monarquia é tida por muitos como um dos momentos mais críticos da Igreja Católica no Brasil, sendo que é justamente nesse instante que é permitido a liberdade de culto, que abordaremos mais adiante, uma vez que o catolicismo perde a proteção que desfrutou desde a época da colônia, já que, de acordo com Adolpho Crippa (1978) o Império Brasileiro sucedera à coroa portuguesa no Regime do Padroado, onde em troca o Estado sustenta e confere a religião católica o título de Religião do Estado.

Podemos também citar João Francisco Regis de Moraes, que reforça igualmente a ideia de que a Igreja Católica brasileira ressurgiu ainda com mais força após sua separação do Estado. Para ele:

Com a Proclamação da República, a Igreja se separara do Estado. (...) Estava rompido o “unionismo”. Isto, que pode parecer negativo para a Igreja Católica, é considerado positivo para ela, que pôde libertar-se das amarras burocráticas que a traziam atada às resoluções políticas do Estado. (MORAIS, 1985, p. 51).

Entretanto, analisando mais pormenorizadamente essa questão, somos conduzidos a concordar com Odilão Moura e com João Francisco Regis de Moraes. Para tanto é necessário compreender adequadamente o que significava para a Igreja Católica ser “Religião Oficial do Império”, mais do que isso, é preciso entender de maneira mais profunda o que era o Padroado.

Demerval Saviani, citando Bruneau afirma que:

Padroado é a outorga, pela Igreja de Roma, de um certo grau de controles sobre a Igreja local ou nacional, a um administrador civil, em apreço de seu zelo, dedicação e esforços para difundir a religião e como estímulo para futuras “boas obras”. De certo modo o espírito do Padroado pode ser assim resumido: aquilo que é construído pelo administrador pode ser controlado por ele [...]. (BRUNEAU In SAVIANI, 2010, p. 178).

Tratando especificamente do ocorrido no Brasil, poderíamos afirmar que a hierarquia católica entregou ao Imperador o direito de interferir diretamente sobre as decisões mais importantes da esfera religiosa, como nomeações de bispos e padres, por exemplo.

O padroado fora instalado no Brasil ainda enquanto colônia de Portugal. Em 1827, com o país já independente, o Papa Leão XII o renova com a Bula *Praeclara Portugalliae*. Por meio dessa Bula papal, Dom Pedro I recebeu os poderes típicos do Padroado, que perdurou até a Proclamação da República.

Roberto Romano apresenta vantagens e desvantagens do Padroado implantado no Brasil. Segundo ele:

Tal situação acarretou benefícios para o clero, sobretudo ao regular. [...] A passividade em face do poder temporal e a cumplicidade com as oligarquias valeram-lhe boa dose de participação na riqueza [...]. Afora essas vantagens materiais, o mais importante dos privilégios católicos foi o monopólio de religião do Estado, até o final do Império, com a decorrente proibição de culto público, em pé de igualdade, para outras confissões cristãs. (ROMANO, 1979, p. 82).

Obviamente que o catolicismo brasileiro gozava de uma situação privilegiada, fornecida pelo Padroado. Além dos privilégios descritos acima, a Igreja ainda detinha, segundo Roberto Romano (1979, p. 82), “o domínio da educação, da saúde pública, das obras assistenciais, do registro da população (nascimento, batismo, casamento e óbito)”.

Em outros termos, do nascimento ao óbito, toda a vida da pessoa, de certo modo, estava vinculada à Igreja e passava necessariamente por ela. Contudo, ainda durante o Império, o catolicismo foi, gradativamente, perdendo esses privilégios, ou ao menos os mesmos foram sendo reduzidos.

Isso porque a crescente industrialização, que vinha modernizando todo o mundo, assim também acabou atingindo a Igreja; os ideais da sociedade liberal eram muito contrários aos ideais da Igreja que pasma, assistia a esse cenário e, sempre que possível, tentava revertê-lo.

Adolpho Crippa et al. (1978) nos revela que a Igreja Católica:

Sentia-se expelida do mundo que rejeitava em bloco sua mundividência. Era uma instituição na defensiva. Dentro de sua visão teocêntrica do mundo, a nova mundividência antropocêntrica e naturalista do liberalismo em ascensão parecia-lhe de um orgulho satânico e fruto de uma ambição prometéica. Por outro lado, se não se tratava apenas de uma divergência intelectual, a sociedade liberal em gestação agredira a Igreja com violência [...] (CRIPPA et al., p. 186, 1978).

Podemos observar que essa nova visão de mundo contrastava em demasia e de modo inaceitável com a visão teocêntrica da Igreja. Esse mesmo autor ainda corrobora ao explicitar-nos o motivo pelo qual a Igreja Católica não se interessava por desvincular-se do Estado:

Pareceu, porém, à Igreja, que, face a um mundo hostil, aceitar perder tudo seria a morte além de um erro doutrinário: separar-se do Estado e nivelar-se às outras seitas seria confessar-se igual a elas, inadmissível para uma instituição que se sabia divina. Era colocar o erro e a verdade no mesmo nível para serem julgados pela razão individual de cada um. Rejeitada a reconciliação com o mundo liberal [...] só restava à Igreja, como instituição, a luta. (CRIPPA et al., p. 187, 1978).

Desse modo, o autor coloca em evidência o pensamento que permeava a Igreja Católica nesse contexto.

Retornando ao Padroado, o que a primeira vista era uma espécie de privilégio ao catolicismo, no contexto da Romanização, onde se reforçava permanentemente a importância do poder Pontifício e da Cúria Romana, o Padroado era um fator que tendia dificultar a plena realização do projeto idealizado pela hierarquia romana.

Nas palavras de Roberto Romano:

Os benefícios recebidos eram a outra face do tributo pago pela Igreja: a perda de sua efetiva influência junto à população como um todo. Eles próprios eram uma fonte de ameaças, consistindo num obstáculo à reprodução do corpo eclesiástico enquanto instituto hierárquico independente. O Patronato Régio, a curto prazo, revelou-se, segundo Magalhães de Azevedo, como o “cárcere de ouro” contra o qual ela teve de lutar para se garantir uma liberdade mínima de ação social. (ROMANO, 1979, p. 82-83).

A imagem de uma “gaiola de ouro” revela muito bem a delicada situação que a Igreja vivia no final do regime imperial. Se por um lado, gozava de diversos privilégios, por outro, esses mesmos privilégios impediam os avanços desejados pelo projeto ultramontano romanizador.

Demerval Saviani (2010, p. 179) corrobora com a tese de que na parte final do Império, a relação entre Igreja e Estado estava abalada. Sem dúvida alguma, a maior expressão dessa tensão é a chamada “Questão Religiosa”, como mencionamos anteriormente. Destarte, Dom Pedro II se viu dividido entre acatar uma ordem de Roma e proibir a participação de maçons em organismos religiosos, ou ignorar tal ordem.

Optando por ignorar a determinação pontifícia, Dom Pedro II prendeu e condenou os bispos de Olinda (Dom Vital) e de Belém do Pará (Dom Antonio de Macedo Costa) que expulsaram os maçons das irmandades. Sobre esse fato, descreve Dermeval Saviani:

Recusando-se a acatar essa determinação, várias associações recorreram ao imperador, que acolheu o recurso e, diante do não acatamento de sua decisão, determinou, em 1874, a prisão dos bispos que foram julgados e condenados pelo Supremo Tribunal a quatro anos de reclusão, sendo anistiados depois de um ano. (SAVIANI, 2010, p. 179).

Observamos que esse fato político e religioso demonstrou com evidência que o Pároclado brasileiro encontrava-se em uma situação de crise nos finais da monarquia. Dom Vital escreveu a um dos estadistas de Dom Pedro II no ano de 1873 relatando o motivo que o levou a expulsar os maçons das irmandades religiosas, cumprindo as determinações da Cúria Romana. Segundo Roberto Romano:

O eclesiástico termina a carta ao estadista do Império dizendo que, se o governo não poderia apoiá-lo nem combater a infiltração maçônica na religião, deveria pedir a Santa Sé que o mandasse para o seu convento. Assim, mostra-se a ruptura da Igreja brasileira com o Estado e a sua obediência burocrática a outro poder central que não o governo: a Cúria [...]. (ROMANO, 1979, p. 90-91).

É evidente que a Questão Religiosa traz uma conjuntura bem mais ampla do que poderíamos considerar num primeiro momento. Ao acatar as ordens da Cúria Romana, Dom Vital deixa claro que sua obediência primeira era ao Papa, depois ao imperador. Dom Pedro II sabia disso e por esse motivo puniu os bispos, gerando a indignação da Igreja.

Na verdade, Dom Pedro II percebia que seu poder sobre a Igreja diminuía constantemente enquanto que o clero cada vez mais ganhava autonomia frente ao poder estatal, obedecendo mais as determinações de Roma e do Papa do que a vontade do Imperador, que era um importante maçom.

A derrocada do regime monárquico e a implantação da República colocaram fim ao Padroado no Brasil. Defensores dos ideais iluministas e liberais, os republicanos imediatamente efetuaram a separação entre Igreja e Estado, considerado agora como laico, ou seja, não mais confessional.

Com a implantação da República no Brasil, e a separação da Igreja do Estado confirmada, os bispos mantêm cautela em suas atitudes. Obviamente não apoiam a Monarquia em função da prisão dos dois bispos e aguardaram pelas manifestações da República, que se deu por meio de um decreto em 7 de janeiro de 1890.

Esse decreto legitimava a liberdade religiosa e dessa maneira encobria as regalias da Igreja Católica, que até então era a religião oficial. Mas os bispos do Brasil não poderiam aceitar essa colocação em silêncio. Dois meses depois, em 19 de março daquele ano, eles publicaram a Pastoral Coletiva da República, na qual:

condenavam os seguintes dispositivos da nova legislação: a) a obrigatoriedade do ato civil antes do casamento religioso; b) a plena laicização dos cemitérios; c) a inelegibilidade dos clérigos; d) o impedimento de os religiosos votarem nas eleições; e) a proibição do ensino religioso nas escolas públicas; f) a conservação das leis referentes ao bens de “mão morta”. (RODRIGUES, 1981, p.5).

A partir desse momento, os bispos colocam-se em atitude de batalha aos princípios da República. Eles almejam que seus ideais fossem respeitados. Dando continuidade e seguindo o raciocínio de Anna Maria Moog Rodrigues, parece haver um contra-senso nessa atitude:

eles pretendem, de acordo com a doutrina da Igreja, é a distinção entre os poderes temporal e espiritual mas não sua separação [...] separação a idéia de oposição. A posição da Igreja no final do século, por um lado combatendo a interferência do poder político que se exercia sob pretexto de proteção, por outro lado defendendo a aliança entre Igreja e Estado, apresenta um aparente paradoxo. [...] a Igreja afirma que não há contradição na medida em que pretende uma união, respeitada que seja a liberdade das esferas de competência entre o poder temporal e o espiritual. (RODRIGUES, 1981, p.5).

Para essa autora, esse aparente paradoxo perpetuar-se-á até o final dos tempos. Podemos refletir sobre essa posição, e de certo modo, somos conduzidos a concordar com ela, uma vez em nossa contemporaneidade ainda nos deparamos com situações semelhantes, em que a Igreja Católica busca meios de se aliar ao governo, como por exemplo, o Acordo Brasil e Vaticano.

Como pudemos observar, o cenário brasileiro sofria inúmeras alterações. A separação da Igreja do Estado, que descentralizou os domínios da Igreja Católica no Brasil é um dos pontos explanado por Gilberto Freyre (1959). A ideia de liberdade de culto surge nesse contexto.

Dessa forma, optamos por transcrever um trecho da obra *Ordem e Progresso*, do referido autor, que elucida o seu pensamento veiculando-o aos acontecimentos de então. Nestes termos:

Contra a lei de separação da Igreja, do Estado, que excluisse do País a Companhia de Jesus e anticlericalismo ou antimonasticismo que, na própria Constituição da República, proibisse a fundação de institutos monásticos no Brasil, levantou-se em tempo justo o Episcopado brasileiro. E com tal vigor, que o então anticlericalismo de Ruy Barbosa cedeu ao tradicionalismo impregnado de latinidade Católica e brasileira, representado, no momento, com autoridade inigualável, por Dom Antônio Macedo Costa. Reclamava o então Arcebispo da Bahia para os brasileiros a liberdade de render culto a Deus e de praticar a religião cristã, segundo as tradições do País; essas tradições eram – não o disse o Primaz do Brasil mas subentende-se em suas palavras – as latinas, as romanas, as hispânicas. Opunha, por conseguinte, um vivo sentimento brasileiro de latinidade Católica à inovação antibrasileira e anti-Católica que parece ter informado o primeiro projeto ou o primeiro jato de lei de separação da Igreja, do Estado. (FREYRE, 1959, p. 524).

Por meio desse excerto, verificamos que o autor demonstra com clareza o panorama real do momento da Igreja Católica no Brasil no início da República, mencionando diretamente os autores envolvidos nesse processo. Dessa maneira, concluímos que essa citação corrobora com tranqüilidade para que essa importante passagem histórica seja melhor compreendida por nós.

Novamente recorremos ao autor Demerval Saviani que analisando o resultado do processo afirma que:

Se, por um lado, esse desfecho pode ser considerado uma derrota para a Igreja Católica, já que a privou das benesses de que gozava por sua vinculação com o Estado, por outro lado ela se fortaleceu pela unidade de doutrina e pela autonomia de que passou a gozar diante do poder político. Mas a exclusão do ensino religioso das escolas foi algo que a Igreja jamais aceitou, o que a levou a mobilizar todas as suas forças para reverter esse estado de coisas. (SAVIANI, 2010, p. 179).

Nessa mesma linha de raciocínio, Odilão Moura também demonstra que a separação foi favorável à Igreja uma vez que a libertava da tutela de Dom Pedro II, cujas decisões nem sempre eram pautadas pelo que convinha à Igreja. Desse modo, o autor afirma que:

Não só os homens da Igreja já estavam subordinados à vontade de um Imperador cuja formação religiosa não era das melhores, mas até as manifestações do próprio pensamento religioso, como programas de ensino dos seminários e a publicação dos documentos papais deviam, para aqui terem validade, receber o beneplácito imperial. (MOURA, 1978, p. 33).

A partir das considerações dos autores supracitados, podemos concluir que a República trouxe certa liberdade ao catolicismo no Brasil. Porém, não podemos negar que na realidade, a República também foi prejudicial para a Igreja em diversos aspectos. Para Odilão Moura:

Inegavelmente, o Decreto revolucionário favoreceu a Igreja ao libertá-la do “cárcere de ouro”. Mas este Decreto, os outros que após foram publicados e os dispositivos constitucionais de 1891 relativos à liberdade religiosa não respeitaram integralmente as exigências do Direito Natural a respeito desta liberdade. A obrigatoriedade do casamento civil antes do religioso, a laicização plena dos cemitérios, a inelegibilidade dos clérigos, a negação do direito de votar aos religiosos, a proibição do ensino religioso nas escolas públicas, a conservação da legislação sobre os bens de “mão morta” evidenciam que as disposições legais sobre a liberdade religiosa não se adequavam bem à justiça natural, que vinham carregadas de preconceitos contra a Igreja. (MOURA, 1978, p. 33-34).¹

Em termos gerais, a liberdade que a Igreja desfrutou após o fim do Pároco foi acompanhada por uma série de aspectos negativos que dificultaram a atuação do

¹ O autor entende como “Decreto Revolucionário” a Constituição de 1891, a primeira da era Republicana que determina a separação entre Igreja e Estado.

catolicismo no Brasil. É nesse contexto que observa-se com maior nitidez, os frutos da organização do clero que começara anos antes.

Ainda seguindo o raciocínio oferecido por Odilão Moura:

Foram extraordinárias a clarividência e a prudência dos bispos brasileiros e dos católicos em geral ao reagirem ao fato republicano. [...] Sem entrarem nas questões atinentes à nova forma de Governo, à Federação e às articulações políticas eles, em ação inteligente e disciplinarmente conjugada, ativeram-se tão-somente à defesa dos direitos inegáveis da Igreja e às exigências do Direito Natural. [...] criticavam a posição laicizante e atéia à qual o Estado fora levado; também criticavam o fato de a legislação desconhecer a realidade social brasileira católica [...]. (MOURA, 1978, p. 34).

Deixando de lado o tom apologético da fala desse autor, essa organização dos bispos e de toda a comunidade católica, incluindo os leigos, é fruto e consequência do processo de romanização iniciado em meados do século XIX.

Para Dermeval Saviani (2010, p. 180) a ação da Igreja se expressou em uma forma de “resistência ativa, a saber: a) quanto à forma, a exigência de que a resistência se manifeste não apenas individualmente, mas por meio de organizações coletivas; b) quanto ao conteúdo, a formulação de alternativas às medidas em vigor”.

Um dos pontos mais emblemáticos quando no Brasil ocorre a implantação da República diz respeito ao Ensino Religioso, banido das escolas a partir da Constituição de 1891. Sem dúvida essa questão está no mesmo patamar de importância para a Igreja como a secularização dos cemitérios ou a obrigatoriedade do casamento civil. Desse modo:

Assumi-se na Constituição do Regime Republicano no Brasil a Educação de compreensão laica. Tal compreensão era decorrente da interpretação francesa de então, que tomou como princípio da liberdade religiosa a “neutralidade escolar”, entendida como ausência de qualquer tipo de informação religiosa. Portanto, a expressão de que seria o “ensino leigo”, presente na Constituição, foi assumida por muitos legisladores do regime republicano no Brasil como um ensino irreligioso, ateu, laicista, sem a presença de elementos oriundos das crenças dos cidadãos que freqüentavam as escolas mantidas pelo Estado. (JUNQUEIRA et al, 2007, p.18).

Recordamos que Leonel Franca nasce e cresce nesse contexto brasileiro. Inicia e conclui seus estudos exatamente nesse período de grande discussão quanto à retirada do Ensino Religioso nas escolas públicas, ademais, como já mencionamos, situa-se também em um momento extremamente conturbado para a Igreja Católica,

onde jamais a retirada do Ensino Religioso das escolas públicas seria bem visto e muito menos seria aceito.

Veremos um pouco mais adiante e também no decorrer dessa dissertação, que a luta em prol da reinserção do Ensino Religioso nas escolas públicas, bem como as medidas legais que garantam esse ensino, contaram com o apoio e a disposição de Leonel Franca.

Acreditamos que o pensamento de Leonel Franca condiz com a realidade que ele vivenciou. Dizer que ele nasceu no ano de 1893, esclarece muito a compreensão da raiz de suas ações. Ele olhava para trás vendo um passado bem recente, vivia no presente convivendo com os resquícios do ontem e podendo apalpar o instante em que tais fatos aconteciam, e, sobretudo, o mais interessante à essa pesquisa, Leonel Franca olhava á frente e via o mesmo que hoje vemos.

Sem sombra de dúvida, a figura de Leonel Franca nos revela um homem á frente de seu tempo. Um homem que viveu pouco entre nós, mas que soube viver cada dia que esteve por aqui. Mais adiante, apresentaremos de maneira mais detalhada, a biografia de Leonel Franca. Mencionaremos peculiaridades de sua vida que acreditamos auxiliarem aos estudiosos interessados em conhecer esse autor que infelizmente está esquecido atualmente.

Não podemos deixar de nos atentarmos ao forte tom apologético desse autor. Sua formação jesuítica já nos revela muito em seu modo de se expressar, mas é claro que os acontecimentos que a Igreja Católica vivenciara naquela ocasião, também marcaram e certamente influenciaram veementemente esse autor.

Pudemos verificar que a Igreja Católica no Brasil vivia sobre as regras do regime do Padroado. Era uma Igreja que estava mal estruturada, desorganizada e consequentemente bastante fragilizada. Após esse período, Roma assumiu a situação e enviou muito padres, freiras e missionários da Europa, a fim de fortalecer o clero que havia se formado no Império e obviamente com a finalidade de fundar escolas, projetos sociais e assim se reafirmar e se expandir.

A partir de então, são criadas as maiorias das dioceses existentes hoje no país. A causa sobre o Ensino Religioso volta com muita força. A sociedade começava a pensar de um modo diferenciado, na verdade cremos que retomavam seus antigos ideais, que não nos compete realizar nenhum juízo de valor, mas o fato é que

novamente a Igreja voltava com muito vigor. Dessa maneira, endossando nossa reflexão:

Não obstante, a ideologia da maior parte dos católicos brasileiros continuava sendo a do tradicionalismo, instigada agora pela hostilidade da filosofia dominante, o que levava os católicos a alongarem os olhares saudosos para o passado monárquico. A chegada de padres e freiras europeus, completamente distanciados da cultura brasileira, favoreceu cada vez mais a acentuação de uma espiritualidade e um moralismo no mais das vezes desvinculados da realidade brasileira. (RODRIGUES, 1981, p.6).

Mesmo presente em todo processo de implantação da República, a atuação católica foi ainda mais determinante a partir dos anos de 1920, quando se tornou mais efetiva por meio da criação da revista *A Ordem* e, em 1922, da Confederação Católica que posteriormente se tornaria a Ação Católica Brasileira. No mesmo ano é fundado o Centro Dom Vital.

Nesse momento da história brasileira, a sociedade suscitava uma organização do laicato existente, cuja finalidade era unir leigos e religiosos para se aprofundarem na doutrina católica. Ao mesmo tempo, o episcopado brasileiro lançava o projeto da Restauração Católica. Especificamente sobre esses assuntos, discorremos de maneira mais clara, porém brevemente, um pouco mais adiante.

Na ocasião, Dom Sebastião Leme era arcebispo do Rio de Janeiro e se tornou o principal mediador entre a Igreja e o laicato. Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima foram os leigos que abraçaram e lideraram essa causa. Com a criação do Centro Dom Vital, a expressividade desse movimento aumenta demasiadamente. Os católicos mais intelectualizados não queriam mais apenas a retomada da união da Igreja para com o Estado, eles queriam que a Igreja tivesse autonomia em cumprir aquilo que ela considerasse de direito.

Como já mencionamos, o patrono escolhido para esse centro foi Dom Vital. Riolando Azzi nos auxilia a contar esse ocorrido:

Daí o prestígio que envolve, nessa época, a figura do Bispo de Olinda, Dom Vital de Oliveira, exatamente por ter resistido às ordens do imperador, não retirando as sanções eclesiásticas impostas às irmandades religiosas, e cujos estatutos haviam sido aprovados pelo Estado. Os líderes católicos do Rio de Janeiro reúnem-se num centro, cujo patrono é Dom Vital. Na literatura católica, seu nome é invocado com freqüência como exemplo de intrepidez na defesa da fé, sendo publicados livros e artigos sobre sua vida. Os estudiosos do catolicismo passam a estabelecer o episcopado de Dom Vital em Olinda como marco

de uma nova etapa da história da Igreja, regida pela fidelidade à Santa Sé, ou seja, pelo ultramontanismo. (AZZI, 2008, p. 198).

Deparamo-nos perante um novo quadro: a Igreja Católica ressurge com vitalidade, empenhada em reassumir a sua autoridade, e dessa vez tem importantes figuras do laicato brasileiro em seu auxílio. Segundo Dermeval Saviani, o Centro Dom Vital:

foi criado como um órgão destinado a aglutinar intelectuais leigos que desempenhariam o papel de elite intelectual da restauração católica. Sua liderança foi exercida por Jackson de Figueiredo, que foi sucedido, ao sobrevir sua morte prematura, em 1928, por Alceu Amoroso Lima, que assumiu a direção do centro tendo como assistente eclesiástico o padre Leonel Franca. (SAVIANI, 2010, p. 181).

Nessa conjuntura, acreditamos estar frente a uma mudança de paradigma. Arriscamos dizer que a Igreja Católica adapta-se às necessidades bem como às novas oportunidades que surgem naquele contexto, e desse modo, se restabelece visando manter seus diretos e gozar de autonomia, independente de estar ou não unida ao Estado como esteve nos tempos de outrora. O momento é de grande diálogo entre Igreja e Estado, na busca de mútuo apoio e na defesa de seus interesses. Nesse segmento, Riolando Azzi corrobora com o nosso pensamento ao dizer que:

a posição mais aceita pelo episcopado passou a ser esta: nem separação, nem união dos poderes, mas um regime de apoio mútuo e colaboração entre as autoridades políticas e eclesiásticas. [...] os termos mais em evidência no período que se inicia nos anos 1920 são “harmonia”, “colaboração”, “apoio”. [...] os bispos fazem freqüentes declarações de acatamento às autoridades políticas, exortando os fiéis a uma atitude de respeito e obediência [...] procuram mesmo reforçar a autoridade do Estado, mostrando o caráter sacral de que estavam revestidos os detentores do poder. (AZZI, 2008, p. 198).

Diante desse cenário, resta-nos concluir que com o apoio que o Estado obteve da Igreja no que compete à conquista ao respeito do povo brasileiro, ele por sua vez, a auxilia respeitando e assegurando a sua liberdade de expressão religiosa. Quando os bispos não mais se pronunciam contra o Estado em virtude da laicidade republicana, mas ao contrário, passam a discursar a favor da liberdade religiosa que fora garantida ao país, demonstra que havia em suas mentes não apenas um

ressurgimento, mas havia também um planejamento, onde suas ações presentes refletiriam no futuro vindouro.

Dessa maneira, o intento da Igreja era obter apoio político, pois almejava retornar à época em que gozava de seus privilégios. Entre outros fatores, a Igreja preocupava-se muito com a questão do Ensino Religioso. É claro que seria um sonho para a Igreja poder retornar à época de seu ensino confessional, mas esse fato não ocorreu.

Nesse contexto, os bispos do Brasil baseados em todo o processo de cristianização do povo que a Igreja já havia realizado por muitos anos, e que por nós é amplamente conhecido, planejavam introduzir um regime de neocristandade, e para isso, precisariam de amparo político. Segundo Riolando Azzi:

Incapazes de perceber que a laicização progressiva da sociedade brasileira era resultado de diversos fatores, como a progressiva urbanização do país, o desenvolvimento industrial em curso, o progresso tecnológico e científico, os novos meios de comunicação social, bem como a influência do pensamento liberal e positivista entre as elites dirigentes, os prelados imaginavam poder mudar o rumo da história simplesmente através de alterações no texto jurídico da constituição, e mediante o apoio coercitivo do poder público. (AZZI, 2008, p. 206).

Não podemos negar que aparentemente a Igreja não considerou tantos outros fatores como os elencados na citação acima. De qualquer modo, pensamos os motivos desse feito e nos deparamos com uma objeção: será que a Igreja foi realmente tão ingênuas ao supor que com pequenas alterações no texto legal, ela alcançaria os objetivos ocultos em seu âmago?

Isso, não temos como responder, ao menos não nesse momento. Hoje temos como avaliar que infelizmente não há garantias de que algo seja realizado apenas e tão somente por constar em lei. Parece uma afirmação absurda, uma vez que cabe aos órgãos públicos competentes criarem normas, regras, leis... Que auxiliem e garantam os direitos do povo.

Poderíamos mencionar inúmeros casos em que leis são simplesmente ignoradas em benefício de outrem, no entanto não é este o objetivo dessa dissertação, porém não podemos deixar de fazer menção a batalha empenhada por Leonel Franca logo no início dos anos de 1930 quanto à inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas.

Leonel Franca batalhou para que o governo aprovasse um decreto autorizando que o Ensino Religioso fosse inserido nas escolas públicas brasileiras, ao menos em caráter facultativo, pois acreditava que a família tinha o direito de matricular ou não os seus filhos nessa disciplina e para isso o mesmo deveria ser oferecido.

Pois bem, o decreto saiu em Abril de 1931, conferindo o caráter facultativo do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, todavia, hoje no Brasil, quantas escolas públicas fornecem a opção de matrícula aos seus alunos nessa disciplina por assim dizer?

Não temos dados qualitativos plausíveis desses números. Em nosso país ainda falta muito para alcançarmos uma estrutura que nos forneça os parâmetros adequados e confiáveis para respondermos a esse e há muitos outros questionamentos.

Na época em questão, os políticos tidos como os mais conservadores, sustentavam a ideia de haver uma necessidade de colaboração entre a Igreja e o Estado. Apropriando-nos ainda da contribuição de Riolando Azzi (AZZI, 2008, p. 206) “Por sua vez, alguns políticos mais conservadores passaram a assinalar a importância da colaboração da Igreja para o Estado, através da educação religiosa, considerada como um freio ao avanço das idéias socialistas”. O autor conclui seu raciocínio fazendo menção à diversidade de posturas existentes entre os estados, da mesma forma que ocorre atualmente.

Como já expomos em nosso trabalho, o objetivo da Igreja nesse período era manter um bom relacionamento com o Estado, e por esse motivo, incentivou seus fiéis a uma conduta de obediência e respeito ao poder público. Sabemos que essa idéia de sacralização do Estado não vingou. O Estado mantinha um apreço pela Igreja, mas permaneceu leigo.

Por questões metodológicas com a finalidade de melhor contextualizar o leitor, retomaremos agora alguns pontos, sobretudo o tema concernente ao Centro Dom Vital.

Com base nos trabalhos renomados utilizados nessa dissertação, concluímos que a grande preocupação da Igreja Católica nesse período foi lutar a fim de manter ou reassumir a sua predominância na sociedade brasileira. Esse ideal guardava

muitos outros intentos e necessidades da igreja, e manter uma relação harmoniosa com o Estado, passou a ser tão ou mais fundamental que outrora.

Nesse cenário do século XX, emerge um processo denominado de Restauração Católica, que se trata de um modo em ver as mesmas questões pelas quais a igreja estava empenhada e que já mencionamos nesse trabalho, porém com um olhar mais amplo, crítico, evoluído. Vale ressaltarmos que compreendemos esse “espírito mais evoluído” da Igreja, olhando para seu contexto e caminhada, ou seja, compreendemos como uma releitura que a Igreja faz de si mesma.

Embora essa vertente tenha conquistado apoio, sobretudo com o arcebispo Dom Sebastião Leme do Rio de Janeiro, o inverso também é verídico. Obviamente o clero mais conservador dificultou muito a situação. Todavia, o propósito fundamental da Restauração Católica era um argumento incontestável: necessidade de maior abrangência católica na sociedade brasileira e harmonia entre a Igreja e o Estado. Desse modo, vemos a Restauração Católica como uma continuidade da Reforma Católica do século XIX.

O Centro Dom Vital tinha uma forte elite intelectualizada. À sua frente estava Jackson de Figueiredo, o fundador, que conduzia o centro com uma visão moral tradicionalista. De modo inesperado, ele falece e Alceu Amoroso Lima, neoconverso tantos pelas mãos de Jackson de Figueiredo quanto do padre Leonel Franca, assume a liderança do Centro Dom Vital e de sua revista *A Ordem*. Segundo Pedro Américo Maia (MAIA, 1982, p. 33), “para assistente eclesiástico foi designado o Pe. Franca, que já estava em contato com o Centro e pôde, com efeito, orientá-lo até 1936”.

É comum a qualquer neoconverso portar-se de maneira mais partidária à sua fé. Foi também o que aconteceu com Alceu Amoroso Lima, que por muitos anos agiu de maneira extremada, reacionária, fato que é possível de confirmarmos baseando-se em seus próprios escritos, no entanto, com o passar do tempo, ele amadurece suas reflexões de maneira peculiar, deixando significativas contribuições.

O autor João Francisco Regis de Moraes (1985) realizou um trabalho intenso acerca da vida e do legado de Alceu Amoroso Lima. Em seu texto, conhecemos a figura que ficou à frente do Centro Dom Vital por várias décadas, convivendo diretamente com o padre Leonel Franca, autor da obra que escolhemos estudar

nessa dissertação de mestrado. Alceu Amoroso Lima contribuiu em diversas vertentes com a sociedade brasileira. Ademais:

3. À frente do Centro Dom Vital por decênios, assumiu, num período de efervescência cultural, a tarefa do educador informal, na medida em que se dedicou a promoções constantes (cursos, conferências, publicações de livros e revistas) de natureza cultural. Em que pese o tom proselitista do princípio, a revista *A Ordem* foi amadurecendo para posições de um catolicismo não radical ou sectário, embora nítido e definido. E o país beneficiou-se muito das promoções culturais do Centro Dom Vital. (MORAIS, 1985, p. 191). (grifos do autor).

Alceu Amoroso Lima foi um grande colaborador do Centro Dom Vital e por meio desse trabalho ousamos dizer que influenciou a sociedade brasileira católica de seu tempo. O autor Jorge Nagle (NAGLE, 1974, p.59) pressupõe que o Centro Dom Vital tinha como premissa auxiliar o episcopado brasileiro a fim de “recatolizar” os intelectuais para que uma vez conhecida a doutrina, ficasse mais fácil a sua prática social. Dessa forma, ele descreve:

9 – “Centro D. Vital”, em *A Ordem*, nº 9; “Centro D. Vital”, em *A Ordem* nº 10. Os Estatutos do Centro foram aprovados em maio de 1922, e determinam que “O Centro D. Vital é uma associação civil com sede na Capital da República, e tem por fim cooperar com o movimento social católico no Brasil, realizando o seguinte programa: (...) Fundação de uma biblioteca dotada de um serviço de informações bibliográficas; (...) Propagar a leitura de obras católicas, promovendo, do modo que sua Diretoria achar mais conveniente, a edição de uma coleção de livros de todos os gêneros, julgados úteis à Religião e ao Brasil, e de uma revista que será o órgão oficial da associação.” Cf. “Estatutos do Centro D. Vital”. Nas disposições transitórias, preceitua-se a constituição de um Conselho Eclesiástico, nomeado pela Autoridade Arquidiocesana, com a determinação que as publicações serão a ele submetidas previamente, ou à própria Autoridade Eclesiástica. (NAGLE, 1974, p. 317).

Desse modo, por intermédio do Centro Dom Vital, os católicos mais intelectualizados da época puderam se reunir para discutirem bem como refletirem sobre temas que antes eram particulares e de incumbência apenas da Igreja, pois cabia exclusivamente a ela a tarefa de administrá-los. Podemos também afirmar que as discussões oriunda do Centro Dom Vital, do Movimento Litúrgico, da Ação Católica, entre outros, eram promovidas pela elite brasileira católica, distanciando-se dessa maneira, das classes menos favorecidas.

Olhar para o laicato e com ele desenvolver um trabalho até então inusitado, foi o que ocorreu. O Movimento Litúrgico e a Ação Católica auxiliaram na organização e

na integração do laicato na Igreja sendo o Centro Dom Vital o principal ponto de encontro, discussão e divulgação das reflexões oriundas desses encontros. É importante destacarmos, que inúmeros movimentos católicos surgem nesse momento, no entanto não nos cabe discorrer sobre todos eles, pois inviabilizaria o nosso trabalho. Destarte, a título de ilustração, explanaremos apenas sobre O Movimento Litúrgico e a Ação Católica.

De uma maneira bastante sucinta, mas eficiente, Riolando Azzi descreve o intento do Movimento Litúrgico e da Ação Católica:

Enquanto o Movimento Litúrgico apregoava a necessidade de maior participação dos fiéis no culto oficial da Igreja, o movimento da Ação Católica advogava maior presença desses mesmos fiéis na missão apostólica da Igreja. Dessa forma, eram conquistados espaços para que os leigos pudessem atuar tanto no cerne da instituição eclesial, através das celebrações rituais, como na sua própria expansão missionária, no âmbito da vida política e social. (AZZI, 2001, p. 14).

Essa pretensão do Movimento Litúrgico descontentou bispos, padres e membros do próprio laicato. Para Riolando Azzi, esse acontecimento foi um dos mais importantes e revolucionários da época. O autor organiza seu raciocínio sintetizando os aspectos inovadores do Movimento Litúrgico, partindo de uma definição constituída por três dimensões que estão integradas:

primeiro aspecto era a ênfase na participação dos cristãos no culto divino, abrindo-lhes assim o acesso ao mistério de Cristo e questionando [...] o poder absoluto dos clérigos na esfera do sagrado. Abalava-se [...] o clericalismo dominante na instituição católica desde a época tridentina. O segundo ponto era a valorização da dimensão mística da Igreja, relegando para segundo plano o seu caráter institucional. Foi [...] um dos aspectos que mais contribuiu para a elaboração da teologia do Corpo Místico, que a partir de então foi suplantando paulatinamente a concepção tradicional da Igreja como uma sociedade perfeita e hierarquizada. Como consequência, o jurisdiccionismo romano perdia sua função hegemônica no âmbito eclesiástico. O terceiro aspecto é [...] a afirmação de uma espiritualidade centralizada no mistério de Cristo, que pouco a pouco deixava para segundo plano a devoção e o culto ao pontífice romano e à Igreja institucional [...] questionava todo o modelo de catolicismo militante, abria também as portas do catolicismo para o movimento ecumênico. (AZZI, 2001, p. 16).

A partir dessas contribuições, tornam-se evidentes os motivos que desagravaram tantos padres e leigos. As Missas dialogadas, a tradução do Missal, entre outros fatores, corroboraram para esse descontentamento das alas mais

conservadoras do catolicismo, todavia, muitos religiosos e leigos sentiram-se privilegiados com tais mudanças.

Precisamos considerar, que a nova direção trazida tanto pelo Movimento Litúrgico, quanto pela Ação Católica causou muita polêmica. No Centro Dom Vital esse tema era recorrente, tanto que em diversos números de sua revista *A Ordem*, encontramos textos a esse respeito.

Também é de conhecimento que esses fatores “confundiram” há muitos religiosos e leigos, uma vez que dentro das próprias congregações, das igrejas, dos movimentos, dos institutos, entre outros, havia os favoráveis, os contrários e, sobretudo, os divididos. Muitos apoiavam e temiam ao mesmo tempo. Os cristãos também ficaram na mesma situação dúbia.

Quanto a Ação Católica, podemos dizer que serviu de base para auxiliar os jovens em sua participação no Movimento Litúrgico. Foi de suma importância, pois trabalhava o aspecto mais social da vida humana, tendo criado muitos grupos e também atentando-se à juventude feminina. Segundo Riolando Azzi (2001) o padre Leonel Franca foi grande colaborador dessa corrente, ministrando diversas palestras a esse público.

Desse modo, concluímos que o mais importante desses movimentos foi a inserção efetiva do laicato, enquanto membros da Igreja, usufruindo do direito dela participarem, tanto nos cultos quanto no apostolado. Foi um período de grandes conversões, uma vez que deparando-se com toda a grandeza e riqueza do culto católico que antes apenas os sacerdotes gozavam, pois apenas eles compreendiam de fato o ritual de uma Missa.

Evidentemente, essa novidade trouxe consigo muitos exageros que causaram problemas, mas podemos considerar que tudo que é novo traz também essa característica, onde torna-se necessária a capacidade de verificar sua abrangência, bem como de delimitar os seus limites.

Paralelamente aos acontecimentos descritos anteriormente, também devemos considerar as causas políticas e governamentais que nesse período estavam em polvorosa, com o advento da industrialização a guisa capitalista.

A conhecida Revolução de 1930 marcou o desenvolvimento brasileiro, e a educação também sentiu esse impacto. O processo crescente de urbanização e

de industrialização que o país vivenciava, pedia uma política que desse conta da nova economia que o país desenvolveria.

Muitos movimentos surgiram nesse período, convergindo para a Revolução de 1930. Somente com uma sólida estrutura governamental, que analisasse cuidadosamente os interesses políticos e econômicos da sociedade brasileira, bem como, levasse em consideração as suas latentes necessidades, é que seria possível vislumbrar um Brasil em real condições de progresso. Para Otaíza de Oliveira Romanelli (2010) o tenentismo foi dos movimentos que mais marcou essa fase:

De todos, o que mais profundamente marcou a luta pela mudança do processo político e saiu vitorioso com o movimento de 1930 foi o tenentismo. Sem uma ideologia definida, capaz de sustentá-lo como movimento duradouro e coerente, o tenentismo se resumiu numa série de reivindicações que oscilaram entre a necessidade de se implantar uma ordem social e econômica de caráter capitalista e a moralização das eleições, até a implantação de mudanças radicais, só passíveis de realização pela imposição de um governo forte, coeso e nacionalista. (ROMANELLI, 2010, p.51)

Ademais, para superar toda a crise que se instaurara, o governo brasileiro necessitava tomar providências, o que não era uma tarefa fácil, se considerarmos que além desses fatores, o Brasil estava em ano de eleições para o governo republicano e que obviamente, havia muitos jogos de interesses.

Nesse contexto, as oligarquias vinham se mantendo à duras penas no poder, pois o clima era de constante instabilidade. O então presidente da República, Washington Luís, rompe com a política conhecida como café-com-leite ao indicar o governador de São Paulo Júlio Prestes a sua sucessão.

Esse foi apenas um dos fatores que expandiram os ares de revolta. O descontentamento com o governo vigente era notório e os grupos reacionários estavam tumultuados. Sendo assim:

As eleições de 1930, para Presidência da República, realizada em clima de grande agitação política e nas quais imperou, como de costume, a fraude, deram vitória ao candidato da situação. Esse fato, aliado ao assassinato do candidato oposicionista à vice-presidência, acabou por constituir os motivos concretos de que se carecia para a irrupção do movimento armado. (ROMANELLI, 2010, p.51).

Com Getúlio Vargas assumindo a Presidência da República, ainda que a princípio em caráter provisório, mudanças começaram a ocorrer. Os movimentos se uniram, estabelecendo um acordo de partidos políticos para um fim comum. Era uma junção debilitada, muitas camadas sociais diferentes com interesses também diversos tentando aliar-se.

Segundo Otaíza de Oliveira Romanelli, desse processo de coalizão surgiram duas correntes. Uma era composta pelos militares superiores, alguns plantadores de café e pela elite política da oposição. A segunda corrente se subdividiu em dois grupos: os tenentistas e os constitucionalistas. Nessa conjuntura:

Assim que se instalou o novo governo, a princípio em caráter provisório, sob a Presidência de Getúlio Vargas, começou a desmoronar-se a coalizão, com a radicalização das posições em torno da volta à normalidade constitucional. E foi a instabilidade gerada pelo conflito dos interesses das várias facções revolucionárias que caracterizou os primeiros anos do Governo Vargas. [...] Foram 15 anos marcados por um período mais instável (de 1930 a 1937) e uma ditadura (de 1937 a 1945). (ROMANELLI, 2010, p.52).

A partir desse momento, durante a implantação do Governo Provisório, a divergência entre tenentistas e constitucionalistas marcam o período. Surgem “novos” conservadores que se aliam ao grupo dos constitucionalistas a fim de requerer uma constituição.

Em 1932, em São Paulo, ocorre uma Revolução Constitucionalista, mas sem sucesso devido à pressão exercida pelos tenentistas. Apenas dois anos mais tarde o governo promulgou uma Constituição que não abrangeu o interesse dos paulistas, o que fez com o que o movimento dos tenentistas perdesse a energia.

Considerando todos os fatores elucidados nesse texto, compreendemos que o governo instaurado deveria agir vigorosamente com a finalidade de alcançar uma política que abarcasse todo o desenvolvimento econômico, industrial e urbano que nesse contexto era primaz ao Brasil.

Observamos que o papel da Igreja Católica também foi incisivo nesse processo. As questões que versam sobre a educação ganham destaque e força desse ponto em diante. Como exemplos, podemos mencionar a Reforma Francisco Campos e o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Seguindo com nossa linha de raciocínio, Dermeval Saviani endossa nossas explanações, corroborando dessa forma, com os argumentos anteriormente por nós utilizados. Segundo esse autor:

foi no clima de ebullição social característico da década de 1920 que, no campo educacional, emergiram, de um lado, as forças do movimento renovador impulsionado pelos ventos modernizantes do processo de industrialização e urbanização; de outro lado, a Igreja Católica procurou recuperar terreno organizando suas fileiras para travar a batalha pedagógica. Essas duas forças desempenharam um papel de relativa importância como dispositivos de sustentação do “Estado de compromisso”, concorrendo, cada uma à sua maneira e independentemente de seus propósitos explícitos, para a realização do projeto de hegemonia da burguesia industrial. (SAVIANI, 2010, p. 193).

O que Dermeval Saviani nomeia como “Estado de compromisso” trata-se do resultado político da Revolução de 1930, que a seu ver, o Estado exerceu seu governo de modo que conduzisse a hegemonia da burguesia industrial. Nesse excerto, também evidencia-se a agitação social que havia naquele contexto, bem como a influência e participação da Igreja. E por último, mas nem por isso menos relevante, o acentuado crescimento da industrialização e da urbanização do país que consequentemente pediam medidas governamentais urgentes.

Como pudemos verificar ao longo desse capítulo, a Igreja Católica passou por diversas situações políticas que exigiram um novo olhar e uma grande disposição a fim de reverter esse quadro. Especialmente no que tange o Ensino Religioso, a Igreja teve o padre Leonel Franca que não mediu esforçou para que esse ensino pudesse voltar às escolas.

Contudo para que isso ocorresse de maneira mais segura e eficaz, era preciso que constasse em lei que o Ensino Religioso fizesse parte do currículo escolar. Dessa maneira, muitos autores, especialmente católicos, buscaram expressar em seus textos a necessidade do Ensino Religioso na formação do cidadão, a fim de que a causa ganhasse força e argumentação.

No segundo capítulo dessa dissertação, veremos detalhadamente a batalha de Leonel Franca para que o decreto do dia 30 de abril de 1931 fosse aprovado com a reinserção do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, bem como a força que a publicação do seu livro *Ensino Religioso e Ensino Leigo* teve para que esse decreto fosse parte da nova Constituição de 1934. Por ora, exporemos brevemente

do ponto de vista político e legal como isso ocorreu, uma vez que já discorremos amplamente do ponto de vista da Igreja Católica sobre essa questão.

Sabemos que o Brasil republicano almejava organizar sua rede pública de ensino, o que nunca foi uma tarefa fácil de ser alcançada. Após a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932 e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, é que “em decorrência dos embates políticos, conseguiu-se responsabilizar o Estado, por meio da Constituição de 1934, pelo estabelecimento de um Plano Nacional de Educação e pela expansão da rede de ensino”. (JUNQUEIRA et al, 2007, p. 20).

Endossando nossas afirmações quanto à efetiva participação de Leonel Franca nas causas do Ensino Religioso, especialmente no que compete ao olhar da Igreja Católica, o autor Sérgio R. A. Junqueira, grande especialista sobre essa temática em nossa atualidade, em seu texto faz referência ao autor da obra que estudamos:

Ao longo da Primeira República desenvolveu-se uma intensa campanha para reduzir os efeitos práticos do dispositivo constitucional que referendava a laicidade do Estado. Na defesa da Igreja da década de 1930, encontramos Augusto de Lima e posteriormente Leonel Franca, que, em Minas Gerais, teve seu texto sobre o ER incorporado à Constituição de 1934, sendo facultativo para o aluno e obrigatório para a Escola. Entretanto, em 1937, ele passa a ser facultativo para ambos. (JUNQUEIRA et al, 2007, p. 21).

Segundo Dermeval Saviani (2010, p. 196-197) foi “o Decreto n. 19.941 de 30 de abril de 1931, que pela primeira vez na história da República, reinsere o ensino religioso nas escolas públicas. O autor ainda ressalta que o Decreto foi aprovado por um escolanovista, antes do conflito entre católicos e escolanovistas. Sobre essa temática:

O conflito emergiu no apagar das luzes de 1931, na IV Conferência Nacional de Educação, vindo a consumar-se a ruptura com a publicação do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”, no início de 1932. Em consequência, os educadores católicos retiraram-se da ABE e fundaram, em 1933, a Confederação Católica Brasileira de Educação. Francisco Campos seguiria sua trajetória no governo e, em coerência com o seu pensamento autoritário, seria o redator da Constituição outorgada em novembro de 1937 que instituiu o Estado Novo, de cujo regime foi o ministro da Justiça. Nessa adesão ao Estado Novo foi acompanhado por outros próceres do movimento escolanovista como Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. (SAVIANI, 2010, p. 197-198).

Acreditamos que nossa explanação tenha atingido nosso objetivo inicial de contextualizar o leitor sobre o cenário dessa época. Conseguindo se reestruturar, a Igreja Católica ressurge depois de superada a crise que passara na implantação do Regime Republicano. Pensamos que esse fato teria sido mais complexo se a Igreja não tivesse começado a se organizar ainda em meados do Império.

Quanto ao período em que a Igreja Católica participou dos ideais escolanovistas e posteriormente a ruptura com essa linha de pensamento, optamos por fazer essa pequena menção, uma vez que nosso objeto de estudo está bem delimitado na obra que escolhemos estudar, contudo não poderíamos deixar de mencionar um fato de significativa relevância no âmbito educacional.

É nesse contexto histórico, político, social e religioso que Leonel Franca nasceu e viveu toda a sua breve e produtiva vida. No próximo capítulo, apresentaremos as origens e os caminhos percorridos por Leonel Franca onde certamente muitas dessas discussões poderão ser vistas como pano de fundo, entre outras que retomaremos com mais atenção, como por exemplo, sua luta para que o Decreto de 30 de abril de 1931 fosse aprovado incluindo o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

CAPÍTULO II

LEONEL FRANCA: TRAÇOS BIOGRÁFICOS

Conforme já dissemos anteriormente, cremos que seja de suma importância contextualizar o leitor sobre o momento histórico, político, social, educacional e religioso em que o padre Leonel Franca viveu, bem como, observar atentamente todos esses elementos no momento em que a obra que estudamos foi escrita. Nesse capítulo, apresentaremos um pouco da biografia do autor e os principais acontecimentos que marcaram a sua trajetória.

Salientamos que em nossa pesquisa contamos basicamente com dados disponíveis em um site da *Fundação Padre Leonel Franca*, com o *Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio* e com um livro riquíssimo escrito pelo padre Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux, intitulado: *O Padre Leonel Franca s.j.* Ademais, ressaltamos que não se trata de realizar uma resenha desse livro, no entanto ele será nosso braço direito ajudando-nos a contar a história de Leonel Franca.

Destacamos ainda que não temos nenhuma intenção de realizar uma reescrita biográfica sobre o padre Leonel Franca, mas queremos ressaltar elementos de toda a sua trajetória de vida e de trabalho por acreditarmos no nosso dever em compartilharmos esses dados com o público leitor. Infelizmente como já dissemos, não encontramos muito material sobre esse assunto e por isso

contaremos quase que exclusivamente com a obra do padre Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux.

Durante a nossa pesquisa, nos surpreendemos com diversos fatores descobertos. De modo especial, pela grande quantidade de escritos deixados por Leonel Franca e que ainda permanecem inéditos. Esses textos vão desde cartas que foram enviadas, conferências proferidas até suas anotações pessoais em seus diários.

É por isso que decidimos relatar sua história dando maior atenção a esses “detalhes”, para quem sabe conseguirmos suscitar a curiosidade em novos pesquisadores. Acreditamos que estudar esse material certamente nos trará grandes contribuições acadêmicas.

1. Primeiros passos: vocação versus saúde física

Leonel Edgard da Silveira Franca nasceu na cidade de São Gabriel no Rio Grande do Sul, onde nesse momento sua família havia fixado residência em função da construção da Estrada de Ferro entre Cacequi e Bagé. Essa obra estava aos cuidados de seu pai. Não se sabe ao certo o dia de seu nascimento, tendo como possibilidades os dias seis ou sete de janeiro de 1893. Sobre essa divergência, escreve o padre Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux:

Sempre se celebrou o aniversário do Pe Franca no dia 7 de janeiro. Todos os seus documentos trazem essa data, baseados certamente numa certidão antiga que fôra tirada no próprio mês do nascimento e se conserva na Cúria Provincial do Rio. Entretanto um atestado recente do Registro Civil assim reza: “Aos sete dias do mês de janeiro do ano de mil oitocentos e noventa e três nesta cidade de S. Gabriel... em meu cartório compareceu o cidadão Miguel Jesus Vasques... e em presença das testemunhas... declarou: que ontem às oito e meia horas da manhã, nesta cidade, na casa número dezesseis, sita à rua Barão de S. Gabriel, nasceu uma criança do sexo masculino que se há de chamar *Leonel Edgard*”. Como explicar a divergência, não o sabemos. (D'ELBOUX, 1953, p. 21-22). Ver. Notas de rodapé

Ademais tais curiosidades quanto à data de seu nascimento, o padre Leonel Franca, teve como pai o Dr. Justino da Silveira Franca, engenheiro civil,

professor da Escola Politécnica e inspetor da Viação do Estado da Bahia; e por mãe a senhora Maria José de Macedo Franca.

A veia eclesiástica pulsava fortemente em sua família, bem como a intensidade religiosa vivida pela mesma. Era sobrinho-neto de Dom Antônio de Macedo Costa, bispo do Pará e muito amigo de Dom Vital, envolvido diretamente na chamada *Questão Religiosa*, que opôs Dom Pedro II à Igreja.

Leonel Franca era o terceiro filho dessa família, sendo que dois de seus irmãos adoeceram vindo a falecer Eudoro, o segundo filho. Regressando a Salvador na Bahia, Leonel Franca foi batizado no dia dezenove de maio de mil oitocentos e noventa e três, em uma capela particular na casa dos avós maternos. Teve como padrinho seu tio Dom Antônio de Macedo Costa e Olívia dos Santos Pereira.

Estudou no Colégio Alemão e no Colégio Vieira dos oito aos dez anos de idade. Foi um exímio aluno, extremamente aplicado, caprichoso e dedicado aos estudos e aos seus amigos de classe. No livro *O Padre Leonel Franca s.j.* escrito pelo padre Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux, foi possível encontrar relatos detalhados sobre a sua vida desde a infância, incluindo depoimentos de professores, colegas de classe, amigos, familiares e diversas outras pessoas que de uma maneira ou outra estiveram envolvidas com a sua vida.

Leonel Franca perdeu a sua mãe bastante jovem. Em 1905 enquanto ele cursava o 2º ano do ginásial no Ginásio da Bahia, sua mãe faleceu no dia 29 de novembro, e deixou nove filhos. No ano seguinte por iniciativa do já Mons. Macedo Costa, Leonel e seus irmãos Leonardo, Leopoldo, Leovigildo e Luís, internaram-se no Colégio Anchieta de Nova Friburgo no Rio de Janeiro.

Nesse momento, o Colégio Anchieta havia alcançado seu auge de respeitabilidade perante toda a sociedade de então. Mais de trezentos alunos ali estudavam e conviviam com docentes e personalidades de grande relevância intelectual para a época. Rui Barbosa já havia discursado para os alunos enquanto atuava como paraninfo.

Nelito foi o apelido que acompanhou Leonel Franca desde a sua infância. Por ocasião de toda a sua dedicação, em 24 de maio do ano de seu ingresso, foi aceito como Noviço ou Aspirante na Congregação Mariana de Mater Pietatis,

tendo como diretor e padre espiritual da Congregação o padre Augusto Estanislau Aureli.

Ainda no ano de 1906, em 28 de outubro Leonel Franca recebeu a fita de Congregado. Em 28 de abril de 1907 ele foi eleito Mestre de Noviços e no ano seguinte 1º assistente e 2º secretário. Tanta dedicação refletiu-se em suas notas e fez com que adquirisse inúmeras medalhas durante toda a sua trajetória acadêmica como veremos a seguir:

Na festa de encerramento do curso, 13 de dezembro de 1906, presidida pelo Exmo Cardeal D. Joaquim Arcoverde, Leonel Edgard da Silveira Franca ostentou no peito oito medalhas: de Comportamento e Aplicação, Português, Francês, Inglês, Latim, Álgebra e Geometria, Corografia e Música. No ano seguinte (12 de dezembro) os mesmos triunfos escolares sob as vistas complacentes do Exmo. Sr. D. Alexandre Barona, Núncio da Santa Sé no Brasil: prêmio de Aplicação e Comportamento, Religião, Português, Grego, Latim, Alemão e História Geral, sem falar nas menções honrosas e “próximos” ao prêmio. Na Música foi classificado como Emérito em instrumento de corda: tocava violino, arte que depois sacrificou inteiramente. (D'ELBOUX, 1953, p. 28).

Como pudemos constatar, Leonel Franca foi um aluno muito aplicado durante toda a sua vida escolar. Era um garoto franzino e devido à fragilidade de sua saúde e as limitações por ela imputadas, não pode dedicar-se da maneira que lhe era apraz.

Em 1907 demonstrou interesse para ingressar na Companhia de Jesus. Apesar de ter sido aceito não se sabe por qual razão não houve seu ingresso naquele ano. Há algumas hipóteses a esse respeito como, por exemplo, algum tipo de dificuldade em conseguir a autorização de seu pai para esse fim; alguma dúvida que lhe surgiu naquela época ou até mesmo pela pouca idade que possuía. Contudo trata-se apenas de especulação. Mais tarde em seus relatos durante o seu Noviciado, Leonel Franca chama para si a responsabilidade por ter protelado a sua inserção na Companhia de Jesus.

Nesse período, no despontar dos seus quatorze anos de idade, durante uma partida de futebol, ele sofre um reumatismo generalizado que lhe afeta o coração. O fato se deu em maio de 1908 e durou até outubro desse ano. Leonel Franca sofreu uma crise de endocardite e a partir de então o seu coração sempre tornou a sua saúde ainda mais debilitada.

Nessa conjuntura, surgem alguns fatos no mínimo curiosos. Obviamente a doença fez com que ele ficasse afastado das aulas por longos meses, recebendo cuidados médicos especiais e por vezes não sabiam sequer se ele sobreviveria ao mal que lhe acometera.

O médico que lhe acompanhou, foi o Dr. Galdino do Valle, que logo após a conclusão de seu diagnóstico, concluiu dizendo que o mesmo deveria ser encaminhado a uma profissão que fosse calma em compatibilidade a vida metódica que ele passaria a levar. Como exemplo, o médico sugere a carreira eclesiástica.

Paralelo a esse ocorrido, segundo padre Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (1953, p. 32) “de fato, que nessa ocasião, estando entre a vida e a morte, no quarto contíguo à Capela Mater Pietatis, teria Leonel prometido ao Pe. Reitor urgir a sua resolução de abraçar a vida religiosa na Companhia de Jesus”. No entanto, a doença tornou-se nesse momento um empecilho ao seu ingresso na vida religiosa.

Após algumas conversas, acreditaram que sua doença não constituía dificuldade em seu futuro ofício. Em posse de sua licença para o ingresso, finalmente Leonel Franca é aceito na Companhia de Jesus e sentindo-se reanimado, consegue colocar em ordem todas as matérias que ficaram atrasadas e novamente encerra o ano com suas notas tão elevadas quanto nos anos anteriores.

2. Do ingresso na Companhia de Jesus à sua ordenação sacerdotal: nascimento de um educador

Leonel Franca ingressa na Companhia de Jesus em 12 de novembro de 1908. No dia 3 de dezembro do mesmo ano, ele escreve um texto que se mantém guardado nos arquivos no Noviciado até o dia de sua morte. Assim diz sua declaração:

Sinto inclinação para os estudos e para dar missões, principalmente aos índios... Não sofro incômodo algum habitual ou crônico. A minha memória é boa... Sou de temperamento alegre. Sou de compleição regular. Resisto ao trabalho mental e ao material, se não fôr muito pesado... Não sinto aversão para ofício ou ministério algum. Estou indiferente a qualquer coisa que os Superiores me mandarem, e para ir e estar em qualquer parte. (FRANCA in D'ELBOUX, 1953, p. 36-37).

Desde o início, Leonel Franca mostrou-se interessado nos estudos e em sua vocação sacerdotal. O apreço pela academia fez com que ele se tornar-se um dos intelectuais mais completos de seu tempo, sendo admirado não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo.

Leonel Franca desempenhou muito bem as atividades necessárias no período do Noviciado. No início sente um pouco de dificuldade em manter-se concentrado por uma hora inteira durante a meditação e isso o deixa deveras frustrado, mas na verdade está exercendo grande autoridade consigo mesmo, e dessa maneira, está exercitando a virtude da humildade.

Aos poucos, vai se acostumando com a vida religiosa, mas nem por isso deixa de ser tão exigente consigo mesmo. Trouxemos um trecho escrito em sua biografia, que descreve a rotina de um jovem no Noviciado. Optamos por transcrevê-lo quase sem rupturas, o que o torna mais longo e cremos que mais interessante também. Desse modo:

as distribuições comuns do horário dos Irmãos Noviços naquele tempo: Levantar às 5,30; uma hora de meditação, seguida do quarto de reflexão e logo a Santa Missa. Das 8,30 às 9, lição de memória. Às 9 horas, leitura ordinária de Ascética: Tratado de Perfeição e Virtudes Cristãs, pelo Pe. Afonso Rodrigues S.J.; Imitação de Cristo e Regras da Companhia de Jesus. Às 10, instrução do Pe. Mestre. Em seguida, meia hora de trabalhos manuais e humildes, varrer, etc. Ao meio-dia, jantar, precedido do Exame de Consciência e seguido do costumado recreio e sesta. Pelas 2,30 da tarde, leitura da vida dos Santos (30 minutos), algum exercício escolar de cerca de uma hora e outra vez trabalhos manuais. Às 4,15, pontos e mais meia hora de oração mental. Às 5, merenda e passeio (às vezes em silêncio). De volta, têrço, visita ao Santíssimo para ganhar as indulgências das Estações; alguns dias, quartinho de caridade (manifestação pública dos defeitos); Ladaínhas de Todos os Santos, e às 20 horas, ceia, breve recreio, preparação da Meditação do dia seguinte, exame de consciência, e às 21,45, repouso.

Nos dias santos e feriados rezava-se o Pequeno Ofício de Nossa Senhora. Aos domingos costumavam ir os Irs. Noviços dar catecismo às crianças na Igreja de S. Gonçalo. (D'ELBOUX, 1953, p. 40).

Observamos que sua rotina é composta de uma série de atividades programadas com horários determinados ao longo de todo o dia. Até mesmo os períodos de descanso, fazem parte da rotina estabelecida. Em nenhum registro, encontramos passagens em que Leonel Franca demonstre insatisfação ou cansaço.

No dia 10 de setembro de 1909, ele recebe o Sacramento do Crisma, ministrado por Dom Duarte Leopoldo e Silva, tendo como padrinho o Dr. Luís Tolosa de O. Costa. (D'ELBOUX, 1953, p. 40-41).

Aos 13 de novembro de 1910, Leonel Franca realiza o pronunciamento de seus primeiros votos públicos na Companhia de Jesus: pobreza, castidade e obediência. Também é feito o voto de entrar definitivamente para a companhia, que acontece após o tempo de provação, encerrando-se no final dos estudos. (D'ELBOUX, 1953, p. 48-49).

Depois de se pronunciar os votos públicos, inicia-se o período denominado de “escolástico”, que ele cursou durante os anos de 1911 e 1912, ou seja, trata-se da formação intelectual em Letras, Filosofia e Teologia. Em setembro de 1912 foi para Roma cursar filosofia na Universidade Gregoriana.

Em Roma, Leonel Franca deu continuidade aos seus estudos, mantendo-se sempre além das expectativas. Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux, que recolheu toda a sua história, assim nos relata:

Nesse ano de 1913 elevou-se o Ir. Franca aos primeiros graus da participação real no sacerdócio de Cristo. Aos 19 de janeiro, Domingo de septuagésima, recebeu a sagrada tonsura na Igreja de Santo Apolinário, das mãos de D. José Ceppetelli, Patriarca de Constantinopla. A coroa clerical, relembrando a coroa de espinhos da Paixão, é símbolo de renúncia às vaidades mundanas e marca da consagração ao estado eclesiástico.

Aos 15 de fevereiro, sábado das Têmperas da Quaresma, na mesma igreja e do mesmo Sr. Bispo, recebeu as duas primeiras Ordens Menores: de Ostiário e Leitor. As outras duas de Exorcista e Acólito, foram-lhe conferidas no dia 25 de julho [...] (D'ELBOUX, 1953, p. 67-68).

Nesse contexto, explodia na Itália a Grande Guerra e por esse motivo a Universidade Gregoriana decidiu antecipar as avaliações. Em 28 de maio de 1915, Leonel Franca prestou seu exame de *Universa Philosophia*, defendendo majestosamente quatro teses escolhidas entre cem. (D'ELBOUX, 1953, p. 69). Alguns meses depois ele regressa ao Brasil.

Nessa conjuntura, chega o momento de Leonel Franca ingressar no período do magistério, fato que especialmente merece atenção devido aos intentos dessa pesquisa. Ele exerceu o magistério por cinco anos no Colégio Santo Inácio. Sendo assim:

O período do magistério secundário que a Companhia de Jesus intercala entre a Filosofia e a Teologia, constitui um precioso estágio de prática pedagógica e uma como iniciação nos ministérios apostólicos. Isto porque a finalidade dos Colégios jesuítas, conforme as normas da *Ratio Studiorum*, foi sempre educar e não apenas instruir. Ora, não há função educativa sem a projeção da Divindade da consciência da criança. (D'ELBOUX, 1953, p. 75). (destaques do autor).

Eis o cerne da pedagogia compreendida por Leonel Franca: a diferenciação indispensável que deve haver entre educação e instrução. Veremos no terceiro capítulo dessa dissertação, que o autor inicia seu texto sobre o aspecto pedagógico discorrendo energicamente sobre essa temática.

Na vasta obra que Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (1953) escreveu sobre o padre Leonel Franca, encontramos uma citação muito interessante. Trata-se de um relato de José Leme Lopes, um ex-aluno de Leonel Franca. O relato é longo, minucioso acerca das aulas e da postura exercida pelo seu professor. Optamos por citar apenas dois trechos, pois acreditamos já serem suficientes para denotarem a veia pedagógica desse autor:

A matéria era dada de acordo com o programa do Pedro II e o Pe. Franca se atinha quanto possível ao livro escolhido. Sua contribuição pessoal era sobretudo o modo de expor o assunto, simplificando-o, esclarecendo-o. era de tal forma atraente sua exposição, que a ouvíamos com interesse e prazer; o tempo passava sem sentirmos e ao fim de 50 minutos a lição estava sabida e era quase desnecessário repassá-la depois, para retê-la. Uma precisa utilização do tempo – uma constante de toda a vida do Pe. Franca – concorria poderosamente para sua perfeição didática. Todos os alunos eram interrogados, a classe toda trabalhava e o aproveitamento foi enorme...

Nunca encontrei outro professor que tivesse sua capacidade de exposição. (LOPES in D'ELBOUX, 1953, p. 77).

José Leme Lopes nos fornece uma declaração preciosa sobre a competência de Leonel Franca em seu ofício de professor. Conhecendo a obra por ele escrita sobre a temática do Ensino Religioso, nos sentíamos no mínimo curiosos em conhecer esse lado desse autor.

Afinal, como teria sido o educador Leonel Franca? Acreditamos que, por intermédio dos apontamentos e das impressões por ele deixados em sua obra, especialmente nos primeiros dois aspectos de seu livro, o pedagógico e o social, nos revelam um profissional que conhecia bem a incumbência do processo educativo, bem como seus limites e fragilidades. Tendo em mãos essa colaboração, endossamos nosso pensamento e impressões acerca de suas capacidades pedagógicas:

Nas aulas [livres] de História da Filosofia, nos transportava ao ambiente mais amplo das grandes idéias e nos iniciava no manusear dos originais, na busca das fontes, no confronto dos comentários. Sua excepcional formação humanística se fazia então sentir em tôda sua pujança; lendo os gregos, os latinos e os modernos, tirava disso o maior partido e tornava suas aulas um encanto espiritual. [...] Perguntava-nos sóbre as nossas dificuldades nos estudos, nas suas e nas outras matérias. Ajudava-nos de todos os modos, até oferecendo suas notas e resumos [...] Se procurava nossa formação intelectual, não descurava a religiosa. Em primeiro lugar, pelo exemplo [...] grande como formador das personalidades e das almas, que procurava encaminhar para o Cristo, de quem se tornou mais tarde o preparador do caminho para a inteligência brasileira. (LOPES in D'ELBOUX, 1953, p. 78-79).²

Podemos afirmar com base nos relatos acima, que padre Leonel Franca foi um exímio educador. Não media esforços para auxiliar seus alunos no que fosse necessário. Trabalhava com afinco e seriedade, estando sempre disponível aos seus alunos.

Vale destacarmos, que Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (1953, p.77 ver nota de rodapé 67), escreve narrando o fato de que o colégio em que na ocasião Leonel Franca lecionava, contava com escassos recursos e aparelhagens, sendo que apenas no ano de 1920, ele trouxe de Roma equipamentos adequados e organizou.

No ano de 1918, com apenas 25 anos de idade, ele inicia sua arte em escrever livros. O primeiro deles foi: *Noções de História da Filosofia*. Esta obra é oriunda de suas aulas de filosofia “Fruto de estudos filosóficos, essa obra utilíssima nasceu de sua inteligente caridade em socorrer os alunos e demais estudantes brasileiros que passavam para Faculdade de Direito. (D'ELBOUX, 1953, p. 83).

² José Leme Lopes, *O Pe. Franca, professor de Humanidades no Verbum*, dezembro de 1948, V, págs. 413-417.

Em novembro de 1920 Leonel Franca retorna a Faculdade Teológica da Universidade Gregoriana para cursar Teologia. Quase um ano depois, em 28 de setembro de 1921, seu pai falece e isso o abala profundamente, mesmo crendo na vida eterna, demonstra um sentimento saudosista.

Podemos perceber com clareza, que Leonel Franca nem de longe tinha uma vida tranquila como as recomendações médicas lhe havia prescrito. Em todo esse transcorrer de tempo que percorremos ao contar um pouco mais sobre sua vida, por várias vezes, ele sentiu-se mal, necessitando de maiores cuidados médicos.

Mas é em 1923, ano marcante para ele por três grandes acontecimentos em sua vida, que o seu estado de saúde começa a agravar-se e a complicar-se seriamente. Dessa maneira:

O ano de 1923 ficou assinalado na vida do Pe. Franca por três acontecimentos salientes: a publicação do livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, a crise cardíaca que o levou às portas da morte e, finalmente, sua ordenação sacerdotal. (D'ELBOUX, 1953, p. 105). (destaques do autor).

Apesar de Leonel Franca aparentemente ter se recuperado desse grande susto e conseguido voltar à ativa, seu estado de saúde foi agravando-se dia-a-dia. Sendo ele um homem extremamente competente, acabava também sendo requerido para executar muitos afazeres, os quais realizava com grande entusiasmo e prazer.

Nesse contexto, (D'ELBOUX, 1953, p. 114-115). Leonel Franca recebe a missão de constituir uma biblioteca para o Filosofado em Nova Friburgo. Estando ele muito atarefado com a biblioteca, com a impressão do seu livro *A Igreja, a Reforma e a Civilização*, e com os estudos finais da Teologia, gravemente ele adoece.

Luiz Gonzaga da Silveria D'elboux, transcreve um trecho de uma carta que Leonel Franca escreveu a seu irmão Leopoldo no dia 24 de maio de 1923. Assim diz Leonel Franca a seu irmão:

Tenho andado, mais que nunca, sobrecarregado de ocupações; achar cinco minutos livres no dia é para mim uma verdadeira dificuldade [...] No dia 10 de maio, depois de uma noite insone, salteou-me pela madrugada uma palpitação de violência alarmante. Injeções e calmantes

produziram pouco efeito. Após 15 horas de arritmia tão violenta, julguei prudente receber os últimos sacramentos. (FRANCA in D'ELBOUX, 1953, p. 115-116).

Observamos que na sequência de seu relato, ele prossegue dizendo que recebeu o Sacramento da Extrema Unção, mas que o Senhor o deixou viver e que naquele instante para ele a morte seria seu maior consolo, pois morreria na Companhia de Jesus. Entretanto um instante de tristeza lhe acomete ao pensar que se morresse naquela noite, não teria sido ordenado e que também não poderia se despedir de seus entes queridos e encerra dizendo “Louvado seja Deus, que parece me quererá conceder esta dupla satisfação”. (FRANCA in D'ELBOUX, 1953, p. 116).

Acreditamos que Leonel Franca sentia que não viveria por muitos anos, embora também acreditamos que ele viveu mais dias do que imaginou. Muitos irmãos da Companhia o acompanharam em toda a sua dificuldade. Muitos brincavam com ele, zombando da morte.

Dois meses passaram-se até que no dia 22 de julho ele pudesse receber a primeira das Ordens Maiores que é o Subdiaconato, na sequência no dia 25 ordenou-se Diácono e no dia 26 Presbiterato. Em 27 de julho, celebrou a sua primeira Missa no altar da Igreja de Nossa Senhora da Estrada na Igreja do Gesú, a Igreja mãe da Companhia, tendo como Presbítero assistente seu irmão o Pe. Leovigildo. (D'ELBOUX, 1953 p. 119-120).

De muitas outras atividades o padre Leonel Franca viu-se privado de realizar. Haveria um ato público em 1924 para comemoração do 4º Centenário da Universidade Gregoriana, contando com a presença do Papa Pio XI e ele havia sido escolhido como melhor aluno para realizar as defesas das teses, o que infelizmente não pode fazer. Também teve que renunciar mais dois anos de estudos que lhe garantiriam uma especialização, podendo lecionar no Curso Superior da própria Universidade Gregoriana. Nem mesmo pode realizar os exames finais do Curso de Teologia no período apropriado, o fez apenas em 21 de outubro, e por ter sua aprovação na Gregoriana, doutorou-se em Filosofia e Teologia, pois antes da Constituição Apostólica *Deus Scientiarum Dominus* datada de 1931, não era exigido nenhum outro tipo de formalidade. (D'ELBOUX, 1953 p. 133 a 141).

Mesmo estando ainda debilitado, em novembro Leonel Franca é enviado à Espanha, em Oya uma pequena aldeia da província de Pontevedra, com uma finalidade muito importante: realizar a Terceira Provação da formação jesuítica. Dessa forma:

Na Companhia de Jesus entende-se por Terceira Provação uma espécie de segundo Noviciado pelo espaço de 10 meses completos. Tem por fim reafervorar o espírito dos jovens sacerdotes que durante a longa fase dos estudos podem ter-se resfriado na piedade e demais virtudes. Chama-se por isso a Escola do afeto. Santo Inácio, na admirável legislação de sua Ordem, quer assim dar a última demão ao trabalho formativo de seus filhos espirituais, retocando-lhes no coração e na vontade, depois de ter-lhes enriquecido e burilado a inteligência. Só então, no equilíbrio das faculdades, harmônica e desenvolvidas ao bafejo da graça, dar-se-á por acabado o novo jesuíta, pronto para empreender a vida pública do apostolado. Nada, pois, mais alheio ao Instituto da Companhia do que o intelectualismo racionalista, malsinado pelos seus inimigos. (D'ELBOUX, 1953, p. 143).

Sabemos que foi um período muito difícil que Leonel Franca vivenciou, uma vez que ele pensava em regressar ao Brasil devido aos motivos de saúde mencionados. Infelizmente não foi o fim de seus problemas nessa área, no entanto, nem mesmo em seus períodos de maiores crises, ele deixou de cumprir os preceitos dos membros da Companhia de Jesus e de seguir com seus estudos e contribuições em diversos seguimentos.

3. Atuação e contribuições no campo educacional brasileiro

Depois de concluir sua formação jesuítica, ele regressa ao Brasil chegando na cidade do Rio de Janeiro em 16 de setembro de 1925. No início do ano seguinte, é nomeado professor de História da Filosofia no Colégio Anchieta que desde 1923 tornara-se Seminário da Companhia de Jesus, onde no ano seguinte também passa a lecionar Psicologia Experimental e Química. No dia 2 de fevereiro na festa da Purificação de Nossa Senhora ele pronuncia a Profissão Solene e desse modo passa a integrar-se definitivamente na Companhia de Jesus. Nesse

ano também escreve as *Relíquias de uma Polêmica*. (D'ELBOUX, 1953, p. 152 e 526).

Mal tendo iniciado-se o ano de 1927, e padre Leonel Franca é acometido por algumas surpresas:

O ano de 1927 começou com uma nova provação para o bom padre. Fôra nomeado Prefeito dos estudos de Filosofia, professor de Psicologia experimental e Química. Mas, logo no princípio de janeiro, descendo ao Rio, adoeceu de febre. Tendo voltado a Friburgo, a 18 de fevereiro, mal iniciadas as aulas, foi acometido de uma crise cardíaca muito grave.

O Pe. Paulo Bannwarth, que principiava então seu primeiro reitorado, administrou-lhe a Extrema-Unção, suplicando a Deus por intermédio de S. José, que não lhe levasse tão cedo o caríssimo companheiro e súbdito. (D'ELBOUX, 1953, p. 158).

Nos dias que subsequentes, padre Leonel Franca ainda passou muito mal. Ele começou a se restabelecer apenas no finalzinho do mês. No mês de maio seguiu para o Rio de Janeiro no Colégio Santo Inácio. Devido à fragilidade de sua saúde nesse período, os responsáveis optaram por ao menos a princípio não lhe conferirem altos cargos a fim de que pudesse cuidar bem de sua saúde. E assim Leonel Franca foi vivendo sempre atento aos acontecimentos à sua volta. Destarte:

Em 1928 começou a multiplicar seus artigos pelos periódicos do Rio e a fazer seguidas conferências, haja vista a série, de assunto pedagógico, dada às professôras públicas e normalistas no Colégio Sacré Coeur de Jésus. Sua saúde firmou-se bastante para aos poucos ir-se entregando de corpo e alma aos ministérios sacerdotais. (D'ELBOUX, 1953, p. 161).

Não podemos deixar de salientar que é impressionante a trajetória de vida que Leonel Franca percorre. Estando já por duas vezes diante da morte, ressurge como se tivesse sofrido uma bobagem qualquer. Cada vez que retorna traz consigo novo ânimo e forças para seguir sempre adiante. E partir desse ponto, suas palestras para professores crescem, bem como sua perspicácia para tratar dos assuntos educacionais.

Posteriormente, no ano de 1933, o atual reitor do Colégio Santo Inácio, o Pe. Luís Riou, ausentou-se do cargo com a finalidade de estudar. É nesse período que padre Leonel Franca é chamado a exercer esse cargo, sendo em 1934

substituído pelo Pe. Paulo Bannwarth, como mostra a figura número dois do nosso Anexo A.

Vivendo no Rio de Janeiro, trabalhou ativamente na tentativa de “ganhar mais almas”. Padre Leonel Franca não mediu esforços, e mesmo com sua saúde fragilizada demandando cuidados constantes, fez todo o possível para auxiliar todos que necessitassem.

no contato com tantas e tantas almas, continuou a encaminhar as que podia ao Tabor da santificação da Serra dos Órgãos. Da Congregação de N. Sra. das Vitórias, do Centro D. Vital, da Ação Universitária Católica – associações em que assistia – e, principalmente, da União Católica Brasileira, subiam ao Colégio Anchieta senhores e jovens das diversas classes da sociedade, em busca das luzes e energias da Fé, operários como doutores, homens da indústria e do comércio, estudantes e professores, oficiais do Exército e da Armada, membros das duas Câmaras e até Ministros e Presidente de Estado, acorreram àquela romaria do espírito que o Brasil social até então desconhecia. (D'ELBOUX, 1953, p. 164).

Desse modo, o Colégio de Friburgo não mais comportava a demanda que urgia. Contando com o apoio de Dom Sebastião Leme, inicia-se um plano para a construção de uma Casa de Retiros no Rio de Janeiro, tendo o padre Leonel Franca como membro da comissão dessa construção. E assim:

Não faltaram benfeiteiros para a grandiosa empresa, de sorte que, em meados de 1935, já se erguia, na encosta de verdura entre o morro dos Dois Irmãos e Pedra da Gávea, o vistoso prédio de três andares, com 52 quartos confortáveis para retirantes, fachada de 40 metros voltada para o alto mar... Realmente a Casa de Retiro Padre Anchieta, com a moldura da natureza virgem que a cerca e o deslumbrante panorama de que desfruta, é a concretização ideal de um cenáculo para os Santos Exercícios... (D'ELBOUX, 1953, p. 165).

Novamente padre Leonel Franca adoece severamente e fica acamado em total recolhimento por 17 dias. A Casa de Retiros foi oficialmente inaugurada em 13 de julho de 1936 por Dom Sebastião Leme e infelizmente Leonel Franca não pode estar presente. (D'ELBOUX, 1953, p. 166).

Sabemos que dentre as preocupações de Leonel Franca, a causa social para ele tinha grande valor, bem como realizar alguma obra em favor dos universitários era primordial. Segundo Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (1953, p. 168) relata que durante os sete primeiros anos em que Leonel Franca esteve no

Rio de Janeiro (1927 a 1934) ele realizou mais de oito mil confissões e mais de mil visitas, ademais outros sacramentos.

Neste contexto, Leonel Franca participa ativamente de diversos movimentos e atividades de cunho católico em benefício da sociedade que o cercava. É nesse período que dentre tantos movimentos da Igreja, surge a Ação Universitária Católica, fundada e acompanhada assiduamente pelo próprio Leonel Franca (D'ELBOUX, 1953, p. 172). E, justamente nesse período, é que torna-se ainda mais viva a participação de Leonel Franca:

Seu apostolado com os de fora, nos anos de 1929 a 1935, convergia especialmente para as três associações de que foi nomeado Assistente eclesiástico: Centro D. Vital, Sociedade Jurídica Santo Ivo e Ação Universitária Católica. (D'ELBOUX, 1953, p. 171-172).

O interesse pelo Centro Dom Vital bem como a sua efetiva participação deu-se na fundação do próprio Centro. Sendo Alceu Amoroso Lima nomeado presidente logo após a morte de Jackson de Figueiredo, Leonel Franca passou a ocupar o cargo de Assistente eclesiástico, o qual honrou e cumpriu com toda energia, assim como fez com tudo em que tocou.

Nessa conjuntura, o Centro Dom Vital foi o motor que gerou muitas ideias e, por conseguinte, muito trabalho. Realizou-se inúmeras atividades, palestras, cursos abertos à população, momentos de oração, além de ser espaço aberto para que os intelectuais da época debatessem e ampliassem os seus conhecimentos.

Como pudemos verificar, Leonel Franca foi um homem que se preocupava não apenas com as diversas questões de seu tempo, como também atuava veementemente sobre elas, buscando e ofertando conhecimento em uma troca simultânea. Passada a Revolução de 1930, segundo Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux:

a Sociedade Santo Ivo enviou uma delegação ao Presidente do Governo Provisorio, oferecendo-lhe sua colaboração jurídica na reforma constitucional do país, e outra delegação ao Sr. Cardeal Arcebispo, colocando à sua disposição os préstimos profissionais dos membros para as reivindicações católicas nas ditas reformas. De fato, incalculáveis foram os serviços prestados à Igreja e à Nação brasileira. (D'ELBOUX, 1953, p.182).

Nesse momento da história, Leonel Franca que já estava deveras preocupado com a questão do Ensino Religioso que nesse contexto estava fora das escolas públicas brasileiras, empenha-se avidamente em lutar por mais essa causa. Estando ele próximo aos juristas que estavam reestruturando a nossa Constituição, obviamente estava em suas mãos unir suas convicções com a oportunidade de colocá-las em documento oficial.

Sabemos que ele jamais perderia tal oportunidade, ainda mais nessa ocasião em que tudo veio até seu encontro. Embora seja um tanto extenso, optamos por transcrever do original de Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (1953), a fim de enriquecermos nossa pesquisa, pois é graças à força empenhada por Leonel Franca nesse período da história, que ainda hoje temos em nossa Constituição a menção de Ensino Religioso obrigatório, ainda que em caráter facultativo:

Mas o Pe. Franca não se contentou com encaminhar e estimular os juristas na dedicação à boa causa. Logo que viu a oportunidade e a urgência de mais cristianizar nossa legislação política, ele mesmo entrou confiadamente nesse campo de alta evangelização, sacrificando o sossego de sua casa religiosa para freqüentar ministros e demais magistrados. 1931, portanto, um de seus anos mais cheios, alargou, em boa hora, suas atividades sociais.

E hoje que os preconceitos da maçonaria do Império e do positivismo da primeira República vão, felizmente, desaparecendo do nosso cenário político, podemos revelar, em parte ao menos, a benéfica atuação do humilde jesuíta, como conselheiro dos dirigentes de nosso povo. Com suma prudência e acerto irá servir-se do seu prestígio nos Ministérios e nas Câmaras para impedir as leis iníquas ou para salvaguardar e promover os bons decretos governamentais. Serão os triunfos da Igreja em que ele vai vencer como soldado desconhecido. (D'ELBOUX, 1953, p. 183).

Ressaltamos que o tom apologético no tratamento da causa do Ensino Religioso é bastante forte especialmente sendo narrado por um companheiro de sacerdócio, contudo, nossa pesquisa não se preocupa em vetar tais afirmações, pois acreditamos que a contribuição prestada à academia é superior a possíveis interpretações fundamentalistas.

Precisamos atentar-nos ao caminho percorrido para que hoje possamos discutir amplamente sobre essa causa, tanto nos parâmetros pedagógicos, quanto nos religiosos, pois ambos apresentam-se na sociedade e não é por acaso que

Leonel Franca apresentou-nos uma obra sobre o Ensino Religioso e o Laico nos moldes pedagógicos, sociais e legais.

Buscamos averiguar quais foram as causas que fizeram com que a batalha de Leonel Franca caísse no esquecimento, discussão travada no último capítulo dessa dissertação. No entanto, como veremos mais adiante, essa questão ainda permanece uma hipótese muito vaga.

A trajetória dessa pesquisa, embora tenha se atentado a esse fator, encontrou dificuldades em afirmar possíveis entraves. Notamos, contudo, que nessa última citação que realizamos, fica uma sensação de haver mais a ser explorado nas entrelinhas do texto; fatores que permanecem reservados. Quando o autor coloca que naquele momento seria “permitido” revelar um pouco a mais da participação ativa de Leonel Franca é que acreditamos haver mais dados encobertos. E ao encerrar a sua fala o autor conclui ao dizer que a vitória da Igreja virá pelas mãos de um “soldado desconhecido”.

Ao menos hoje, oito décadas após a publicação da obra de Leonel Franca que estudamos, essa fala soa como uma forte afirmação. Ao percorrermos a história do Ensino Religioso no Brasil não nos deparamos a nenhuma menção a Leonel Franca ou ao seu legado.

É com estranheza que chegamos a essa conclusão. É como se de fato, por alguma razão, ele fosse “apagado” da História da Educação. Sim porque, nos cursos de Filosofia seus textos são referências ainda hoje, para não citar as obras de cunho estritamente religioso. Mas no campo educativo não conheci nenhum pedagogo, exceto o orientador dessa pesquisa, que tenha conhecimento da contribuição de Leonel Franca no âmbito da educação, especialmente no que compete ao Ensino Religioso.

Vimos que nessa conjuntura, Leonel Franca dedica-se a inserção do Ensino Religioso na Constituição Brasileira. Nesse árduo trabalho, ele nota a necessidade de articular-se aos homens (aos juristas, por exemplo) que poderiam auxiliá-lo nessa causa. Segundo Luiz Gonzaga da Silveira D’elboux (1953), é por intermédio de Francisco Campos que Leonel Franca alcança, ao menos em parte, seu objetivo:

Aos 14 de abril, como anotou em seu diário, vai ter com o Ministro da Instrução, Dr. Francisco Campos, e lhe fala da conveniência e oportunidade de introduzir em nossas leis o ensino religioso.

O Sr. Ministro atendeu-o com muita amabilidade, pedindo-lhe por fim que redigisse a exposição de motivos e alguma fórmula de como se poderia decretar. Pronta esta no dia seguinte, e aprovada sem restrições pelo Sr. Cardeal, foi no dia 17 apresentada ao Sr. Ministro que, muito satisfeito, prometeu levá-la ao Sr. Presidente ainda naquele dia. **A 30 do mesmo mês, foi assinado o decreto libertador das consciências, facultando o ensino religioso nos estabelecimentos oficiais de ensino primário, secundário e normal.** (D'ELBOUX, 1953, p. 184). (grifo meu).

Encontramos na história o exato momento em que o Ensino Religioso é reinserido nos bancos escolares e exatamente tal qual se ministra na maioria dos estados do nosso país ainda hoje, em caráter facultativo. Claro que essa não era a vontade exata de Leonel Franca. Obviamente ele tinha como preferência um Ensino Religioso obrigatório (certamente mais para o confessional) e dentro do horário regular das aulas. Mas a discussão voltava ao cenário com força total. Naturalmente havia uma parcela contrária o que engrossava ainda mais a argumentação daqueles que lutavam em prol do Ensino Religioso nas escolas públicas.

Desse modo, como os demais da época, consideramos que foi uma vitória, uma grande conquista à comunidade educativa brasileira. Mesmo que Leonel Franca não tenha conseguido que a exatidão de suas palavras fossem firmadas no decreto, ele ampliou o horizonte e a forma de lidar com essa questão. Sendo assim:

o essencial ali está: a quebra da mentalidade laicista, primeiro passo no reconhecimento de Deus. E os considerandos apertam as linhas básicas do direito escolar, até então desconhecidas entre nós: **1º O fim da escola é formar o homem. 2º Não é possível formar o homem sem uma concepção ético-religiosa da vida. 3º Esta concepção não pode ser ditada pelo Estado leigo. 4º Logo, impõe-se um ensino religioso determinado pela vontade das famílias.** (D'ELBOUX, 1953, p. 184-185). (grifo meu).

É a partir dessa composição que a grande verdade defendida por Leonel Franca ganha o peso de um decreto. Agora estava registrada a sua maneira de acreditar e de enxergar às necessidades básicas para a educação das pessoas. Ou seja, a forma como ele compreendia a formação do cidadão a partir da religião ganhava o status do governo.

E no calor desses acontecimentos, ele vê a necessidade em explanar melhor sobre o assunto que é demasiado abrangente para caber nas poucas, mas valiosas, palavras do decreto. Assim, em tempo recorde, ele escreve a obra que hoje escolhemos estudar:

Depois de um ou outro artigo ou conferência defendendo o direito intangível que o decreto proclamara, Pe. Franca resolveu liquidar de uma vez a questão, publicando o livro monumental, embora pequeno, *Ensino Religioso e Ensino Leigo*. Ele o compôs, conforme nos testifica Alcebíades Delamare,³ “em pouco mais de 20 dias... Nas poucas horas disponíveis do seu exaustivo ministério sacerdotal”.... (D'ELBOUX, 1953, p. 185-186).

Pensar que em menos de um mês ele pode reunir tantos dados e transcrevê-los em forma de livro é quase inacreditável. Isso demonstra a preocupação latente que essa causa ocupava em sua mente. Para ele formar o cidadão era urgente, o assunto primordial, e para isso, dedicou-se incansavelmente em benefício da sociedade.

E mais uma vez, nos reportamos a Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (1953) quando ele relata que o livro *Ensino Religioso e Ensino Leigo* alcançou grande prestígio e abrangência sem sequer mencionar à Igreja, sua doutrina e outras convenções. Dessa forma:

De fato, sem tocar nos ensinamentos da Igreja, sua farta documentação histórica, testemunhos de juristas de renome, confronto de estatística e legislações estrangeiras, envolvem e cerram concisamente a demonstração, na força irresistível da verdade. (D'ELBOUX, 1953, p. 187).

Somos conduzidos a concordar com tal afirmação. O cuidado na escrita dessa obra demonstra com clareza que o enfoque do autor era muito mais nas consequências da ausência do Ensino Religioso nas escolas do que pronunciar a profissão de uma fé. No terceiro capítulo dessa dissertação, discorreremos minuciosamente sobre essa temática, o que facilitará o entendimento desse ponto do trabalho.

Ainda queremos destacar que Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux em sua obra sobre o padre Leonel Franca que imensamente nos auxiliou em nossa

³ Entre outras atribuições, Alcebíades Delamare foi advogado, político, economista e professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (RJ).

pesquisa, traz um excerto do livro *Ensino Religioso e Ensino Leigo*, no qual nos debruçamos nesse trabalho. Acreditamos ser bastante apropriado, utilizarmos dessa lembrança referindo-se a sua própria obra. Em suas palavras, eis a introdução de seu livro:

A questão do ensino religioso é uma questão vital para o nosso futuro. Em nenhum outro ponto coincidem tanto as reivindicações católicas com os interesses da pátria como na reforma da nossa pedagogia oficial. É tão íntimo, tão profundo, tão necessário o nexo entre a orientação da escola e a formação do caráter nacional que não é exagero afirmar-se que os destinos de um povo se jogam nos seus estabelecimentos de educação.

Ora, foi precisamente no domínio pedagógico que os constituintes de 1891 cometeram talvez o erro mais funesto ao Brasil. O laicismo escolar, tal como entendeu, em quase todo o país, a jurisprudência republicana, mutilou vitalmente a educação popular e tornou a nossa escola, de todo em todo, inepta ao desempenho de suas mais nobres e elevadas funções. Educação moral dos indivíduos, formação social dos cidadãos, respeito à liberdade espiritual das famílias religiosas, tudo foi sacrificado aos preceitos de uma ideologia inconsistente. Urgia revê esta legislação inconsiderada para sanar-lhe radicalmente todos os vícios de origem. (FRANCA, 1931, p. 5-6).

Com esse pensamento, Leonel Franca inicia sua explanação acerca dos interesses do Ensino Religioso nas escolas públicas. Seu livro foi um baluarte para os que acreditavam e batalhavam por essa causa. Destacamos que a posição da família também é muito respeitada e sua indissolubilidade é veementemente respaldada pelo autor.

Vale salientar que não foi subitamente que Leonel Franca decidiu dedicar-se aos trâmites legais do Ensino Religioso e também pela educação de uma maneira mais abrangente. Segundo Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (D'ELBOUX, 1953, p. 232), essa discussão já estava em pauta havia três anos: “Mas o decreto de 30 de abril de 1931 não surgiu inesperadamente, como realizando inspiração repentina. Não. Foi fruto de uma campanha de mais de três anos”.

O mesmo autor ainda relata em seu livro como foram as experiências de Leonel Franca enquanto lecionava formando professoras com os princípios católicos. Ele transcreve trechos de aulas e conferências ministradas por Leonel Franca e também falas de alunas dos seus cursos. E a partir de então que a Associação dos Professores Católicos (A.P.C.) é instalada e fundamentada, expandindo-se a outros Estados. Dessa forma:

Desde 1928 vinha dando, no Externato Sacré Coeur de Jésus, uma série de conferências pedagógicas às professoras públicas e normalistas. Lá estêve mensalmente, analisando, primeiro, a impossibilidade da Escola Leiga, seu caráter anti-social e imoral. Depois, em 1929, demonstrou as deficiências da Moral laicista e da coeducação dos sexos. No ano seguinte, entrou na parte mais positiva, estudando a liberdade e a educação da vontade. Na primeira parte de 1931, falou da pedagogia católica e do ensino religioso [...] a 17 de setembro [...] reuniu bom grupo de professôras, deliberando sobre a fundação e estatutos da Associação de Professores Católicos do Distrito Federal. (D'ELBOUX, 1953, p. 232).

Podemos constatar que há tempos Leonel Franca se preparava com a finalidade de reunir argumentos suficientes para justificar suas crenças nos moldes educativos. Também podemos afirmar que foi a partir desse longo estudo realizado que ele obteve material suficiente para elaborar o Decreto e posteriormente o livro sobre Ensino Religioso que decidimos estudar. Continuando no âmbito pedagógico:

ocupou-se, em 1932, da Escola ativa moderna, com os problemas por ela suscitados. Sete palestras de fato magistrais, solucionando os extremos de Disciplina e Espontaneidade, Liberdade e Sanções, etc.

Para 1933 escolheu por assunto a Educação Social e Socialista...

Ao todo, em seis anos, 39 primorosas conferências, nas quais, com o seu raro cabedal de erudição e experiência psicológica, explora e esclarece luminosamente os vários setores da pedagogia contemporânea. **E todo esse patrimônio cultural ainda se conserva humildemente inédito entre os manuscritos do fecundo conferencista.** (D'ELBOUX, 1953, p. 233). (grifo meu).

Pois bem, temos agora constatado que Leonel Franca foi um estudioso muito bem articulado das causas da educação brasileira. Notamos que ele estudou a fundo a rotina escolar e ano a ano foi se aprimorando e construindo um arcabouço teórico que ainda está inexplorado!

A priori nossa pesquisa desejava apenas averiguar os principais pontos de vista desse autor sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, no entanto é impossível não mencionar tais descobertas. Sabemos agora que existem muitos diários deixados por Leonel Franca e que eles contêm toda a sua rotina, do auge de seu despertar até o seu recolhimento. Já vimos anteriormente seu próprio relato sobre sua rotina ao ingressar na Companhia de Jesus. Transcrevemos na íntegra seu texto justamente pela riqueza de detalhes que ele possui.

Dessa forma acreditamos ter descoberto apenas a ponta de um *iceberg* de informações sempre muito bem fundamentadas. Cremos que ele nos deixou um legado muito maior no que compete a educação do que apenas essa obra que tivemos contato. Obviamente não cabe aos limites dessa dissertação discorrer sobre essa gama de textos voltados à educação, todavia fica registrada a necessidade de também nós acadêmicos, ampliarmos os nossos conhecimentos a partir de Leonel Franca.

Destarte, outro grandioso problema se instaurara naquela época. Era o divórcio. Como manter a união das famílias ao passo que o divórcio ganhava mais espaço de discussão e aceitação na sociedade? Eis mais uma temática para Leonel Franca se ocupar.

Em outubro do mesmo ano, ele publica o livro intitulado *O Divórcio*. Uma obra completa que perpassa por diversos pontos de vista das questões sobre o divórcio. Como em seus livros, nesse ele também traz dados estatísticos e comparações com outros países, além de mencionar os olhares que psicólogos, sociólogos, juristas e romancistas lançam sobre o assunto.

Ainda nesse campo, ele escreveu muitos outros textos e artigos (sobre o divórcio, aborto, impedimentos matrimoniais...) também proferiu diversas conferências e esteve à frente de todas as questões que pudessem de alguma forma “atrapalhar” o bem estar da família brasileira. Nesse segmento, Pedro Américo Maia corrobora com nossa afirmação:

Pe. Franca não descansou com os triunfos doutrinários do seu livro. Continuou sempre alerta, velando na prática sobre a legislação da família e acompanhando as várias correntes nesse campo, como também no do ensino religioso e demais postulados católicos. (MAIA, 1982, p. 36).

A vida de Leonel Franca foi intensa e seu legado um tesouro sem fim. São muitas as participações que ele teve em vários campos de trabalho, contudo, a fim de obedecer aos limites dessa pesquisa, optamos por desse ponto em diante apenas salientar os fatores que julgarmos mais relevantes, especialmente, os que versem sobre o Ensino Religioso.

Salientamos que durante sua trajetória de vida, Leonel Franca sempre esteve em contato direto com os responsáveis pelo governo brasileiro e desse

modo pode acompanhar de perto todas as questões que lhe interessavam. Segundo Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux (1953), mesmo com toda essa aproximação política, padre Leonel Franca sempre soube manter o distanciamento necessário imposto pela própria Companhia de Jesus. Nessa conjuntura identificamos que:

O mais edificante, em todo apostolado cívico do Pe. Franca, foi o ter-se conservado imune de qualquer política partidária, apesar do contato freqüente com figuras de destaque nas várias facções. Distinguiu-se como perfeito modelo da neutralidade entre católicos, prescrita aos sacerdotes pelo Direito Canônico e pelas Regras da Companhia de Jesus.

A um dos candidatos forneceu notas sobre o Comunismo, a Família e a Educação, que lhe foram pedidas para se incluírem no programa de governo... Pois bem: nunca, nem os mais íntimos nem os próprios irmãos de habito, chegaram a saber em quem votou o Pe. Franca. (D'ELBOUX, 1953, p. 201).

Esses fatores são interessantes, pois nos permitem visualizar com maior clareza a rotina de Leonel Franca em meio a seus afazeres sacerdotais também fazia parte de seu cotidiano o exercício de sua veia política. Quantas foram às contribuições que ele forneceu e que talvez ainda hoje perdurem em nossos textos legais?

Nas que competem ao Ensino Religioso já vimos que as mesmas foram vitais ao campo educativo brasileiro e agora nos deparamos com tantas contribuições em outras áreas... Afirmamos, Leonel Franca foi um homem realmente à frente de seu tempo.

Retornando à sua carreira no âmbito da educação, destacamos que:

Além do **Conselho Nacional de Educação**, em que trabalhou durante 17 anos, outros laços ainda o ligaram ao serviço público: desde 16 de janeiro de 1937 pertenceu ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo sucessivamente reeleito para a Representação da Religião, e também Consultor Técnico do Conselho Nacional de Estatística; pelo Decreto de 25 de fevereiro de 1938 fôra nomeado membro da Comissão Censitária Nacional, cargo de que tomou posse aos 28 de maio no Palácio Monroe.

A 26 de junho de 1946 era também empossado, no Itamarati, do pôsto de Delegado do Governo no **Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (I.B.E.C.C.)**, órgão nacional em articulação com a U.N.E.S.C.O., criada pela O.N.U. (D'ELBOUX, 1953, p. 200). (grifo meu).

Acreditamos que o parágrafo acima dispense muitos comentários. Ser membro do Conselho Nacional de Educação por tanto tempo considerando seu

falecimento prematuro é um grande feito. Quanto as suas relações junto aos órgãos de Estatística, nos deixa claro a sua competência se analisarmos apenas essa obra que escolhemos estudar, uma vez que ela traz muitos elementos quantitativos, alguns gráficos ainda que aparentemente precários aos nossos atuais padrões e obviamente o mais importante: o caráter interpretativo de todos esses dados.

Além disso, para Leonel Franca, ser membro do Conselho Nacional de Educação era motivo de honra e evidentemente de extrema responsabilidade. Por esse motivo, foi um dos cargos que fez questão de exercer até o fim de sua vida. Nesse ensejo:

Entretanto, o ofício de mais relevância que o Pe. Franca recebeu no setor pedagógico e cumpriu fielmente até o ano de sua morte, foi o de Membro do Conselho Nacional de Educação. Para tal fôra nomeado da primeira vez pelo Presidente Getúlio Vargas no Decreto de 2 de junho de 1931, pouco depois de ter revelado sua competência nas questões do ensino religioso. (D'ELBOUX, 1953, p. 236-237).

Frente a esses acontecimentos, faltava a ele realizar uma obra para que seu projeto de ensino fosse ampliado: a criação de uma faculdade católica. É nesse cenário auspicioso que Leonel Franca parte para mais esse grande feito. As Faculdades Católicas surgiam após anos de estudo, planejamento e arrecadação de fundos. Atualmente é nomeada como Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Diversos foram os fatores que dificultaram a realização desse empreendimento, assim também como foram muitas as glórias oriundas desse projeto. A história sobre essa temática é longa, cheia de idas e vindas e infelizmente não nos cabe contá-la da maneira como merece ser contada. Segundo Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux:

A 1º de janeiro de 1940 iniciava êle com o Dr. Alceu Amoroso Lima os trabalhos preparatórios da grandiosa empresa. É o que nos diz a primeira nota que figura em seu diário referente à Universidade Católica. [...].

No dia 18 de junho D. Leme aprovou os estatutos das Faculdades Católicas, apresentadas pelo Pe. Franca [...]. (D'ELBOUX, 1953, p. 245-246).

Ainda segundo o mesmo autor, em dezembro do mesmo ano, Leonel Franca é nomeado o primeiro Reitor das Faculdades Católicas. Contudo, apenas em 20 de janeiro de 1947, após terem corridos todos os trâmites legais, é que as Faculdades Católicas recebem o título de Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. (D'ELBOUX, 1953, p. 248-271). O *Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio* gentilmente nos cedeu algumas fotos que ilustram esses fatos e podem ser conferidas no Anexo A.

Nesse período padre Leonel Franca já estava muito debilitado em função de sua doença cardíaca, que aparentemente permanecia adormecida. Isso apenas na aparência, uma vez que apenas as crises mais fortes haviam dado uma trégua por alguns anos, mas ele sempre sofreu e passou por períodos de reclusão para recuperar as forças.

No entanto, foi a partir de fevereiro do ano de 1947 que suas crises voltaram violentamente. Segundo Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux “De julho a setembro conservou-se retirado, em repouso quase absoluto”. (D'ELBOUX, 1953, p. 295).

Em seus escritos pessoais, notamos que Leonel Franca sempre teve consciência da gravidade de sua doença e que desse modo, sabia que o seu fim estava sempre próximo. Seu único temor era morrer sem ter sido suficientemente caridoso, sem ter completado a sua missão.

Acreditamos que a impossibilidade de participar da Santa Missa tenha sido a maior penitência que padre Leonel Franca enfrentou em seus últimos meses de vida. Várias foram às tentativas em presidir uma Missa, mas era impossível conduzi-la até o final. No dia 26 de maio quis ele celebrar a Solenidade de Pentecostes, e nesse dia percebeu que não teria mais condições de regressar ao ofício “Foi, com efeito, a última que celebrou na igreja”. (D'ELBOUX, 1953, p. 306-307).

Dessa forma Leonel Franca esteve em repouso absoluto, sem mesmo sair de seu quarto. Um homem que sempre teve todos os instantes de seu tempo ocupado com afazeres que pudesse beneficiar aos demais, ver-se em uma rotina completamente enfadonha. Mas em nenhum momento ele reclamou de sua

sorte. Relatos atestam que sempre foi obediente às recomendações médicas, como todo jesuíta deve ser. (D'ELBOUX, 1953, p. 307-308).

Quando completou vinte e cinco anos de sacerdócio, concederam a ele a graça de celebrar a Missa em seu próprio quarto, tendo como na primeira, seu irmão como presbítero assistente:

Para que festejasse melhor essa bela ocorrência, os Superiores lhe alcançaram do Sr. Núncio Apostólico a faculdade de celebrar a missa, sentado, no seu próprio quarto.

Vieram assistir-lhes o Mons. Leovigildo Franca, o Pe. Edgard, seu sobrinho, e o Dr. Jorge Gouvêa. (D'ELBOUX, 1953, p. 309).

E não foi a última Missa que ele celebrou! Após essa, mais sete foram celebradas, todas devidamente autorizadas por Roma:

Tendo chegado de Roma a licença para celebrar o santo sacrifício no seu quarto, sentado, começou a usar dela aos 8 de agosto, prosseguindo nos domingos e quintas-feiras até cinco dias antes de sua morte, ou sejam, sete vezes ao todo. Era justo que a Santa Sé proporcionasse àquele insigne batalhador da Igreja a consolação de completar com uma oitava de missas privilegiadas as suas bodas de prata sacerdotais. (D'ELBOUX, 1953, p. 311).

Durante todos os dias, mesmo nos em que esteve mais abatido, padre Leonel Franca recebeu a comunhão e meditava com é de costume dos jesuítas. Desde o dia primeiro de setembro até o terceiro dia do mesmo mês, ele contou com a companhia de seu irmão, o Mons. Leovigildo Franca. Leonel Franca não deixou em nenhum momento que seu irmão e seu enfermeiro perdessem os ritos diários. Mesmo não devendo ficar sozinho, “ordenava” a ambos que fossem cumprir os preceitos. E foi assim, obedecendo ao irmão, que pela manhã do dia três, Mons. Leovigildo após o café foi celebrar uma Missa. Mal ele havia iniciado e Leonel Franca fecha definitivamente seus olhos para as dores desse mundo. (D'ELBOUX, 1953, p. 313-318).

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro sempre lembrou-se de celebrar os seus aniversários de fundação bem como, também prestou homenagens ao seu fundador. Novamente, o *Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio* nos cedeu à imagem de seu *Anuário* em comemoração ao jubileu de prata da instituição e também a *Efígie* de padre Leonel Franca pelo aniversário de

25 anos de sua morte, que pode ser conferida no Anexo A, figuras de número sete a nove.

Como pudemos verificar longa é a lista de atividades em que o padre Leonel Franca esteve presente. Devemos muito a essa aparato biográfico graças à volumosa obra de mais de quinhentas páginas, escritas por Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux, que estudou e reuniu toda a sua trajetória.

Ainda contando com sua contribuição, utilizamos uma listagem que esse autor elaborou contendo os seus livros, artigos e outros materiais deixados por Leonel Franca, pois acreditamos que seja interessante trazermos ao público todo esse material, e por isso optamos por trazê-lo na íntegra no Anexo B dessa dissertação.

CAPÍTULO III

ESTUDO DA OBRA *ENSINO RELIGIOSO E ENSINO LEIGO – ASPECTOS PEDAGOGICOS, SOCIAES E JURIDICOS*

Após apresentarmos traços histórico-biográficos essenciais para a formação do pensamento de Leonel Franca, passemos agora para a análise do objeto específico de nosso estudo: a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo – aspectos pedagogicos, sociaes e juridicos*.

Para melhor compreendermos nosso objeto e também com fins metodológicos, faremos inicialmente a obra em si própria, ou seja, apresentaremos cada uma de suas três partes centrais, naquilo que consideramos como sendo o essencial para o desenvolvimento de nossa pesquisa e por último o quarto capítulo que a compõe relatando a situação do Ensino Religioso naquele contexto.

Como demonstramos no Capítulo anterior, Leonel Franca foi um homem de seu tempo, e a frente dele, sendo que seu contexto contribuiu decisivamente para a construção de seu pensamento, por esse motivo retomaremos alguns aspectos históricos que favorecem o melhor entendimento de cada aspecto abordado na obra.

Ao mesmo tempo em que analisarmos cada uma das partes que compõem a obra, debruçaremos-nos sobre a fundamentação teórica da obra, ou

seja, abordaremos os principais autores que serviram de referência para o embasamento dos pressupostos levantados por Leonel Franca.

Compreender essa fundamentação teórica, ainda que superficialmente, é o que sustentará as nossas considerações a respeito do pensamento do autor e servirá de elo para analisarmos a situação do ensino religioso em nossa atualidade.

Após analisarmos a obra e sua fundamentação teórica, cremos que se torne possível chegarmos a algumas conclusões. São sobre essas considerações, que explanaremos no final desse segundo capítulo. Não se trata das considerações finais da pesquisa, mas sim das conclusões que chegamos ao ler e analisar a obra de Leonel Franca.

1. O contexto imediato

Visamos nesse momento de nossa dissertação, descrever de maneira sucinta, contudo objetiva, o contexto imediato que Leonel Franca vivenciara, nos âmbitos político, eclesial e educacional (sempre salientando a eminent inquietação quanto à inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras), com a finalidade de situar o leitor acerca das causas que o levaram a escrever de maneira tão crítica e marcadamente apologética a obra que escolhemos estudar, bem como as demais que escreveu ao longo de sua trajetória acadêmica.

Optamos por realizar mais esta contextualização, pois acreditamos que desse modo facilitaremos a compreensão do pensamento desse autor, pois é preciso entender suas razões para que a leitura traga luz às discussões acerca do Ensino Religioso atualmente.

Nosso país atravessava grandes e marcantes mudanças desde a decadência da República Velha (1914-1930) até o início da Era Vargas (1930-1945). Podemos dizer, que neste período, marcado por severas revoltas armadas em todo o território nacional, foi também para Leonel Franca o estopim para que começasse a redigir sua obra.

Do ponto de vista eclesial, as mudanças ficam a cargo da busca desenfreada da Igreja Católica em voltar a ser tornar a Religião Oficial do Estado, porém deixando de lado o regime do Padroado, pois agora o que interessa para essa ordem religiosa é a conquista da autonomia, tão defendida pelos religiosos de então.

Quanto à causa do Ensino Religioso que nesse cenário havia sido retirado das escolas públicas brasileiras em nome da laicidade do Estado atual, a Igreja não mediou esforços para trazê-lo novamente a discussão, com a única finalidade de reinseri-lo nos bancos escolares. Leonel Franca esteve plenamente ativo, considerando a fragilidade de sua saúde, bem como os cuidados especiais que ela demandava, sempre esteve à frente dessa causa. E foi com muita luta que esse objetivo, ao menos em parte, foi alcançado, como veremos no discorrer desse segundo capítulo.

1.1 O contexto político

Com a crise econômica de 1929, o mundo todo estava em processo de recuperação, fato que se estendeu até, aproximadamente, 1933. Na contramão, o Brasil não havia “mergulhado” na crise de maneira tão intensa quanto os países mais industrializados.

Nesse quadro, isso se deve pela sua forte economia agrária, que impulsionava as exportações, e que agora teve seus investimentos desviados para a indústria, que encontrou uma crescente demanda no mercado interno, iniciando uma adequação do Estado, que até então era ligado ao latifúndio, e passou a atender aos interesses da indústria, como afirma Otaíza de Oliveira Romanelli (2010, p. 50).

Politicamente, o Brasil era governado pela denominada “política do café-com-leite”, na qual se alternavam os estados de São Paulo e Minas Gerais (maiores produtores nacionais de café e leite, respectivamente) na presidência da República.

Como desse modo, basicamente apenas os estados de São Paulo e Minas Gerais detinham o maior poder político, obviamente muitas outras lideranças sentiam-se desconfortáveis com essa situação. Sendo assim, descontentes com este sistema, as jovens lideranças do Exército unem-se em um movimento denominado de Tenentismo, que repudiava os oficiais antigos ligados ao governo e defendiam que todos os problemas da nação seriam resolvidos com o governo de um tenente.

Logo, este movimento alcançou apoio da população social urbana, a recém formada classe média brasileira, da qual surgiam os jovens oficiais do Exército. As revoltas tenentistas foram, a partir da década de 1920, a principal ameaça ao Regime Republicano das oligarquias.

Sua primeira manifestação ocorreu após as eleições de 1922, que levou ao poder Artur Bernardes. Conhecida como a Revolta do Forte de Copacabana, não garantiu vitória ao Exército, mas serviu para trazer o movimento tenentista ao conhecimento público.

Em 1924, o movimento retorna ao cenário político, mais uma vez descontente com o governo oligárquico. Popularizando-se como Revolução Paulista de 1924, o tenentismo ganha forças também no Rio Grande do Sul, sendo apoiado pelo tenente Luís Carlos Prestes.

Encontrando-se em Foz do Iguaçu militares paulistas e gaúchos, um grupo refugiou-se na Argentina e Paraguai, enquanto outro, comandado por Luís Carlos Prestes, seguiu a luta. Dava-se origem ao movimento da Coluna Prestes, que percorreu diversos estados brasileiros levando o nome de Luís Carlos Prestes a ser exaltado entre as oligarquias dissidentes.

No ano de 1926, chega ao poder o carioca Washington Luís, considerado paulista por ter desenvolvido sua carreira política no estado de São Paulo. Ao fim de seu mandato, indicou à sucessão Luís Carlos Prestes, também paulista, gerando grande desconforto para a oligarquia mineira.

Em oposição, o estado de Minas Gerais lança como candidato à presidência o gaúcho Getúlio Vargas e para o cargo de vice-presidente o paraibano João Pessoa, formando assim a Aliança Liberal, que contava com o apoio das oligarquias dissidentes.

Assim, os tenentes viram, nessa aliança, uma oportunidade política de chegarem ao poder, por isso manifestaram seu apoio ao movimento. Porém, em 1930 Luís Carlos Prestes foi procurado em seu exílio para ser convencido a apoiar a candidatura de Getúlio Vargas, mas este se negou vindo posteriormente a ser eleito Presidente da República.

Nessa conjuntura, (CARONE, 1988, p. 64) decepcionados com a decisão e posterior vitória de Luís Carlos Prestes nas urnas, os membros da Aliança Liberal juntamente com o Exército aplicam um duro golpe ao governo, depondo Washington Luís e empossando Getúlio Vargas como presidente provisório do Brasil.

Entre outros fatores, o Governo Provisório (1930-1934) regido por Getúlio Vargas foi marcado por sua habilidade pessoal em intermediar as diferenças existentes entre as oligarquias que o levaram ao poder, bem como as que o antecederam. Destarte, foi possível manter a união da Aliança Liberal formada em 1930.

1.2 O contexto eclesial

Após a separação ocorrida entre a Igreja e o Estado quando ocorreu a Proclamação da República, tudo o que almejava a comunidade eclesial era retomar o controle que exercia durante o Império, readquirindo seu caráter de religião oficial do Estado.

De acordo com a colaboração de Riolando Azzi, fica em evidência o papel que a Igreja Católica assumira após a Proclamação da República:

Na concepção típica do mundo moderno, o Estado se apresenta como uma realidade autônoma, uma instituição puramente civil, destinada a defender os direitos dos cidadãos, impondo ao mesmo tempo o respeito mútuo com garantia das liberdades individuais. Nesse contexto, as Igrejas são consideradas como realidades autônomas, cuja vitalidade e organização dependem exclusivamente dos seus chefes, podendo apenas influir indiretamente na dinâmica da vida política e social. (AZZI, 2008, p. 195)

Nesse momento, em um esforço de reconquistar o seu espaço na sociedade brasileira, é que a Igreja Católica passa a estreitar seu vínculo com a Santa Sé, assumindo dessa maneira um caráter românico, com o intuito de ressacralizar a sociedade brasileira.

Para tanto, fazia-se necessário, novamente, vincular-se ao Estado, já que “Segundo a perspectiva católica, sendo ambas as instituições constituídas em benefício do próprio homem, deviam continuar unidas: o Estado, cuidando do bem-estar físico das pessoas, e a Igreja da salvação da alma”. (AZZI, 2008, p. 197).

Porém, Riolando Azzi (2008, p. 198) ainda nos relata que esta ordem religiosa não almejava mais retomar a união tal como ela se fazia durante o Império, no regime do Padrão, com o Beneplácito, pois nessa conjuntura, ansiava por autonomia para poder exercer seus direitos.

Optamos nesse momento, em transcrever um trecho, embora seja um pouco longo, de um trabalho minucioso realizado por João Francisco Regis de Moraes, onde o mesmo relata claramente sobre os fatos que discorremos até então. Desse modo:

Com a Proclamação da República, a Igreja se separa do Estado. Como se sabe, durante o Império e com a constituição do Padrão, o clero católico chegara quase à condição de autarquia estatal. Vinculado ao governo imperial, dependente, passou a resumir sua atuação, tirando os ofícios de igreja, a trabalhos educacionais e benéficos. A condição menor de dependência levara a Igreja, cooptada pelo Império, a certo empobrecimento de ação e de presença que conduziu a sérios conflitos no século XIX. Com a República, dá-se a “separação” a partir da proposta apresentada pelo Conselheiro Rui Barbosa, que se corporificou no Decreto n. 119 A, de 7 de janeiro de 1890, e recebeu caráter constitucional com a Constituição de 1891. Estava rompido o “unionismo”. Isto, que pode parecer negativo para a Igreja Católica, é considerado positivo para ela, que pôde libertar-se das amarras burocráticas que a traziam atada às resoluções políticas do Estado. Deste ponto em diante, teria a Igreja do Brasil de pelejar por constituir uma estrutura hierárquica autônoma; para tanto, porém, ela precisou aproximar-se da Sé Romana. Assim, à medida que a Igreja organiza sua estrutura em nosso país e vai conquistando espaços sócio-políticos importantes, o catolicismo europeu (romano) começa a penetrar bem mais facilmente o catolicismo brasileiro antes isolado daquele. Acresce a isto que as características novas que o Brasil foi ganhando, com a expansão industrial ocasionada pela guerra de 1914, faziam o país assemelhar-se, em alguns aspectos, aos países centrais. Isto suscita ainda mais a ênfase na importação de valores e modos de pensar europeus para o catolicismo brasileiro. (MORAIS, 1985, p. 51-52).

A partir dessas leituras, podemos dizer que há um consenso nas opiniões dos autores sobre essa questão. Como já tivemos a oportunidade de verificar nesse trabalho, a crise pela qual a Igreja Católica passou não foi de todo ruim, uma vez que trouxe a ela uma nova perspectiva de trabalho, evidenciando a liberdade religiosa e a luta pelo cumprimento dos seus direitos.

A Restauração Católica exerceu um papel de grande importância nesse contexto, tanto para a Igreja quanto para o laicato. Jackson Figueiredo, fundador do Centro Dom Vital, ao lado de conceituados intelectuais católicos da época, e com o apoio de Dom Sebastião Leme, por meio da revista *A Ordem*, pode difundir os ideais desse grupo. Dessa maneira:

divulgou as elaborações doutrinárias deste grupo, que se propôs a recatolicizar o Brasil, restabelecendo os princípios da ordem e da autoridade. O Centro e a revista foram aglutinadores de forças do laicato católico e, ao mesmo tempo, os reorientadores e os revitalizadores das iniciativas. (DIAS, 1993, p. 24).

A ortodoxia expressa pelo Centro Dom Vital, sobretudo por meio da revista *A Ordem*, é indiscutível. O sonho de salvar o mundo dos males da modernidade por intermédio da autoridade e obediência que a Igreja fornecia, caracterizará o tom apologético da obra que escolhemos estudar. Ressaltamos que esse fator não a torna menos interessante de ser estudada, pois em nada a desabona.

Ademais, além das preocupações descritas, a Igreja também se preocupa muito com a questão educativa. Veremos a seguir, os esforços que a Igreja e seus seguidores empenharam a fim de garantir o retorno do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

1.3 O contexto do Ensino Religioso

É de amplo conhecimento que a Igreja Católica desde o processo colonizador, por intermédio de suas organizações religiosas, participou ativamente na fundação de diversos colégios em todo o país. Esses colégios regidos pelos

religiosos católicos, além de oferecer a educação básica, tinham como premissa catequizar o povo.

Nesse contexto é impossível pensarmos em um ensino plural, pois obviamente o Ensino Religioso ministrado nas escolas era altamente confessional. Entretanto, com o declínio da monarquia e o advento do Regime Republicano, novas formas educacionais começaram a surgir, e é dessa maneira que o Ensino Religioso sai das escolas.

Podemos afirmar, que certamente os responsáveis pela nova organização do sistema de ensino que se estabelecia, tinham pela frente muitas preocupações e entraves a serem solucionados. É interessante pensarmos que perante tantos assuntos urgentes a serem resolvidos, essas novas formas educacionais preocuparam-se também com a causa do Ensino Religioso. Ou seja:

A questão do ensino religioso poderia ser considerada uma questão de ordem secundária na evolução do sistema educacional brasileiro, se não fossem as polêmicas que suscitou e as lutas ideológicas em que se envolveu. [...] Essas lutas tiveram seu ponto culminante no início da década de 1930, quando foi retomada a questão, por causa do conteúdo das reformas educacionais que começavam a ser implantadas em alguns Estados e por causa dos princípios abraçados pelo movimento renovador da educação que tinham dado ênfase à necessidade da permanência da laicidade do ensino. Além da laicidade, o movimento renovador reivindicava a institucionalização da escola pública e sua expansão, assim como a igualdade de direitos dos dois sexos à educação. (ROMANELLI, 2010, p. 145).

Como pudemos verificar a Igreja nunca aceitou esse fato, e travou muitas batalhas a fim de recolocar o Ensino Religioso nas escolas. Os intelectuais católicos dessa época sofriam certa discriminação, pois parecia que ser católico desabonava a sua intelectualidade, todavia eles não desanimaram e prosseguiram na luta já travada.

Leonel Franca foi um dos grandes impulsionadores dessa corrente de pensamento entre os intelectualistas. Por meio do Centro Dom Vital e da revista *A Ordem*, ministrou palestras e publicou textos contra a laicidade estabelecida pelo Estado. A esse respeito, discorrendo sobre o apoio de Dom Sebastião Leme ao Centro Dom Vital:

Centro Dom Vital, fundado em 1922, reiniciou-se um ciclo de influência do pensamento católico nos meios intelectuais. Com semelhante objetivo

foi fundado o Instituto de Estudos Superiores, mais tarde Universidade Católica, sob a direção do Pe. Leonel Franca, cuja obra simboliza o esforço da inteligência católica de combater a impressão vigente de que o catolicismo seria sinônimo de obscurantismo e atraso mental. (RODRIGUES, 1981, p. 12).

É vivendo nesse meio, durante todo esse momento de embate político e religioso, que Leonel Franca sente-se impelido a pesquisar e a elaborar textos que expressem não somente a sua, mas também a opinião de um grupo expressivo de pessoas, pois como pudemos verificar, foi devido a toda a luta empenhada que “o barulho” feito recolocou a causa do Ensino Religioso em discussão.

Assim, utilizando de todo seu vasto conhecimento e também buscando referências em suas raízes jesuíticas, é que Leonel Franca escreve a obra *Ensino Religioso* e *Ensino Leigo*. Um texto específico sobre o Ensino Religioso, conferindo a ele a atenção merecida.

2. Apresentação da obra

A obra *Ensino Religioso* e *Ensino Leigo* foi escrita no ano de 1931, na cidade do Rio de Janeiro. Trata especificamente da distinção entre os dois modos de ensino contemplados pelo autor: o religioso e o leigo. Não se discute o fato de que Leonel Franca tenha feito certa apologia ao Ensino Religioso, demonstrando suas vantagens e a necessidade de sua existência.

Obviamente, tal apologia deve ser entendida pelo contexto da obra, escrita na passagem da República Velha para o Governo Vargas, bem como pela condição de seu autor, que foi sacerdote católico, membro da Companhia de Jesus, os Jesuítas.

Ao mesmo tempo, não podemos negar que Leonel Franca encontrou válidos e sólidos argumentos para embasar suas considerações sobre o ensino religioso, bem como para criticar as falhas formativas do ensino leigo, atribuídas pelo fato desse último ser considerado como incompleto.

A obra é dividida em quatro capítulos, além da Introdução e da Conclusão. Na Introdução, Leonel Franca discorre sobre a importância do Ensino Religioso e

as graves consequências sociais que seriam provocadas pela ausência desse sistema de ensino na rede pública.

Nos três capítulos seguintes, o autor analisa o Ensino Religioso em seus três aspectos: pedagógico, social e jurídico. A leitura da obra evidencia que os três aspectos estão interligados entre si, formando um único conjunto de considerações que, em determinados momentos, podem soar como repetitivas.

O quarto capítulo é dedicado à análise do Ensino Religioso no Brasil, tendo por base a Constituição de 1891 e o Decreto de 1931. Por fim, o autor narra as suas conclusões a partir das suas pesquisas realizadas. Analisemos agora, detalhadamente, o centro da obra, ou seja, os capítulos dedicados por Leonel Franca a cada um dos aspectos do Ensino Religioso.

Ademais, salientamos que não temos a pretensão de esgotar o conteúdo dessa obra que apesar de relativamente curta é extremamente densa. Nosso objetivo nesse momento é apenas destacar alguns dos aspectos que consideramos de maior relevância, tendo em mente as colaborações que trarão à nossa pesquisa e também a futuros trabalhos decorrente dessa apresentação, pois sabemos que essa obra de Leonel Franca é pouco conhecida entre os profissionais que hoje se dedicam a estudar as possibilidades acerca do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

2.1. Abordagem do aspecto pedagógico

A abordagem pedagógica é o primeiro aspecto do Ensino Religioso abordado pelo padre Leonel Franca em sua obra. Nesse item, o autor analisará comparativamente as vantagens do Ensino Religioso em relação ao ensino leigo na formação dos educandos.

Segundo o autor, a escola leiga trabalha com seus alunos em grau apenas instrutivo e não educativo como a pedagogia deveria contemplar. Para Leonel Franca, a diferenciação entre instrução e educação é um dos elementos chave a ser discutido.

Nas palavras do autor:

Já vão longe os tempos em que uma pedagogia superficial, sobrevalorizando a cultura da intelligencia, confundia instrucção com educação, capitalização de conhecimentos com formação de caráter. O homem não vale pelo que sabe, senão pelo que é. [...] Não atribuamos à simples instrucção uma efficacia que não possue. É a educação que plasma o homem; a instrucção, quando muito, prepara technicos. (FRANCA, 1931, p. 7-8).

Enquanto que por um lado ele coloca a instrução apenas como uma preparação de técnicos, fornecendo um trabalho que somente desenvolva a inteligência para ser utilizada como um meio, a educação é vista como aquilo que plasma o homem, que trabalha em sua totalidade natural e em harmonia com todas as suas faculdades.

Nisso a educação seria um fim, a razão de ser de toda atividade pedagógica. Desde o início da obra fica em evidência que Leonel Franca considera que o ensino leigo é falho nesse aspecto, uma vez que valoriza apenas a instrução em detrimento da educação.

Embasados no pensamento de Leonel Franca, poderíamos dizer que quando surge no educando a necessidade em conhecer elementos que lhe tragam sentido em questões acerca de seu destino, ou de seu fim último, nota-se a impossibilidade científica de responder a tais questionamentos. Nesse momento, a escola que não oferece aos seus alunos o Ensino Religioso, mostrar-se-ia sua carência.

Naturalmente, a ciência nunca conseguiu explicar satisfatoriamente os problemas sobre a origem da vida, sua finalidade e além-túmulo. Podemos afirmar que todo ser humano tem em seu íntimo essas inquietações e, como o autor menciona, é preciso tratá-las com uma sã pedagogia, sendo que essa só seria completa com o auxílio do Ensino Religioso.

Leonel Franca acredita que todos os problemas que versam sobre os destinos humanos precisam ser trabalhados tendo em vista uma educação arraigada aos princípios, ou seja, aos valores morais. Embora ele reconheça que essa tarefa é bastante árdua e penosa, faz-se extremamente necessária para que os seres humanos tenham condições de viver bem e em constante harmonia social.

Desse modo Leonel Franca embasou e fundamentou seus pensamentos em diversas outras obras de autores de renome. Com base nessa informação, poderíamos dizer que durante seus estudos ele sempre buscou em diferentes obras exemplos que corroborassem com seus ideais.

Dentre os muitos conceituados autores por ele citados ao longo de seu livro, um romance merece uma atenção especial, justamente por tratar da temática da eternidade. Na obra *Os Irmãos Karamázov*, o épico autor Dostoiévski, aborda alguns aspectos referentes a essa importante questão.

A título de exemplificação destacaremos apenas algumas dessas questões que nos interessam de maneira mais direta por terem sido analisadas por Leonel Franca, como as discussões que Dostoiévski constrói sobre a finalidade da vida e a existência ou não de uma eternidade.

Uma das personagens de Dostoiévski, utilizada por Leonel Franca, é um jovem, denominado Ivan, membro da família Karamázov, que durante toda a sua vida pregou a não existência de Deus e a inutilidade em se viver seguindo regras e valores morais. Para essa personagem, era permitido ao ser humano fazer tudo o que ele desejasse e como o quisesse. Entretanto, paradoxalmente, um de seus servos assimilou seus ensinamentos e os pôs em prática matando o seu pai.

Nesse contexto, Lichard, o criado assassino, afirma para seu patrônio:

O senhor o matou, o senhor é o principal assassino, enquanto eu fui apenas o seu cúmplice, o fiel criado Lichard que, seguindo suas palavras, executou isso. [...] Antes era todo ousado, “tudo é permitido”, dizia, mas agora está aí todo assustado! (DOSTOIÉVSKI, 2008, v. II, p. 806-808).

Esse pequeno excerto mostra claramente a ação do criado frente a um crime premeditado. O interessante não é somente a execução do ato em si, mas a convicção de que a culpa recai sobre o seu patrônio, Ivan, e não sobre ele mesmo, uma vez que, ele apenas cumpriu os ensinamentos de seu senhor, que lhe dizia que tudo é permitido.

Poderíamos ainda utilizar outro exemplo extraído da mesma obra de Dostoiévski. Anteriormente ao acontecimento narrado acima, o jovem Ivan dialoga com um de seus irmãos chamado Aliócha, que era um pouco mais novo que ele e vivia em um mosteiro.

Embora Ivan se opusesse aos chamados “ensinamentos divinos”, nesse momento ele discute sobre a vida humana; preocupando-se em relação à maneira com que o ser humano seria capaz de viver segundo seus próprios desejos. Desse modo:

Porque o segredo da existência humana não consiste apenas em viver, mas na finalidade de viver. Sem uma sólida noção da finalidade de viver o homem não aceitará viver e preferirá destruir-se a permanecer na Terra [...] Ou esqueceste que para o homem a tranquilidade e até a morte são mais caras que o livre-arbítrio no conhecimento do bem e do mal? Não existe nada mais sedutor para o homem que sua liberdade de consciência, mas tampouco existe nada mais angustiante. Pois em vez de fundamentos sólidos para tranqüilizar para sempre a consciência humana, tu lançaste mão de tudo o que há de mais insólito, duvidoso e indefinido [...] Desejaste a amor livre do homem para que ele te seguisse livremente, seduzido e cativado por ti. Em vez da firme lei antiga, doravante o próprio homem deveria resolver de coração livre o que é bom e o que é mal, tendo diante de si apenas a tua imagem como guia – mas será que não pensaste que ele acabaria questionando e renegando até tua imagem e tua verdade se o oprimissem com um fardo tão terrível como o livre-arbítrio? [...] era impossível deixá-los mais ansiosos e torturados do que o fizeste quando lhe reservaste tantas preocupações e problemas insolúveis. (DOSTOIÉVSKI, 2008, vol. I, p. 353).

Dessa forma, embasados pelo fragmento acima, poderíamos considerar que o homem precisa imputar uma finalidade à sua existência senão a mesma simplesmente não é válida. A firme lei a qual a citação se reporta trata das Escrituras do Antigo Testamento, que nesse contexto estariam sendo substituídas pela nova lei, ou seja, a lei de Cristo que se baseia especialmente no mandamento do amor.

A partir das colocações de Dostoiévski, Leonel Franca considera que uma vida egocêntrica e desregrada seria danosa não apenas para quem a leva, mas sim para toda a sociedade. Em outras palavras, Leonel Franca afirma que o homem não tem condições de gozar de uma completa liberdade, que não é capaz de usufruir de tamanha autonomia. Isso o conduziria à ruína e não à felicidade.

De fato, mesmo tendo consciência de que há ressalvas, se considerarmos os exemplos citados e tantos outros que poderíamos mencionar, concluímos facilmente que Leonel Franca está correto em seus argumentos. Se o ser humano considerar que pode fazer tudo, que não há limite ou regras morais, sejam elas religiosas ou sociais, há uma grande possibilidade de caminharmos rumo ao caos social.

Também concordamos com a necessidade exposta por Leonel Franca de que o ser humano busque algo que dê sentido à sua vida. A finalidade que todo ser humano busca para seu existir faz com que ele sempre procure melhorar, lute e viva por algo. Isso dificilmente aconteceria em uma sociedade onde tudo lhe fosse permitido, já que aquilo que busca poderia ser facilmente adquirido, ignorando as necessidades e anseios de seu próximo.

Compreendemos que para o ser humano o que seria alcançar o máximo de uma liberdade de vida cotidiana desprendida das obrigações oriundas da moral, torna-se um duro fardo a ser carregado, uma vez que a natureza humana não sabe gozar de seu livre-arbítrio. Visto desse modo, o que a princípio seria uma bênção, apresenta-se agora como uma maldição, pois coloca nas mãos dos homens problemas aos quais ele é incapaz de solucionar.

Seguindo esse raciocínio, a educação, por ser parte fundamental da formação de todo ser humano, não poderia deixar de abordar e de se embasar nos temas que inquietam esse ser humano. A proeminência em se ministrar o Ensino Religioso nas escolas contribuiria, portanto, no processo de desenvolvimento humano, oferecendo-lhe subsídios para uma reflexão consistente.

A partir dessas contribuições, Leonel Franca segue embasando seu pensamento ao citar diversos autores que afirmam a idéia de que a formação moral é indispensável no processo de desenvolvimento humano. Para grande parte desses estudiosos a formação moral está atrelada aos princípios, aos valores e, sobretudo à religião uma vez que fora a religião a principal construtora da moralidade ocidental tal qual conhecemos em nossos dias.

Podemos constatar essa importante definição na fala do pedagogo Allers, contemporâneo a Leonel:

É inconcebivel um *conhecimento theorico* do caracter, que não esteja fundado na moral e em ultima instancia numa *philosophia* da vida e do mundo. Por toda a sua problematica, a *caracteriologia* reporta-se a cada instante á religião. *Uma caracteriologia naturalista é uma impossibilidade em si.* (ALLERS, 1929 apud FRANCA, 1931, p. 13). (destaques do autor).

Allers não tem dúvida de que é impossível que o conhecimento teórico esteja desvinculado da moral e da filosofia de mundo. Essa filosofia de mundo e até mesmo a moral propriamente dita é nos dada pela religião, uma vez que a sociedade ocidental foi construída sob princípios e normas religiosas.

Para esse autor, portanto, desvincular a religião do conhecimento teórico acerca do caráter humano é tirar aquilo que lhe deu origem, tornando-a, em último caso, falha ou, no mínimo, incompleta, o que acarretaria sérios problemas no processo formativo.

Complementando essa linha de raciocínio, sabemos que a psicologia se ocupa em estudar os diferentes tipos de caracteres humanos, bem como sua respectiva formação. Segundo Allers, podemos constatar que a formação de caráter do indivíduo se processa na junção teoria-prática, sendo ambas enraizadas na religião.

Leonel Franca segue explanando sobre a escola leiga. Segundo o autor, esse modelo escolar desenvolveu uma concepção acerca de uma moral, desvinculada dos princípios religiosos, portanto, uma moral leiga, conceito que é duramente criticado por ele.

Discorrendo sobre essa temática, Leonel Franca (1931, p. 14) afirma que: “a nova moral não passa de um producto falsificado, inconsistente e inefficaz”. Essa “moral leiga” passou a ser denominada por “moral científica” com o intuito de se desvincular do âmbito teológico impregnado em seu cerne.

Sendo assim, a “moral científica”, isenta de princípios religiosos, estaria inserida no mesmo patamar que as demais ciências, tendo como exemplos do próprio Leonel Franca, a física e a química. No entanto, houve contratemplos a essa idéia de “moral científica”, uma vez que a própria ciência se contrapôs a tal afirmação.

Sobre essa questão específica, Leonel Franca assevera que:

em nome da dignidade da sciencia e do rigor dos methodos scientificos que urge protestar contra uma moral scientifica no sentido de uma moral positiva, construida exclusivamente com os processos das sciencias experimentaes. As sciencias positivas têm por objecto estudar o curso dos phenomenos, investigar-lhes as leis, enunciar o que é; o que deve ser está fóra de suas preoccupações e do alcance de seus methodos de trabalho. A observação da natureza [...] não lhe pode dizer senão o que se passa, o facto. O dever, objecto da moral, é inattingivel por estes

processos de conhecimentos. Para traçar uma norma á actividade do homem é mister ainda conhecer os destinos da sua natureza, o ideal que lhe incumbe realizar, é mister collocá-lo nas grandes linhas de uma concepção philosophico-religiosa do universo. (FRANCA, 1931, p. 14-15). (destaques do autor).

Poderíamos afirmar, desse modo, que somente é possível falar de uma consciência moral com eficácia quando os grandes temas que norteiam a vida humana, como o seu destino, o relacionamento com Deus, a morte, a eternidade, entre outros, já estiverem solucionados. No entanto, tais questionamentos que estão inseridos no campo filosófico-religioso, como mencionamos anteriormente, ficariam de fora do âmbito pedagógico em uma instituição escolar leiga.

O ensino leigo, da maneira como é compreendido por Leonel Franca, não trabalharia com seus educandos esses questionamentos que fazem parte das inquietações que permeiam toda a vida do ser humano e que são essenciais em sua formação.

Para ele, seguindo essa linha de pensamento, a escola laica seria incapaz de educar o homem. Ela não seria capaz de lhe fornecer uma formação plena a fim de que o mesmo possa viver em sociedade tanto em harmonia com os demais indivíduos quanto consigo mesmo. Em outras palavras, a escola laica seria incompleta, ofereceria apenas e tão somente instrução, deixando para segundo plano a verdadeira educação.

Para Leonel Franca, fundamentado em muitos outros educadores por ele citados no decorrer de sua obra, tanto o Ensino Religioso nas escolas quanto as práticas pedagógicas estão intimamente entrelaçadas, pois ambas fazem parte da formação plena que a verdadeira educação, ou a sã pedagogia assim nomeada por ele, devem fornecer ao indivíduo.

Segundo Leonel Franca:

os grandes educadores, antigos e modernos, veem entre a religião e a pedagogia um nexo incindível, e em toda a obra educadora, uma obra essencialmente religiosa. O laicismo nasceu de machinações da política sectaria não da vida real e concreta das escolas. (FRANCA, 1931, p. 20).

Não cabe aqui analisarmos o processo educativo de outras épocas históricas, mesmo tendo plena consciência que Leonel Franca buscou na história da humanidade a fundamentação última para seus argumentos. De fato, se

pensarmos na educação, tal qual era ministrada na Antiguidade, na Idade Média e até mesmo durante a Era Moderna, há um estreito vínculo entre ela e a religião, em maior ou menor grau, dependendo do período histórico e da localidade que estudarmos.

Pensando especificamente no mundo ocidental, vemos que este vínculo é bem claro. Não podemos nos esquecer de que as sociedades antigas, grega e romana, eram regidas em grande parte pela crença em seus deuses. Na Idade Média, temos o completo domínio da Igreja Católica sobre o processo educativo.

Hoje sabemos que esse longo período histórico não foi uma “era das trevas” como alguns autores ainda insistem em denominar a Idade Média. Prova disso é que o sistema universitário, tal qual o conhecemos até nossos dias, teve suas origens nesse momento, sob a batuta dos padres e monges católicos. É já na Idade Moderna que esse panorama começa a mudar, mas muito vagarosamente.

Não foi apenas em pensadores vinculados à religião que Leonel Franca embasou suas considerações. Entre diversos outros, ele utiliza estudos de diversos pedagogos leigos como, por exemplo: Joahnn Heinrich Pestalozzi, Lars Eskeland, Baden-Powell (fundador dos escoteiros que atualmente estão dispersos por quase todo o mundo) e Friedrich Wilhelm Foerster.

Salientaremos apenas uma ponderação, entre tantas outras, que Leonel Franca compartilha com o pensamento desses estudiosos supracitados:

O contacto immediato com as consciências das crianças e a experiência profunda das verdadeiras realidades da vida sugerem outras idéias. Os grandes pedagogos são unanimes em accentuar a imprescindibilidade da religião na formação do homem. (FRANCA, 1931, p. 20).

Tanto para Leonel Franca quanto para tais estudiosos das práticas pedagógicas, a educação tem que estar comprometida com a religião para ser verdadeira e ocorrer eficazmente. Se entendermos que o ato de educar compreende todas as esferas do indivíduo, por conseguinte, perceberemos que a religiosidade também faz parte do processo educativo.

Ademais, já caminhando para a conclusão de suas ponderações sobre o aspecto pedagógico, Leonel Franca afirma que o Ensino Religioso é fundamental

para a construção do caráter e moralidade da juventude. Para melhor endossar essa questão, o autor se utiliza de von Keudell, político de grande influência em sua época e que fora ministro do Interior da Alemanha.

No ano de 1927, Keudell proferiu a seguinte declaração no Reichstag (Parlamento Alemão):

"Antes de tudo devemos ensinar á nossa juventude a defender-se contra a licença desenfreada que a arrasta actualmente; devemos dar-lhe carácter e tirar della homens energicos. Ora sem religião, será tarefa impossivel. A verdadeira liberdade só existe onde o homem se sente ligado a Deus. Os que reclamam a escola christã – em harmonia com a vontade dos paes, são os unicos a comprehendender que a questão escolar é antes de tudo *uma questão de educação, que se liga aos interesses essenciaes do povo*". (VON KEUDELL apud FRANCA, 1931, p. 24-25).⁴ (destaques do autor).

O discurso de von Keudell sintetiza o que Leonel Franca defende em seu escrito. Para esse político, a juventude deve ter limites, conhecer limites. É preciso que a escola trabalhe com os jovens essa problemática e que lhes dê o caráter para que se tornem homens dignos para servir seu país e seu povo. Desse ponto de vista a educação religiosa seria imprescindível para qualquer nação.

2.2. Abordagem do aspecto social

Após ter apresentado a importância do Ensino Religioso em seu aspecto pedagógico, Leonel Franca analisa pormenorizadamente essa importância no aspecto social, onde apresentará os problemáticos impactos sociais da retirada da religião do contexto escolar. É perfeitamente possível notar que o autor faz uma correlação entre o aspecto pedagógico e o aspecto social.

Se cogitarmos uma sociedade harmonizada, onde os bens individuais são partilhados em comum com toda a comunidade, conscientes de que se fazem necessárias abnegações pessoais para que o bem-estar coletivo seja plenamente possível de ser alcançado, poderíamos dizer que tal premissa soaria de maneira

⁴ Trecho do discurso de von Keudell extraído da obra de Leonel Franca. Contudo, na obra não consta a fonte que o autor teve acesso.

utópica aos nossos ouvidos extremamente globalizados pelos avanços tecnológicos e materiais do último século.

De fato, pensarmos em uma sociedade que tenha como meta comum cultivar valores existenciais e civis, de maneira que o homem desprenda-se de si mesmo em função do outro, significa corroborar com a idéia de que isso apenas será possível a partir de um processo educativo pragmático e um programa de formação em longo prazo.

Para Leonel Franca (1931, p. 28) “a educação interior das almas é a condição indispensável da organização externa da sociedade”, uma vez que, seguindo o seu pensamento, para que o ser humano possa cuidar do patrimônio construído pela sociedade a qual se está inserido, é primordial formar suas almas.

Como já dissemos na análise do aspecto pedagógico, Leonel Franca entende a instrução como sendo meramente técnica, onde a mesma prepara apenas o corpo para ser inserido na sociedade. Quanto à educação, cabe a ela o desenvolvimento da personalidade humana, sendo que por meio dessa personalidade o ser humano dialoga com a sua alma, com toda a sua capacidade de elevar-se espiritualmente.

Nessa perspectiva, quando uma pessoa age de maneira consciente, desempenhando seu papel social em consonância com seus valores e responsabilidades, significa que ela foi verdadeiramente educada com valores que estão agora incutidos em seu ser, em sua personalidade.

Todas as questões em torno da problemática acerca de uma reforma social seriam confrontadas pelo autor, que aponta o quesito da formação da consciência como uma necessidade essencial e indispensável não apenas para a sociedade, mas sim para a questão ético-religiosa.

Nesse aspecto a formação da consciência moral é essencial para a existência de uma sociedade mais harmônica. Para endossar esse pensamento, Leonel Franca se utiliza de outro autor, Hovre. Segundo ele:

“A grandeza de um Estado não repousa nem na sua extensão, nem na sua força armada, nem no numero dos seus habitantes, nem nas suas riquezas, commercio e industria, nem nos seus progressos scientificos, mas na força moral e religiosa de seu povo, na fidelidade ás leis da consciencia, e, em remate de contas, na sua religiosidade.” (HOVRE, 1927 apud FRANCA, 1931, p. 29).

É a partir desse ponto de vista que temos a formação da consciência moral como sendo uma questão ético-religiosa. Para se formar tal consciência, o ser humano deveria viver em sociedade, construindo uma vida embasada em diversos valores, com ênfase especial à religiosidade. Leonel Franca não tem a menor dúvida de que apenas desse modo o homem seria capaz de contribuir para a construção de uma sociedade melhor.

Segundo Leonel Franca, o indivíduo só conseguirá viver bem socialmente se tiver um comportamento social adequado. Para obter esse comportamento, o indivíduo deve ter acesso a uma formação educacional completa que lhe propicie condições necessárias para que se construa sua consciência moral.

Não podemos nos esquecer de um aspecto que já abordamos, mas que é fundamental na construção desse raciocínio. Para Leonel Franca, a única formação educacional completa é aquela que consegue trabalhar com os indivíduos todas as questões que estão ao seu redor e que fazem parte de seu cotidiano. Desse modo, não há um processo educativo completo sem o Ensino Religioso.

O indivíduo que, por exemplo, consegue viver bem no âmbito familiar, demonstrando honestidade e seriedade em todos os demais relacionamentos humanos, utilizando de equilíbrio e moderação em quaisquer circunstâncias sociais é o mesmo que condizer com o caráter de influência que tal processo desenvolve na inteligência humana, isto é, em sua consciência.

Todos esses questionamentos trazem como pano de fundo o aspecto religioso embutido na mentalidade e na vivência de muitos autores. Alguns pensadores assumem o caráter religioso convictos de sua relevância no decorrer do processo educativo.

Levando em conta o caráter confessional da obra, observemos a citação a seguir:

“A Sociedade supõe a religião, inspira-se da religião... A religião desempenha um papel de princípio e não de simples instrumento... Na origem de todo o progresso social encontram-se a fé, a esperança e o amor. A religião conservará assim o seu antigo caráter de genio tutelar das sociedades humanas.” (BOUTROUX, s.d. apud FRANCA, 1931, p. 30) (destaques do autor).

É evidente o grau de importância conferido pelo autor à esfera religiosa. A religião é colocada no centro de toda discussão social. A religião, dentro dessa perspectiva, funciona como uma bussola que norteia os valores humanos, conferindo sentido à vida individual e comunitária.

Mais do que evidenciar o valor e a importância da religião, o fragmento acima ressalta a necessidade humana em se ter uma crença religiosa para lhe conferir orientação. Desse modo, Boutroux e, por conseguinte, Leonel Franca colocam o ser humano em estado de permanente tutela da própria religião.

De fato, a partir das considerações de Leonel Franca, podemos observar que a formação moral do indivíduo está atrelada à necessidade de apoio em crenças religiosas. O estudo das ciências é indispensável nesse contexto, porém o papel desempenhado pela religião se torna ainda mais necessário, uma vez que compete a religião o caráter formador da consciência humana.

Para Paul Bureau, um dos sociólogos mais influentes do início dos anos trinta, e que também foi fundamental para o embasamento do pensamento de Leonel Franca:

"Não ha duvida que o desenvolvimento da sciencia e do espirito critico tendam d'ora em deante a restaurar nas intelligencias a crença religiosa e a mortrar-lhe a função indispensavel. Em nenhum outro dominio este papel da fé, da esperança e do amor apparece melhor do que por occasião dos preceitos da disciplina sexual; mas na realidade, todas as tendencias mais certas e mais razoaveis da nossa civilização moderna não reclamam menos o contrapeso moderador da crença religiosa... Mais que nunca a humanidade caminha numa corda rija; sem o socorro de uma fé religiosa capaz de penetrar-lhe a alma e a vida inteira, não se manterá em equilibrio... A formação moral do individuo é estreitamente ligada ás crenças religiosas; a **observancia exacta da disciplina dos costumes só é possível numa sociedade submetida á influencia bem-fazeja de uma robusta educação religiosa.**" (BUREAU, 1926 apud FRANCA, 1931, p. 31)⁵ (destaques do autor).

Bureau elucida os aspectos existentes na formação da moral do indivíduo destacando a função que a religião desempenha nesse contexto. Para esse autor, a crença religiosa é de suma importância no processo de educação do ser humano. Bureau coloca a profissão de uma fé religiosa como o centro, como aquilo que transpõe na alma e mantém a pessoa em equilíbrio.

⁵ Conferir na nota de rodapé.

Seguindo essa teoria não bastaria dizer que o ser humano necessita estar em contato direto com qualquer crença religiosa que o levasse a praticar o bem comum na sociedade a qual se está inserido, mas afirma terminantemente que a formação moral do indivíduo só ocorre plenamente com o auxílio de uma educação religiosa bem estabelecida, e que a partir dela a consciência se estabelece em concordância com os valores e costumes apreendidos.

Como vimos até aqui, os autores citados neste texto partem de um mesmo princípio: o ser humano durante todo o seu processo educativo precisa de maneira indispensável ser trabalhado em sua formação moral, ou seja, a base moral é essencial na construção de sua consciência e a questão ético-religiosa deve perpassar a sua cultura refletindo como uma condição de vida social.

Desse modo, teríamos a educação religiosa como base da formação moral de cada indivíduo. Seria essa educação que garantiria à humanidade que as necessidades sociais fossem tratadas com o devido respeito e atenção, pois estariam levando em consideração todos os quesitos ético-religiosos existentes em nosso meio.

Notamos que as mesmas considerações feitas por autores do século passado ainda permanecem vivas em nossos dias, sem que se tenha alcançado uma satisfatória solução. Pontes de Miranda, jurista e escritor brasileiro cujas obras foram publicadas em vários idiomas, traz uma reflexão sobre esses entraves na educação religiosa:

“A escola *leiga* é, por isto mesmo, se não *má*, defeituosa; ministra meia educação, dá o sentido “mutilado”. O educador neutro em matéria religiosa é tão imperfeito quanto o amoral: por bem dizer, renuncia á possibilidade de enriquecer as forças infantis de *julgar* os proprios pensamentos; em vez de preparar e *corrigir por dentro*, conforma-se com o *aparar por fóra*. Não preside a formação de homens educados segundo as leis sociologicas e a sciencia: fabrica “cidadãos”, homens que só temem as leis, isto é, a *cadeia* e a *multa*, as indemnizações e as *penas disciplinares*. Não ha negar que taes individuos vão para a vida mal protegidos e são frageis esteios para que nelles se apoiem as sociedades.” (MIRANDA 1926, apud FRANCA, 1931, p. 33-34) (destaques do autor).

Notamos que Pontes de Miranda é extremamente emblemático e profundo, merecendo uma melhor atenção. Em um tom altamente confessional, o autor considera que a educação laica é mutilada, fraca e incompleta. Já vimos que esse

também é o pensamento de diversos outros conceituados autores que Leonel Franca trouxe à discussão.

Pontes de Miranda, porém, vai mais além. Para ele, o educador que não está embasado em princípios religiosos não tem as ferramentas necessárias para corrigir seus educandos. Estes, por sua vez, dado o fato de receberem apenas “meia formação”, não estariam suficientemente aptos para viver em sociedade.

Ao longo de todo texto, fica em evidência a posição crítica que Leonel Franca assume frente à escola desvinculada da religião. Segundo ele, a escola leiga apenas oferece aos educandos uma formação bastante superficial, que repercute em uma impotência em lidar com os demais fatores que perpassam sua vida social.

Dentro de sua posição teórica, não é possível pensar em uma verdadeira pedagogia se a mesma não dialogar com as inquietações que todo o ser humano traz consigo no mais íntimo do seu ser, e para as quais a ciência não tem respostas, portanto isso só seria possível se o ensino ministrado nas escolas tivesse sua base em princípios religiosos.

Levando em consideração a inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas ou a sua retirada das mesmas, Leonel Franca faz um estudo minucioso sobre as consequências sociais, positivas ou não, de tais ações. Obviamente os dados estatísticos levantados pelo autor datam do início do século XX, mas nem por isso são menos relevantes a esse estudo.

Em posse desse material, que certamente trará inquietações a todos aqueles interessados nas causas que tangem o Ensino Religioso, passaremos agora a discutir os impactos causados por esse ensino, bem como buscar meios de auxiliar na construção de um ensino que prime pelo ser humano, capacitando-o a agir de maneira íntegra, refletindo seus valores na sociedade.

Como dissemos anteriormente, o autor trabalha com dados oriundos do final do século XIX e início do século XX. Contudo, as desastrosas consequências ocorridas durante a ausência do Ensino Religioso nas escolas nos exemplos que ele nos fornece, em muito se parecem com a sociedade globalizada do século XXI a qual fazemos parte.

No contexto histórico do final do século XIX e início do século XX, a França foi uma das exceções entre os países europeus que se tornaram adeptos do laicismo escolar. Após a retirada da chamada “instrução religiosa” das escolas, em pouco tempo o índice da criminalidade aumentou assombrosamente, o número de crimes atingiu mais que o dobro dos registrados na época anterior, levando em consideração que não houve durante esse período nenhum tipo de crise econômica ou guerra.

Dadas essas circunstâncias, a “instrução religiosa” é reinserida nas escolas francesas, onde vigora por vinte e seis anos, tendo a cada ano uma queda extremamente expressível nos índices de criminalidade. No entanto, passado esse período, novamente essa “instrução religiosa” é retirada de cena. O acréscimo no número de crimes é bastante elevado e soma-se ao agravante de que grande parte dos crimes eram praticados por menores de idade.

A. Guillot (1887, apud FRANCA, 1931, p. 37) era juiz de instrução em Paris. Ele atribuiu aos elevados índices de crimes cometidos pelos jovens a modificação na organização no sistema público de ensino. Segundo as estatísticas, os registros de crimes nos vinte anos posteriores à retirada da “instrução religiosa” simplesmente se quadruplicaram.

Para Guillot, não existiu nenhum tipo de coincidência. A criminalidade aumentou simultaneamente às modificações na organização do sistema de ensino público, justamente na periodização da ausência da “instrução religiosa”. Alguns anos mais tarde, ele afirmou que:

A creança que não é dirigida para as cousas superiores, [...] que não se sente sob o olhar e sob a ação de Deus, uma vez homem, irá ao prazer e ao interesse. E nem espera chegar a homem. Desde cedo começa a tratar como velhas ficções tudo o que lhe custa, tudo o que lhe pesa [...] no peito das crianças sopram já os odios, as invejas, os ciumes, a sede de prazeres que consomem os seus maiores [...] se o mal não é maior devemo-lo às escolas livres que conservam na França um núcleo de homens que temem e servem a Deus [...] com os meios mais engenhosos, por preservá-la, defendê-la e salvá-la.” (GUILLOT, 1896, apud FRANCA, 1931, p. 37-38).

Independente da confissão religiosa podemos ver que um número bastante expressivo de jovens que não tiveram possibilidades de pensar e debater sobre as

questões existenciais que permeiam toda a humanidade, simplesmente não souberam como lidar com tais anseios e viverem plenamente em uma sociedade.

Com base nos dados apresentados por Guillot, constatamos que tanto a diminuição, bem como o acréscimo dos índices de criminalidade, estavam vinculados a presença e/ou ausência do Ensino Religioso nas escolas públicas francesas.

Em outros termos, Guillot afirma com convicção que a ausência do Ensino Religioso resulta no crescimento exponencial da violência, enquanto que sua presença é apontada como sendo um dos fatores, senão o mais relevante, para a redução da criminalidade.

Leonel Franca conclui que são cometidos menos crimes pelos adultos e mais pelos jovens, uma vez que os adultos além de sua formação escolar, já estão há mais tempo sobre as influências de outros fatores sociais, enquanto que os jovens ainda estão mais atrelados apenas a sua primeira educação, muitas vezes proporcionada apenas pelas escolas.

Jules Jolly (1904, apud FRANCA, 1931, p. 41), que na ocasião era advogado da corte de apelação de Paris, impressionado com os dados alarmantes e com os aumentos de reincidência criminal, busca compreender quais foram às causas que levaram a sociedade a chegar a tal ponto.

Segundo suas reflexões e embasado em diversos casos e dados estatísticos, Jules Jolly conclui que:

“a instrução não actua efficazmente contra o vicio e o crime senão quando se lhe ajunta a educação moral, para formar a consciencia da creança ao mesmo tempo que a sua intelligencia. Essa educação moral, cuja necessidade toda a gente reconhece, é, *porventura, dada pela escola publica?* Somos forçados a confessar que não... a verdade, abstrahindo de qualquer preocupação confessional, é que a educação moral da infancia não pode facilmente dar resultado se não é fundada na religião... a fonte principal da criminalidade juvenil é com a diminuição do espirito religioso, a baixa geral dos costumes.” (JOLLY, 1904, apud FRANCA, 1931, p. 41) (destaques do autor).

Novamente temos um autor leigo que não titubeia em afirmar que a instrução desvinculada de educação moral, tal qual era oferecida em escolas públicas e laicas, não atua de modo eficaz para a formação da consciência das

crianças. Ao mesmo tempo, para Jules Jolly, essa educação moral só obteria os resultados que dela se espera se fosse fundamentada na religião.

Podemos visualizar nitidamente o cenário em que os textos citados foram escritos. É possível, e sem nenhuma dificuldade, constatarmos a crise social que estava instaurada nesses dias. A sociedade certamente estava repleta de jovens que em sua maioria viviam em condições precárias e que, sem uma formação moral e ética adequada, aderiam a práticas criminais, trazendo medo e aflição à sua comunidade.

Muitos outros casos e dados são elencados por Leonel Franca ao longo de seu texto. Cremos que a título de exemplificação os casos aqui elucidados já se mostram suficientes para uma ampla e profunda reflexão. Contudo, vale ressaltar apenas mais um breve apontamento quanto às situações sociais mencionadas.

Dentre todos os infortúnios causados em uma sociedade que tem seus jovens à mercê da criminalidade, algo ainda mais pungente estava por vir. As estatísticas apontaram para uma problemática extremamente alarmante e de grande dramaticidade social.

Um número muito alto de jovens não encontravam sentido em suas vidas e, por esse motivo, acabavam se suicidando. Posto isso, as pesquisas desenvolvidas pelos autores utilizados por Leonel Franca se atentaram a esses dados e passaram a fazer uma distinção entre delinquência e suicídios tanto em seus estudos, quanto em seus gráficos.

Nessa conjuntura, vale ressaltar que tais pesquisas tratam de jovens menores de idade, fator que confere um grau ainda mais elevado de preocupação. Segundo essas informações, em menos de vinte e cinco anos após a retirada do Ensino Religioso das escolas, os casos de jovens que se suicidaram se quintuplicou.

Leonel Franca não tem a menor dúvida de que a maioria desses jovens que puseram fim em suas vidas o fizeram simplesmente por não saberem viver socialmente, ou seja, a alta de suicídios possuía um estreito vínculo com a escola laica instrutiva e não educativa.

Leonel Franca levantou dados de outros países apenas para sustentar e corroborar com suas convicções acerca dos entraves do Ensino Religioso no

Brasil. Embora, segundo o autor, todas essas citações elucidadas no decorrer desse texto também fossem visíveis em solo brasileiro, ele não tinha em mãos um material sistematizado como os que aqui utilizamos.

Mesmo sem dados estatísticos, segundo Leonel Franca, crescia no Brasil uma geração de pessoas instruídas por um ensino sem Deus. Ele chama a atenção para o fato de que tais pessoas estavam inseridas em diversas áreas da sociedade brasileira, levando consigo e transmitindo aos outros as consequências de um ensino laico que seria nocivo para todo o âmbito social.

Para Leonel Franca:

Atravez da escola os efeitos dissolventes do laicismo alastraram por todas as profissões e camadas sociaes. Avultou a criminalidade; baixou a moralidade domestica; multiplicaram-se as deslealdades conjugaes; desceu o nível da probidade profissional; diminuiu o respeito aos dinheiros publicos e aos interesses sociaes na mesma proporção em que aumentou o egoísmo e se exarcebou a sede de prazeres. (FRANCA, 1931, p. 56).

Segundo o autor, não é possível encontrar sequer um só exemplo benéfico que possa ser extraído pela exclusão do Ensino Religioso nas escolas. Ele não encontra em nenhuma de suas inúmeras pesquisas um só país que tenha alcançado maiores índices de progresso, de paz ou de harmonia social, mas ao contrário, apenas aumentos nas taxas de criminalidade e acentuada queda no padrão moral.

Em virtude de tais fatores, a sociedade estaria em estado de alerta, necessitando avidamente de uma nova reformulação no sistema organizacional de ensino público onde o Ensino Religioso reocupasse seu lugar e fosse parte integrante das disciplinas.

2.3 Abordagem do aspecto jurídico

Em todo esse contexto que acabamos de descrever, o Ensino Religioso é entendido como um meio de alta performance no que diz respeito à capacidade moral de formar as almas dos educandos e de agir em suas consciências, de

modo que os mesmos sejam capazes de viverem livremente refletindo beneficamente na sociedade a qual se está inserido.

Entretanto, tal afirmação não condiz com as práticas legislativas implantadas no Brasil a partir da Proclamação da República. Para Leonel Franca, a separação entre a Igreja e o Estado trouxe sérias consequências ao povo brasileiro. Além de se ter perdido a unidade da fé e dividir a população em vários grupos incompatíveis, criou-se um enleio entre um preceito e sua referida aplicabilidade.

A princípio, o laicismo deveria ser a maior expressão de neutralidade a fim de garantir o direito de dileção dos cidadãos; de modo que não interferisse em nenhuma condição nas consciências das pessoas, sendo que tal premissa garantiria o respeito à liberdade das consciências, a fim de repercutir em uma sociedade pacífica.

Nessas circunstâncias, caberia ao Estado a não interferência na consciência do sujeito, procedendo com respeito aos preceitos religiosos das famílias, quando esses não se opuserem às determinações da moralidade pública descritas no Código Penal. Por essa premissa, a família tem o papel principal de educar, sendo que na escola deve encontrar a continuidade do ensino oferecido em casa.

Analisando essa temática, Leonel Franca afirma que:

A creança não pertence ao Estado; aos paes, incumbe o dever e assiste o direito, de lhe ministrar a educação physica, intellectual, moral e religiosa a que se tem direito inviolavel. [...] A escola, continuadora da primeira formação, é o complemento do lar; deve prolongar-lhe a obra educadora, não destrui-la ou embaraçá-la. O professor, publico ou particular, é, por função, um delegado e representante da autoridade paterna. Não lhe assistem direitos contra os direitos das familias. (FRANCA, 1931, p. 60-61).

Vemos que a atividade educativa está arraigada aos anseios da família, ou seja, o Ensino Religioso nas escolas parte da necessidade primeira do educando frente aos seus ensinamentos familiares. Nesse aspecto, o ensino leigo é compreendido como contrário aos anseios dos pais do educando.

Tal premissa é abordada extensamente por Leonel Franca na obra que analisamos. Para embasá-la, o autor faz uso de diversos artigos dos Códigos Civis

de vários países. Ele se baseia nos Códigos Civis brasileiro (art. 231), italiano (art. 138) e alemão (art. 120), uma vez que ambos tratam da problemática do excerto acima com a mesma compreensão e perspectiva do autor.⁶

Para Leonel Franca, a instrução pública oferecida pelas escolas é um fator muito sensível no que competem as questões religiosas e qualquer idéia contrária a posição privilegiada da família faria com que as práticas pedagógicas se tornassem errôneas, além de impedir o direito à liberdade de dileção do povo.

Segundo Leonel Franca:

O Estado que fosse arrancar as crianças ao seio de sua família e durante anos e anos as submettesse nas suas escolas a influencias doutrinaes que fizessem protestantes os filhos de católicos, cristãos os filhos de judeus, scepticos e incredulos os filhos de crentes fervorosos teria sancionado com a solemnidade dos seus textos legislativos a mais intoleravel das opressões de consciencia. (FRANCA, 1931, p. 64-65).

Embora a obra tenha sido escrita por um padre jesuíta em um momento bastante delicado para a Igreja Católica no Brasil e em diversas partes de seu texto o tom apologético seja indiscutível, cremos que a perspicácia em salientar o direito intocável que as famílias possuem na educação de seus filhos, tornou essa problemática mais relevante e interessante de ser estudada.

O direito à religião não é questionado pelo autor. O que o preocupa é a escola leiga formar cidadãos com posturas religiosas distintas daquelas que lhes fora ensinadas em casa. Ora, se considerarmos que cabe aos pais a primeira educação e a escola seria continuadora desse processo, um ensino contrário ao ensino paterno é, de fato, intolerável.

Seguindo com seu pensamento, Leonel Franca comprehende que:

O paiz, portanto, para quem o respeito à liberdade espiritual não é apenas a sonoridade vazia de uma expressão reboante, deve timbrar no acatamento escrupuloso dos direitos intangiveis da familia à educação religiosa dos seus filhos. (FRANCA, 1931, p. 65)

Dessa forma, notamos que a educação religiosa é um direito inalienável em um país que prega a liberdade espiritual. No entanto, do ponto de vista do

⁶ Ressaltamos que as informações fornecidas por Leonel Franca são embasadas nos Códigos Civis que estavam em vigor em sua época, podendo ter discrepâncias com os atuais Códigos Civis dos países mencionados.

autor, o ensino público laico não assegura essa premissa, e a partir de então surgem às divergências entre os princípios e suas referidas aplicabilidades.

Para Leonel Franca, os favoráveis ao laicismo escolar teriam sido convencidos ou simulavam ser induzidos a aceitar que a escola leiga seria justa ao se retirar o Ensino Religioso de dentro dela. A partir disso, o Estado se preveniria e asseguraria os direitos individuais do povo de modo que se mantivesse imparcial.

O autor analisa pormenorizadamente as afirmativas de que a escola laica seria uma instituição neutra. Para ele, os pensadores que defendem essa tese não levam em conta diversos fatores e exemplos que corroboram uma idéia completamente oposta a essa.

Abordando especificamente este tema, Leonel Franca afirma que:

Ora, a escola leiga não é, nem pode ser, na realidade, uma escola neutra. Ante os conflictos de idéias e crenças, ella não representa um tribunal de arbitragem desinteressado em cuja sentença imparcial depositam sua confiança as partes litigantes que directamente não chegam a entender-se; não constitue um territorio inviolável que não beneficia a nenhum dos belligerantes. Nada disto. Na lucta, ella collocase ao lado de todos os scepticismos, de todos os indifferentismos, de todos os sectarismos aggressivos contra os direitos de quantos – e são, em toda a parte, maioria esmagadora – conservam fidelidade a uma religião positiva. A escola leiga, reclamada com insistencia pelos partidos radicaes da esquerda, é, de todo em todo, incompatível com uma consciencia verdadeiramente religiosa. (FRANCA, 1931, p. 66).

O trecho acima é fundamental para compreendermos mais adequadamente o posicionamento de Leonel Franca no tocante a relação entre Ensino Religioso e ensino leigo. Não temos como negar que para o autor, a escola leiga é não apenas nociva à fé, mas na realidade é oposta a ela.

Mais profundo do que essa afirmativa é a constatação de que o ensino leigo, oferecido pelo estado e que supostamente se declara neutro, é incompatível com a consciência religiosa da grande maioria dos cidadãos que dependem da instrução oferecida pelas escolas.

Vendo por este prisma, poderíamos afirmar com segurança que Leonel Franca teme não apenas pela formação oferecida aos alunos das escolas leigas, mas também pela crise de fé que as mesmas poderiam gerar nesses alunos, pondo em risco a consciência religiosa da maioria da população.

Para o autor, é preciso uma união de todos os fiéis e clérigos para que o Ensino Religioso se imponha sobre o ensino leigo. União semelhante já ocorreu em diversos países, como Bélgica e Inglaterra, onde os respectivos episcopados se opuseram de maneira direta à implantação da educação laica.

Os exemplos oferecidos pelo autor demonstram com clareza a oposição feita pelos episcopados de diversos países às leis que impunham o ensino leigo. No caso da Bélgica, por exemplo, devido à pressão feita pelas autoridades episcopais, em pouco tempo o Ensino Religioso retomou seu lugar.

Segundo Leonel Franca (1931, p. 68), a queda da lei que impunha o ensino leigo coincide com o início de uma época de grande desenvolvimento para a Bélgica. Ademais, após experiência desastrosa, também na Inglaterra o laicismo religioso enfrentou seu ocaso, pouco após sua implantação.

Por abordar o aspecto jurídico que envolve a problemática ao redor do Ensino Religioso, Leonel Franca afirma que:

A escola leiga é, portanto, evidentemente contraria á consciência catholica. *E' um facto.* Os legisladores alheios ás nossas crenças poderão talvez não perceber todas as razões desta attitude da Igreja; nem por isso se lhes impõe, menos rigoroso, o dever de acatá-la; que isto é precisamente respeitar a consciencia religiosa do outrem. (FRANCA, 1931, p. 69).

A consciência católica corria sérios riscos caso o Ensino Religioso fosse, de fato abolido. Interessante pensarmos que o autor considera que é um dever dos legisladores, independente de suas crenças, acatarem a postura católica, uma vez que isso é sinal de respeito pela religião alheia.

Além disso, esse excerto nos conduz a outro ponto de grande relevância. Se considerarmos que o texto fora escrito por um apólogista no início do século XX, num contexto onde denominações religiosas não católicas ainda enfrentavam a desconfiança da sociedade brasileira, o ideal de respeito pela religião alheia pode ser entendido como um considerável avanço, ainda que o mesmo tenha sido empregado para defender os privilégios educacionais que estiveram ao longo dos séculos nas mãos da Igreja Católica.

Prosseguindo em seu raciocínio, Leonel Franca, ao analisar as liberdades espirituais, aspecto tão defendido pelo Regime Republicano, considera que as

mesmas simplesmente não existem quando o assunto é a educação pública da sociedade.

Segundo ele:

O Estado que, vasa pelos moldes do laicismo toda a sua instrucção oficial, ultrapassa as raias de sua autoridade, lesando os direitos espirituais de uma parte da população: ante a escola leiga e as prescrições de sua moral os católicos se vêem numa penosa e injusta alternativa: ou se privam dos benefícios da instrução pública ou transgridem, sob a pressão de uma violência moral, as leis de sua consciência religiosa. E' este porventura um regime de liberdade espiritual? (FRANCA, 1931, p. 69)

Inegavelmente, Leonel Franca constrói um interessante enlace em seu pensamento. Ao afirmar que a escola pública laica é contra a liberdade religiosa, o autor consegue questionar não apenas a instituição escolar, mas um dos princípios mais amplamente defendidos pelo Regime Republicano.

Em outras palavras, poderíamos considerar que em uma única afirmativa, o autor foi capaz de lançar dúvidas sobre toda a estrutura do Regime Republicano implantado no Brasil. Indo mais além, Leonel Franca considera que a problemática da educação religiosa não é uma questão debatida apenas no universo católico, como o caso do Brasil, mas sim em todos os países que seguem o que ele denomina como sendo uma “religião positiva”.

Nesse universo, consideravelmente mais amplo e plural que o brasileiro no início dos anos 1930 do século XX, Leonel Franca (1931, p.70) destaca que países protestantes, comunidades judaicas e muçulmanas se opõem radicalmente à implantação de um ensino desvinculado de princípios religiosos, sendo que em diversos países de maioria protestante o ensino leigo sequer é cogitado.

O autor é enfático ao afirmar que todo aquele que professa uma religião é contrário ao estudo onde Deus é relegado a um segundo plano. Aprofundando esse pensamento e tendo consciência das características fortemente religiosas da sociedade no início do século XX, não seria errôneo considerarmos que quase a totalidade da população daquele momento seria favorável ao Ensino Religioso em detrimento ao ensino leigo.

Se por um lado grande parte da sociedade seria adepta e favorável ao Ensino Religioso, era preciso indicar quais grupos estariam contra sua

permanência. Segundo as indicações levantadas por Leonel Franca seriam dois os principais adversários da manutenção do Ensino Religioso e, consequentemente, os entusiastas do ensino leigo: os comunistas e a maçonaria.

Abordando especificamente a posição assumida pelos comunistas, Leonel Franca afirma que:

O protocollo do Congresso do Partido reunido em Halle fala ainda com mais clareza: “Nosso partido é um partido científico. A sciencia (isto é, o materialismo dos socialistas) oppõe-se hostilmente á religião... A sciencia vela pelas boas escolas – é este o *melhor meio de lutar contra a religião*. [...] “A escola deve ser mobilizada contra a Igreja; o mestre escola contra o sacerdote; boa educação põe de lado a religião”. (FRANCA, 1931, p. 73) (destaques do autor).

Tendo como base as declarações proferidas no Congresso do Partido Comunista, Leonel Franca não encontra dificuldades em afirmar que o comunismo é contra a religião e a maneira mais fácil de combatê-la é laicizando o ensino e as escolas. Por essa perspectiva, a laicização da educação viria ao encontro dos ideais defendidos pelos comunistas.

Não podemos nos esquecer de um aspecto de grande importância. Nesse momento histórico, início do século XX, a Igreja Católica tinha no comunismo seu grande adversário. O Papa Leão XIII, na Encíclica *Rerum Novarum*, claramente se coloca contra os ideais comunistas.

Para o Pontífice, expressando o pensamento católico Ultramontano, o comunismo é entendido não apenas como nocivo para a fé, mas também para os trabalhadores que almejava defender, uma vez que não resolveria os problemas sociais, ao contrário apenas os agravaría.

Nos anos de 1930 ainda havia o receio de que a Revolução Russa de 1917 se expandisse pelo mundo. Observando o regime comunista implantado na Rússia, um dos aspectos mais claros é a imediata imposição do ensino leigo. Segundo Leonel Franca (1931, p. 75): “Na Russia, victoria do comunismo e laicização da escola foram simultâneas”.

Leonel Franca se embasara em declarações e documentos oficiais de influentes maçons para afirmar que a maçonaria é uma das maiores interessadas na implantação do ensino leigo. Coincidetemente, a maçonaria também era tida como uma das maiores opositoras do catolicismo.

Segundo Leonel Franca (1931, p. 76 a 78) a maçonaria foi a grande incentivadora da implantação de leis que ampliavam o ensino leigo e minavam o Ensino Religioso. Para o autor, grande parte das leis e propostas em prol da laicização do ensino foi pensada dentro das lojas maçônicas.

O autor afirma que a ação da maçonaria foi decisiva para a implantação do ensino leigo em diversos países, principalmente na França, onde as Congregações foram impedidas de ensinar e, em muitos casos, perderam seus bens. Também não foram raros os casos em que os padres e freiras foram banidos e encaminhados para o exílio.

Segundo Leonel Franca, a ação da maçonaria foi catastrófica para o sistema educacional religioso. Nas palavras dele, não bastava simplesmente a aprovação de leis que concediam privilégios ao ensino leigo, era preciso que os pais tivessem a obrigação de matricular seus filhos em colégios do Estado.

Desse modo:

Em nome da laicidade republicana era mister ainda destruir por completo a liberdade de ensino e eliminar a concurrencia dos professores religiosos. [...] Iniciou-se então a campanha contra as congregações religiosas. Em 1891 [...] POCHNON, COCULA e CHION-DUCOLLET propõem aos Conselhos geraes que se excluam das funcções publicas todos os antigos alunos dos collegios religiosos. (FRANCA, 1931, p. 78 e 79) (destaques do autor).

Leonel Franca afirma categoricamente que tais propostas partiram de líderes maçons. Ele prossegue afirmando que:

Nesta laicização do ensino, a maçonaria, pelo orgam dos seus conventos geraes e de seus mais autorizados representantes, tomou sempre a responsabilidade das iniciativas e das realizações. No convento de 1897, dizia o [...] HUBBARD, ex-deputado: "E' a maçonaria que fez passar na legislação da Terceira Republica as leis militares e escolares". [...] Foram os melhores de seus membros os PAUL BERT, os FLOQUET, os JULIO FERRY, os promotores das leis escolares; e hoje, como outrora, a maçonaria vigia com um cuidado cioso o funcionamento regular do nosso ensino primário. (FRANCA, 1931, p. 79 e 80).

Poderíamos levantar uma série de discussões sobre o posicionamento de Leonel Franca em relação à maçonaria. Contudo, tal contendia fugiria da proposta e objetivo dessa dissertação. Ademais, o próprio autor explicita seu ponto de vista acerca da maçonaria. Segundo ele:

O fim explicito e confessado da maçonaria é destruir a religião das almas, combater o catholicismo, e para este fim faccionario, lançar mão de todos os recursos do Estado. A instrução publica, mantida pelos dinheiros da nação transforma-se, com a laicização do ensino, num instrumento de propagando irreligiosa, numa arma de combate ao christianismo. (FRANCA, 1931, p. 80) (destaques do autor).

Posto as considerações acima, acreditamos não se fazer mais necessário maiores considerações em relação ao posicionamento de Leonel Franca frente à maçonaria. Para ele, adepto confesso da postura oficial da hierarquia eclesiástica católica, a maçonaria tem por finalidade destruir o catolicismo.

Nesse processo de aniquilação do catolicismo, uma de suas principais armas, e talvez a mais mortífera, seria a laicização do ensino. Reduzir e, se possível, anular a influência religiosa sobre o ensino seria um passo decisivo para anular a religião de todas as esferas sociais. Nesse aspecto, segundo Leonel Franca, os ideais comunistas e maçons estariam profundamente alinhados.

Outro aspecto que o autor aborda com certa profundidade e que não poderíamos ignorar diz respeito à questão da neutralidade que, segundo ele, existe apenas nas almas ingênuas e que é deixada de lado assim que a laicização é implantada.

Ao trabalhar sobre o conceito de neutralidade, Leonel Franca discorre embasando-se em outros autores:

*“O professor, escreveu J. Payot, queira ou não, deve tomar partido nas grandes questões essenciais que dividem a sociedade contemporanea, isto é, nas questões religiosas, politicas e sociaes. Vivendo no meio dos paes dos seus alumnos não poderá refugiar-se na neutralidade que só é possível as intelligencias e ás actividades nullas.” “Não falemos de neutralidade escolar... diz Aulard, um mestre-escola leigo, se é homem de bem, não poderá violá-la.” Violá-la como? Viviani no-lo dirá sem rebuços como um maçon *franco* “Falam-nos de neutralidade escolar; mas já é tempo de dizer que a neutralidade escolar nunca passou de uma mentira diplomática, uma tartufice de momento; invocámo-la para adormentar os escrupulosos e timoratos, mas agora, já se trata disto; joguemos francamente com cartas á mesa. Nunca tivemos outro propósito senão o de crear uma universidade antireligiosa e antireligiosa de modo activo, militante e bellicoso.”* (FRANCA, 1931, p. 86 e 87) (destaques do autor).

Novamente Leonel Franca sustenta seu raciocínio em declarações proferidas por aqueles que influenciaram decisivamente a implantação do ensino

leigo em detrimento do Ensino Religioso. Ainda abordando a questão da neutralidade, o autor vai ainda mais além.

Leonel Franca (1931, p. 88 e 89), afirma categoricamente que a neutralidade é impossível de ser alcançada por diversos aspectos. Primeiramente o professor jamais consegue ser totalmente neutro; a criança também não possibilita a neutralidade uma vez que procurará as respostas que só a religião poderia dar; também é impossível pela própria natureza das disciplinas estudadas, uma vez que muitos assuntos e temas são vinculados à religião. Por fim, a própria atividade educativa impediria uma pedagogia neutra.

Para o autor, mesmo as instituições laicas que assim se fazem sem necessariamente serem hostis à fé, professam o ateísmo e a negação a religião. Por compreenderem que Deus é desnecessário na formação dos futuros cidadãos, automaticamente afirmam que ele é desnecessário para a vida desse cidadão, negando sua influência e importância na vida social.

Não é difícil compreender que Leonel Franca assevera que qualquer instituição laica, mesmo aquelas que em sua origem não eram hostis à religião, professa o anti-cristianismo e o ateísmo, ainda que indiretamente. Por essa afirmativa, torna-se ainda mais compreensível os motivos que levam o autor a defender com tanta veemência a superioridade do Ensino Religioso.

Tendo exposto esse interessante raciocínio, Leonel Franca (1931, p. 92) considera que dele podem-se extrair duas conclusões: a primeira é que o ensino leigo seria rejeitado por todos aqueles cuja consciência cristã alerta sobre seus perigos; a segunda é que certos grupos de grande influência social vêem no ensino leigo uma ferramenta fundamental para combater a religião.

Para o autor, no momento em que o Estado impõe o ensino leigo, ele está violando os direitos de liberdade e de consciência da grande maioria da população que, apesar da existência de pesadas campanhas em prol de um ensino laico, mostram-se descontentes pelo ocaso do Ensino Religioso. Em outras palavras, Leonel Franca afirma que:

este exame de aspecto jurídico da questão, affirmando serenamente que o ensino leigo, longe de ser a fórmula de respeito a todas as liberdades, é, pelo contrário, a expressão de uma injustiça social immensamente

aggravada pela desconsideração aos direitos mais sagrados de todas as famílias religiosas. (FRANCA, 1931, p. 98 e 99).

Fora todas essas problemáticas questões expostas pelo autor, Leonel Franca considera que a escola leiga e pública não é gratuita. Pensamento óbvio para os dias atuais, quando a maioria das pessoas tem consciência de que o governo mantém as instituições públicas por meio dos impostos pagos por todos os cidadãos.

2.4 O Ensino Religioso no Brasil

O Capítulo IV da obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* é destinado a uma análise de Leonel Franca sobre a situação específica do Ensino Religioso no Brasil, tendo como ponto de partida uma reflexão sobre a Constituição de 1891, a primeira do Brasil republicano, na qual, segundo Leonel Franca (1931, p.129) se define que “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos publicos”.

Ele considera que uma primeira interpretação dessa lei poderia indicar o completo afastamento do aspecto religioso da esfera educacional, uma vez que se definia que o ensino seria leigo. Entretanto, Leonel Franca, embasado em juristas, políticos e influentes intelectuais de sua época, afirma justamente o contrário.

Segundo Leonel Franca (1931, p. 130), Rui Barbosa, um dos principais artífices da constituição, ainda em 1883, defendia a presença do Ensino Religioso na rede pública, ainda que exclusivamente mediante a solicitação dos pais. O mesmo Rui Barbosa, alguns anos depois, define que a força popular precisa ser dirigida por uma alta moralidade social.

Discorrendo sobre essa importante concepção, Rui Barbosa afirma que:

Mas o individuo não pode ter essa fibra, esse equilíbrio, essa energia que compõem os fortes, senão pela consciencia do seu destino moral, associada ao respeito desse destino nos seus semelhantes. Ora, eu não conheço nada capaz de produzir na creatura humana em geral esse estado interior, sinão o influxo religioso. (BARBOSA In FRANCA, 1931, p. 132).

Esse posicionamento de Rui Barbosa, proferido em Nova Friburgo no ano de 1910, ou seja, praticamente duas décadas após a implantação do Regime Republicano, é extremamente significativo, uma vez que o autor afirma claramente que a religião desempenha um importante papel na formação do indivíduo.

O mesmo pensamento é endossado por Pedro Lessa que, assim como Rui Barbosa fora um dos maiores juristas do início do século XX. Leonel Franca o utiliza uma vez que o mesmo afirma que “as escolas completamente leigas, das quais foi banido todo ensino religioso, com razão observa Carlier, constituem uma offensa ao princípio da liberdade religiosa. (LESSA In FRANCA, 1931, p. 133)”.

Segundo o que nos diz Leonel Franca, Lessa afirmava que a ausência do Ensino Religioso da estrutura escolar não é sinônimo de um país que preze pela laicidade do ensino, mas sim uma ofensa à liberdade religiosa, ou seja, uma inversão do que poderia ser deduzido de imediato.

Poderíamos ponderar acerca dessa argumentação, uma vez que a mesma é passível de diversas considerações críticas. Porém, não podemos nos esquecer que Leonel Franca escreve uma obra confessional e que dentro dessa ótica confessional, a argumentação de Lessa faz todo sentido.

Outros autores são utilizados por Leonel Franca para endossar ainda mais seu crítico posicionamento frente à Constituição de 1891. Porém, conclui-se que seu pensamento de fundo está embasado em apenas uma definição que já fora exposta anteriormente: a ausência do Ensino Religioso fere a liberdade de consciência, um dos pilares da primeira Carta Magna da República.

Leonel Franca não poupará críticas em relação à Constituição que segundo ele:

desconheceu, por completo, as condições históricas de nossa formação nacional e menosprezou a conservação das grandes realidades espirituais que alimentam, conservam, e desenvolvem a vida dos povos. Deste vício original, como de causa primeira e mais profunda, provieram todos os males que hoje impedem, com a gravidade de uma ameaça, sobre os destinos da nossa pátria. (FRANCA, 1931, p. 138-139).

Já expusemos acima diversos pensamentos que se relacionam diretamente com o excerto acima e, de certo modo, o justificam a partir do ponto de vista defendido pelo autor. Considerando que para Leonel Franca o Ensino

Religioso é um direito de todos os cidadãos e uma necessidade para a preservação moral do país, as críticas à constituição se tornam justificáveis.

Contrapondo-se à Constituição de 1891, Leonel Franca apresenta o Decreto publicado em abril de 1931 que torna facultativo o Ensino Religioso nos estabelecimento oficiais de ensino primário, secundário e normal. Para o autor, o decreto vinha corrigir as falhas da Constituição anterior e recolocava o país em patamares semelhantes a demais nações civilizadas.

O Decreto de 1931, defendido por Leonel Franca antes mesmo de sua publicação, foi alvo de críticas desferidas por diversos setores da sociedade brasileira. Ainda assim, o autor reitera que em países europeus, tal discussão já tinha sido superada muitos anos antes. Quanto às polêmicas que esse Decreto gerou, trataremos melhor sobre esse assunto no próximo capítulo dessa dissertação.

3. Considerações sobre a obra

As conclusões que podemos extrair da leitura da obra de Leonel Franca são as mais variadas. Contudo, uma dessas conclusões é inquestionável: do começo ao fim, o autor embasa firmemente suas concepções acerca da superioridade do Ensino Religioso frente ao ensino leigo, pois seria somente por meio dele que a formação do cidadão seria completa. Acreditamos que essa seja a mensagem central da obra por nós analisada.

Ao analisar o aspecto pedagógico, poderíamos concluir que a educação não está dissociada da religião, mas ao contrário, a educação não pode deixar de ser essencialmente religiosa. Dessa maneira, se a educação ignorar a contribuição da religião estará fazendo o mesmo papel da escola laica descrita por Leonel Franca: apenas instruirá pessoas, mas não educará verdadeiros cidadãos, isto é, não atuará de modo efetivo em sua formação.

Além disso, a religião não é apenas a responsável pela construção dos padrões morais e éticos da sociedade ocidental, como também foi a partir dela

que os processos educacionais ganharam forma. No momento em que a religião é deixada de lado, a escola opta apenas por instruir e não por educar e isso conduz a graves consequências.

Talvez as maiores consequências tenham sido descritas na análise do aspecto social. Jovens que não tiveram a oportunidade de serem formados com embasamento religioso acabaram caindo na criminalidade, elevando os índices de violência nos países que deram as costas ao Ensino Religioso. Fora essa já bastante grave situação, acrescenta-se ainda o alto índice de suicídio entre os jovens da mesma faixa etária.

Outra grave consequência social é a falta de preparo da juventude para assumir as rédeas do país. Sem o Ensino Religioso, não é oferecido aos jovens às noções básicas de limite, respeito, moral e ética. Leonel Franca levanta a importante questão das consequências futuras dessa opção.

Por mais que a princípio tendêssemos a nos posicionar de modo contrário a Leonel Franca, os argumentos por ele apresentados são muito robustos. Os impressionantes dados estatísticos refutam qualquer possibilidade de questionamentos mais críticos.

Obviamente, consideramos que os dados sobre suicídio e criminalidade podem ter tido influência de outros fatores sociais. Entretanto, não temos como negar que não foi apenas Leonel Franca que relacionou esses dados com a ausência do Ensino Religioso, mas também juristas, políticos, filósofos, entre muitos outros.

Em relação ao aspecto jurídico, poderíamos considerar que o autor complementa sua análise ao abordar essa questão. Para ele, a presença do Ensino Religioso nas escolas é uma questão de lei, de assegurar a liberdade dos pais, enquanto primeiros formadores, de que seus filhos recebam uma educação condizente com suas crenças.

A retirada do Ensino Religioso vai contra, portanto, à liberdade religiosa tão defendida pelo sistema republicano. Dessa maneira, o autor considera que não há ensino totalmente isento de valores religiosos, uma vez que a negação da importância de Deus já indica um aspecto ateísta, de certo modo, religioso.

Para nós, a análise do aspecto jurídico trouxe uma interessante conclusão sobre o autor da obra. Por mais que seja evidente seu tom apologético, Leonel Franca se mostrou muito a frente de sua época ao defender explicitamente o direito que todas as denominações religiosas teriam de terem escolas onde seus filhos tivessem acesso à educação compatível com seus padrões religiosos.

Não temos a ilusão de considerar que Leonel Franca fosse um adepto do “ecumenismo”, até porque em diversos momentos ele se mostrou contrário ao fim da ligação do Estado com a Igreja, mas esse posicionamento vem ao encontro de nossas considerações.

Acreditamos vivamente que a preocupação do autor não é com o futuro da religião católica. Ao menos não exclusivamente. Para nós, é evidente que Leonel Franca buscou uma defesa daquilo que ele considerava como a única maneira de se ministrar um ensino completo.

Também não consideramos que ele estivesse preocupado apenas com a questão educacional. Para nós, sua maior preocupação era com a formação de futuros cidadãos e como eles atuariam na sociedade. A ausência do Ensino Religioso traria, na visão do autor, um dano social maior do que possíveis consequências religiosas.

Não há dúvidas de que Leonel Franca defende a Igreja Católica, até mesmo pelo seu estreito vínculo com a Instituição e por ser a Igreja a detentora do sistema educacional ao longo de tantos séculos. Porém, como afirmamos acima, ele demonstra uma séria preocupação com os resultados sociais da ausência do Ensino Religioso, seus efeitos a curto, médio e longo prazo. A história nos mostra que muitas das consequências que ele considerou que poderiam ocorrer, de fato ocorreram.

Após expor estas breves considerações, acreditamos que construímos um arcabouço teórico que nos possibilita analisar com maior adequação as questões que envolvem o Ensino Religioso em nossos dias. Só então teremos condições de indicar quais aspectos tiveram avanços e quais permaneceram inalterados nos últimos oitenta anos.

CAPÍTULO IV

O ENSINO RELIGIOSO NO ESTADO LAICO: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS

Durante esse trabalho procuramos contextualizar o período em que Leonel Franca viveu a fim de traçarmos com mais segurança quais foram às reais influências que ele sofreu e dessa forma podermos compreender a sua linha de pensamento, sobretudo no âmbito educacional do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

Embora tenhamos optado por realizar um primeiro capítulo mais histórico, com o intuito de esclarecer alguns pontos que consideramos mais importantes, percebemos ao longo do texto que as influências por ele sofridas perpassariam por toda a nossa estrutura. Dessa forma, seguimos acreditando haver uma coerência interna em seu pensamento.

Nesse ponto, retomaremos algumas questões já discorridas nessa dissertação e apresentaremos outros pontos que versam sobre o campo educacional brasileiro pela ótica de Leonel Franca, com a finalidade de entendermos em maior profundidade a sua maneira de agir e de pensar pedagogicamente.

Nesse capítulo nos preocuparemos em perceber se a maneira como Leonel Franca apresenta às suas inquietações perante o problema educativo da época,

dialoga com as correntes que de alguma forma exerceram influência em seu modo de pensar.

Posteriormente buscaremos encontrar relevância na obra de Leonel Franca, de modo que esta colabore nos atuais estudos sobre essa temática. Também colocaremos a visão das Ciências da Religião no que compete o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

Obviamente não temos a pretensão de esgotar essa temática, ao contrário, pretendemos verificar quais as possíveis maneiras de diálogo que poderão surgir a partir de nossa primeira exploração, pois esperamos que as nossas descobertas suscitem o desejo de olharmos mais atentamente para uma causa que já ultrapassa oito décadas de muitas discussões e de poucas conclusões.

1. Principais influências eclesiásticas no intelecto de Leonel Franca

No primeiro capítulo desse trabalho discorremos sobre os principais elementos históricos que contextualizam o período em que Leonel Franca viveu. Ressaltamos as condições que em catolicismo no Brasil se encontrava e a partir dessa ótica pudemos inserir o autor de nossa obra estudada nesse contexto.

A queda do Império, o Padroado, a implantação do Regime Republicano são marcos históricos que marcaram claramente a trajetória de Leonel Franca, sobretudo no âmbito do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras. Nessa pesquisa, nós já fizemos a devida menção a esses fatores, contudo acreditamos que ainda haja pontos significativos a ressaltar a fim de compreendermos melhor a trajetória do pensamento de Leonel Franca.

Destarte, discutiremos sobre os principais pontos de influência direta da Igreja Católica no pensamento de Leonel Franca, bem como, como essas interferências nortearam seus trabalhos sobre o Ensino Religioso, e dessa forma buscaremos uma relação contundente entre suas crenças e seus ideais.

1.1 O Tomismo e o *Ratio Studiorum*

Sabemos que a partir do momento em que Leonel Franca decidiu ingressar na Companhia de Jesus, as lições por ele apreendidas de alguma forma tornar-se-iam presentes em seus textos. Os estudos preparatórios de um futuro jesuíta requerem disciplina e obediência às regras instituídas, bem como, aos membros superiores.

Nesse período, no Brasil, Leonel Franca considerava que os Cursos de Filosofia ainda ofereciam uma educação deficitária aos seus alunos e por isso iniciou seus escritos discorrendo sobre algumas questões filosóficas, mesmo sem ser considerado um filósofo técnico, a fim de contribuir com as reflexões desses jovens. Mesmo sem nenhuma pretensão, seus livros se tornaram referência nessa temática.

Justamente por acreditar que nesse contexto o pensamento filosófico era precário, Leonel Franca viu na retomada do pensamento de Santo Tomás de Aquino uma possibilidade de elevar os cursos e consequentemente às discussões no campo filosófico. Dessa maneira:

Ora, além de Descartes e Bacon, primeiras balizas do pensamento moderno, além do último período da Idade Média, de inegável decadência filosófica, que nos oferece a história se não as sínteses robustas da escolástica [...] ? Subir, pois, até lá e “pedir a S. Tomás a chave perdida da metafísica e com ela abrir os tesouros da ciência moderna” eis o verdadeiro caminho da regeneração filosófica. (FRANCA, 1990, p. 334).

Podemos afirmar que para Leonel Franca a única saída plausível para enfrentar os problemas instaurados pela modernidade, seria recorrer aos princípios tomísticos e dessa forma encorporar as discussões pautando-se em um ícone para a nação católica. Jacques Maritain discorre seu pensamento quanto a Santo Tomás de Aquino da seguinte forma:

S. Tomás de Aquino, eis o seu genio proprio, soube sempre discernir no seio mesmo da ordem mais firme e da tradição mais ecumenica, mais católica, as energias de vida, de renovamento, de revolução, as mais poderosas. É a isto que se liga sua intuição central da analogia como instrumento verdadeiramente vital e universal de pesquisa e de verdade. E é também porque pôde integrar e salvar na catolicidade de uma doutrina perfeitamente livre e pura todas as verdades, sem desprezar nenhuma, pelas quais se esforçava o pensamento pagão em meio às suas trevas e

aos sistemas dos filosofos em seus clamores discordantes. (MARITAIN, 1942, p. 200).

Podemos dizer que nesse contexto os princípios de Santo Tomás de Aquino são retomados a fim de estabelecer uma espécie de “ordem” diante do quadro em que se encontra, sobretudo, as questões de filosóficas no Brasil nesse período. Já para o autor João Inácio Kolling a intenção de Leonel Franca poderia ir mais além:

O que se depreende de toda esta análise de Franca? Fica a impressão de que ele, ao procurar retomar o fio e a vitalidade da Síntese Tomista, queria que a modernidade se desenvolvesse sob a tutela da Igreja Católica, sobretudo dentro das normas e regras que uma vez se estabeleceram para a justificação da fé. (KOLLING, 1990, p.78).

A análise desse autor corrobora com nossa linha de raciocínio. Acreditamos que Leonel Franca tinha “esperanças” em ver novamente a Igreja Católica no influente centro do Estado moderno, além de no seu ponto de vista, ser a única capaz de oferecer os subsídios de que o povo necessitava. Em seus escritos vemos que essa é uma preocupação latente.

Embora ele tenha lutado para que o Ensino Religioso nas escolas públicas fosse reinserido enquanto disciplina do currículo principal, sabemos que isso não ocorreu, pois o Ensino Religioso passou a ser oferecido em caráter facultativo. De qualquer modo, não queremos tirar o mérito que sua empreitada alcançou, no entanto acreditamos que em seu íntimo desejasse a volta de um ensino confessional, mesmo se mostrando receptivo ao diálogo mais plural.

Por essa razão, cremos que as influências que ele recebeu por meio da Igreja Católica, marcaram toda a trajetória de seu pensamento. Sabemos que a “*Ratio Studiorum*” orienta a vida de estudos de um membro da Companhia de Jesus além de ser considerada seu maior meio de educação para os cidadãos, como já mencionamos anteriormente.

Segundo o próprio Leonel Franca em seu livro *O método pedagógico dos jesuítas*, O “*Ratio Studiorum*” (assim chamado por ele) trata-se de um projeto (ou um plano) de estudos que norteiam o trabalho escolar, incluindo o que compete ao professor. Esse plano de estudos teve a sua primeira formulação no século XVI e posteriormente, com a prática desse método, sofreu algumas modificações, contudo seu eixo central manteve-se intacto: em matérias filosóficas o docente deve manter

referência a Aristóteles e nas matérias teológicas, nunca perder Santo Tomás de Aquino de vista.

O *Ratio Studiorum* originou-se em experiências concretas. No livro supracitado, Leonel Franca narra como se deu sua origem e expansão. Resumidamente podemos dizer que ela nasceu da vivência concreta nos colégios jesuíticos e em busca de encontrar uma unidade pedagógica, foi realizada uma ampla pesquisa de campo e, por conseguinte de aplicação, onde os resultados foram excelentes. Em suas palavras:

Pedagogicamente, a aplicação do *Ratio* foi coroada, em toda a parte, de um êxito incontestável. Confessam-no todos os escritores desapaixonados, ainda os menos simpáticos aos jesuítas. E se árvore se conhece pelos frutos, aí estão eles numerosos e sazonados, a atestar-lhe a boa seiva e fecundidade. (FRANCA, 1952, p. 6).

Como a expansão dos colégios jesuíticos se deu rapidamente, a preocupação com as questões pedagógicas também cresceu. A história nos conta como foi abrangente e bastante expressiva a expansão dos colégios dos jesuítas. Infelizmente não nos cabe nesse momento relatar detalhadamente como gostaríamos todo o trajeto por eles percorrido. Apenas faremos um breve comentário.

Sabemos que os jesuítas foram expulsos do Brasil em meados do século XVIII. Mesmo com eles de fora das redes de ensino, seus métodos seguiam apenas dentro dos seminários e no interior daqueles que haviam recebido seus ensinamentos. Mais tarde, quando eles regressaram ao Brasil, rapidamente eles reassumem o seu papel na educação brasileira. Por essa razão, não podemos falar em história da educação no Brasil sem mencionarmos as contribuições desse grupo.

Vale ressaltarmos que se por um lado os jesuítas ocuparam um espaço bastante significativo na pedagogia brasileira, o que por si só já serviria como grande influência para as ideias educativas de Leonel Franca, por outro, tendo o *Ratio Studiorum* como ponto fundamental na formação de um membro da Companhia de Jesus, obviamente essa influência ganhou uma amplitude muito maior. Nesse segmento:

Por estes poucos dados do Método Pedagógico dos Jesuítas, fica bem ilustrada e clara a influência que a Companhia de Jesus exerceu sobre

o pensamento filosófico de Leonel Franca. Dentro daquele mundo referencial, sequer se poderia esperar que Leonel Franca fosse um filósofo não tomista, ou então, que fosse filósofo aberto às novas formas do pensamento que a Filosofia Moderna apresentava, pelo fato do Tomismo ter sido impostado como pensamento perene, todo e qualquer outro tipo de pensamento só poderia ser assimilado como produto de qualidade inferior. (KOLLING, 1990, p. 82).

Concluímos, pois que, todo o viés do pensamento pedagógico de Leonel Franca obrigatoriamente passava seguramente ao menos por dois pontos: pelo seu referencial tomístico impregnado em seu ser, e pela pedagogia bem sucedida (ao seu modo de analisar os fatos) dos colégios jesuíticos.

1.2 A Igreja Católica na pessoa de seus Papas

Por toda a formação que Leonel Franca recebeu ao longo de sua vida e especialmente pela sua opção à Companhia de Jesus, pudemos verificar que ele sempre foi um homem obediente aos ensinamentos recebidos. Em sua biografia atestamos a veracidade dessa afirmação.

Desse modo, é impossível imaginarmos uma ação de Leonel Franca que fosse contrária a posição da Igreja Católica naquele contexto. Por mais que como já dissemos anteriormente, ele fosse um homem que estava à frente de seu tempo, preocupado com questões que ainda hoje não estão bem resolvidas, acreditamos que ele se manteria fiel aos ditames da Igreja.

Sendo assim, vimos que durante o período da história que Leonel Franca viveu (incluindo algumas décadas antes de seu nascimento), a retomada do pensamento de Santo Tomás de Aquino foi intensa. Os Papas dessa época também deram ênfase a essa problemática.

Já antes de Pio IX, desenvolveu-se na Igreja um movimento que diante das novas correntes doutrinárias, procurava um retorno à tradição escolástica de Tomás de Aquino. Este movimento foi muito estimulado pelos Papas. Leão XII, em 1825, já havia declarado Tomás de Aquino patrono dos estados pontifícios. Pio IX intensificou a volta a Tomás de Aquino e o sucessor de Pio IX, o papa Leão XIII, estimulou, em larga escala, a volta ao “Doutor Angélico” e fez dele o “Magister omnium horarum”. Como bom discípulo, Leão XIII redigiu a Encíclica “**Aeterni Patris**” para restituir à inteligência católica o primado exercido pelos

ensinamentos de Tomás de Aquino na Filosofia e na Teologia.⁷ (KOLLING, 1990, p.83). (destaques do autor).

Essa citação corrobora com nossa linha de raciocínio. A Igreja Católica estava bastante preocupada com os “alcances da modernidade” e com as correntes filosóficas modernistas (se assim pudermos nomeá-las genericamente). Dessa forma era de se esperar que uma orientação do Sumo Pontífice fosse muito bem vista. Leonel Franca enquanto um padre jesuíta, certamente recebeu muito bem esses textos, utilizando deles para endossar seu pensamento acerca dessa temática. Nesse segmento:

1.º - Em face da propria ordem temporal, uma zona de verdades conexas, as verdades reveladas de que tem a Igreja o deposito, e que comandam do alto o pensamento e a atividade temporais do cristão; é assim que as encíclicas de Leão XIII e Pio XI elaboraram os principios de uma *sabedoria* cristão politica, social, economica, que não desce até as determinações particulares do concreto, mas que é assim como um firmamento teológico para as doutrinas e as atividades mais particulares empenhadas nas contingencias do temporal; (MARITAIN, 1942, p. 287). (destaque do autor).

Se fizermos um levantamento histórico, encontraremos diversos Papas que deixaram escritos sobre esse assunto e que provavelmente (ou até ousamos dizer que com certeza absoluta) Leonel Franca leu e analisou todo esse material e dessa forma pode concluir que o retorno a filosofia tomista era urgente.

Embora na obra que escolhemos estudar nessa dissertação ele tenha sido mais comedido em suas palavras no que compete a uma interpretação exclusivamente religiosa e católica, uma vez que também buscou embasar suas argumentações em acontecimentos de fora do âmbito da Igreja, como por exemplo, as estatísticas dos governos de outros países quanto à retirada do Ensino Religioso das escolas públicas. Diante de tantas evidências não podemos deixar de considerar que as influências que vinham de dentro da Igreja Católica perpassam o tempo todo por seu pensamento.

No terceiro capítulo dessa dissertação abordamos a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo*, bem como trouxemos à discussão cada um dos aspectos elencados por Leonel Franca. O segundo aspecto trabalhado foi o social. Como vimos, foi nele

⁷ Nesse trecho os termos em destaque fazem referência ao texto da Encíclica *Aeterni Patris*, extraídos do texto original de João Inácio Kolling.

que o autor contou com uma vasta pesquisa sobre a situação do Ensino Religioso em outros países.

Nesse texto, um dos países que Leonel Franca tomou como exemplo foi a França. Logo no início do século XIX o papa Pio X escreveu uma encíclica justamente sobre essa temática. Nessa conjuntura:

Em 1906, na encíclica **Vehementer Nos** (sobre as relações entre a Igreja e o Estado) Pio X escrevia da sua dor e angústia e lamentava a quebra violenta dos laços que uniam a França à Santa Sé. Entendia que o fato era funesto para a religião e para a sociedade civil, mas via tudo isto como decorrência lógica dos golpes que a autoridade pública havia desferido na religião. Violara a santidade do matrimônio, laicizara as escolas e os hospitais, obrigara os clérigos ao serviço militar, dispensara e destruíra as congregações religiosas... O papa considerava a ação de separar a Igreja do Estado como um erro pernicioso, ainda mais porque a França era vista como filha primogênita e predileta da Igreja. (KOLLING, 1990, p. 91). (destaques do autor).

Diante desses fatos, acreditamos que essa encíclica também tenha sido fator de influência para Leonel Franca, até porque considerando o período entre a escrita do texto papal e de seu texto, notamos que ambas são bem próximas, o que nos leva a pensar que a discussão sobre essa temática ainda estava acalorada.

E é justamente por todas essas questões elencadas no que tange as influências sofridas por Leonel Franca, que nesse ponto, novamente concordamos com a linha de pensamento do autor João Inácio Kolling:

Diante do que vimos, decorre que não teria sido possível a Leonel Franca ser um filósofo fora dos quadros da filosofia escolástica tomista. Ele poderia, como realmente fez, mostrar-se aberto à ciência e às artes, mas de forma alguma ao pensamento filosófico então vigente. Como Franca permaneceu jesuíta católico até morrer, não teria encontrado na Igreja espaço para pensar fora do âmbito da filosofia que lhe era estabelecida como doutrina. (KOLLING, 1990, p. 96).

Concluímos que embora Leonel Franca ao longo de seus textos tenha se mostrado por vezes bastante aberto e receptivo ao diálogo, especialmente nas causas acerca do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, também notamos que sua veia religiosa esteve impressa em diversas linhas.

Contudo, queremos apenas refletir sobre os possíveis erros e acertos que Leonel Franca cometeu. Acreditamos que a relevância de seu legado seja um fator indiscutível, mas chamamos a atenção para podermos realizar uma interpretação

desprovida de fundamentalismos, onde os princípios de confessionalidade ou de laicidade possam ser explorados. Nossa intuito é buscar o que de melhor houve na história, considerando esses opostos e as possíveis contribuições que cada um deles tenha a nos oferecer.

2. Contribuições pedagógicas

Durante a leitura da obra de Leonel Franca que estudamos, pudemos perceber que ele sempre esteve empenhado em buscar em outros autores, correlações com o seu trabalho, dadas diversas citações que encontramos em seu texto, tendo por finalidade endossar o seu pensamento.

Escolhemos nesse momento, buscar na pedagogia do suíço *Johann Heinrich Pestalozzi* (1746-1827) e também nas contribuições do alemão doutor em filosofia e cientista político *Friedrich Wilhelm Foerster* (1869-1966) indícios que nos confirmem (ou não) que Leonel Franca tenha de fato comungado das ideias (ao menos em parte) desses autores. Ressaltamos que não faremos uma ampla exploração do trabalho desses autores, apenas buscaremos elementos que possam de alguma forma ter contribuído com as reflexões de Leonel Franca.

Desse modo poderemos constatar quais foram às possíveis contribuições que esses autores forneceram a Leonel Franca, e dessa maneira verificaremos se sua obra dialoga com a fundamentação encontrada nos referenciais por ele acareados.

2.1 Johann Heinrich Pestalozzi e Friedrich Wilhelm Foerster

Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em Zurique na França aos doze de janeiro de 1746 e viveu por oitenta e um anos. De origem humilde, perdeu seu pai ainda pequeno e foi criado pela mãe e por uma “babá”. Foi uma criança e um jovem muito sensível, sempre inclinado a prática do bem.

Na escola passou muito longe de estar entre os melhores alunos, pois ia bem apenas nas matérias que lhe agradavam a nas demais nem sempre alcançava o que era determinado. Desse modo, não acreditavam que aquele menino pudesse obter algum êxito em sua vida.

Quando jovem, se casa e se muda para uma fazenda, onde acolhe as crianças necessitadas e com elas passa por longos períodos de necessidade e miséria. Assim segue sua vida, envolvendo-se em diversos projetos, acolhendo as crianças carentes e contraindo dívidas.

Mas foi observando a sua própria infância que embora sem a presença do pai, contou com duas mulheres que supriram bem as suas carências, que percebeu que mais do que acolher crianças era preciso trabalhar com elas, educá-las e oferecer a elas o amor de um lar.

Com o tempo ele foi aperfeiçoando suas técnicas até tornar-se conhecido e amplamente solicitado. Obteve recursos, se instalou em vários lugares ao longo de sua trajetória e deixou muitos textos contribuindo com as formas pedagógicas de educação.

Pestalozzi assim como Leonel Franca, acreditava na importância da família, que já naquele contexto por diversos fatores (incluindo as guerras) estavam se corrompendo. Ele pensava ter que ser pai e mãe de suas crianças, dando atenção, amor, conselhos e orientação religiosa. Nesse contexto, o papel do professor é essencial para que o aluno possa se desenvolver em plenitude. Dessa forma, para Pestalozzi:

O professor, e muito antes o pai e mãe atuam como educadores, ocupam uma posição especial no ponto do encontro, entre o desejo sensível e a razão social na criança. Nesse período decisivo, têm o poder de estimular o desenvolvimento da força autônoma ou de impedi-lo talvez para toda a vida. Tal é a imensa responsabilidade moral do pedagogo. (SOËTARD, 2010, p. 25).

Observamos a atenção de Pestalozzi no que diz respeito à família e ao professor a fim de ambos participarem e colaborarem no processo de educação dessas crianças. Ele acreditava ainda que devesse ensinar aos pais (especialmente as mães) a se tornarem educadores de seus filhos, mas logo notou que a dificuldade nesse campo seria muito maior do que a pensada anteriormente. Nessa conjuntura:

Com esta constatação, ele dá um passo avante na sua concepção pedagógica, pois embora mantendo a sua lei de que o lar é fundamento e base da educação, ele reconhece agora que, perante as recaídas constantes dos pais em velhos defeitos e vícios, a escola deverá suprir às falhas do lar extendendo o seu programa de ação muito além do simples ensino, rumo a um programa de educação integral. (WÜRTH, 1971, p. 45).

Desse modo Pestalozzi dedicou seus estudos e suas forças no âmbito escolar, na busca de um currículo que lhe parecesse mais correto, visando à qualidade do aprendizado em detrimento da quantidade de ensinamentos. Ele considerava a educação “como um processo que devia seguir a natureza, a liberdade, a bondade inata do ser humano, unindo mente, coração e mãos”. (GASPARIN in SOËTARD, 2010, p. 34).

Para Pestalozzi a educação era levada muito a sério, ele se preocupa com a formação do homem e tem como objetivo fornecer-lhe uma educação que lhe faça bem, que perceba às suas vontades e que seja capaz de mudar a vida em sociedade, e por isso era indispensável ter atenção no decorre do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo:

Pestalozzi entende a educação como a formação do homem enquanto ser individual, escrevendo que “o homem não chega a ser homem a não ser por meio da educação” e também: “me aperfeiçõe a mim mesmo quando faço do que devo o que quero”. Típico de Pestalozzi é que faz uma aplicação da moral ao social; para que a vida social não seja constritiva, mas que dela possa o homem ser independente e livre, deve basear-se em uma aceitação dos vínculos sociais não por meras conveniências práticas, mas por uma livre aceitação do dever; a educação é o que deve levar o homem a essa atitude, com a que conseguirá sua autonomia espiritual. (SOËTARD, 2010, p. 89-90).

Ademais, é também por meio dessa linha de raciocínio que não utiliza nenhum tipo de força ou coação, que Pestalozzi discorre sobre a questão do Ensino Religioso (ou talvez nesse caso seja mais apropriado dizer ensino da religião, ou ainda ensino confessional) nas escolas. Em sua instituição, entre todas as atividades programadas ao longo do dia para que os alunos não ficassem ociosos, havia períodos para uma reflexão individual e/ou coletiva. Essa prática comum á todos os alunos caminhava paralelo às aulas de religião que cada um recebia. Nesse cenário:

A oração iniciava e concluía o dia. (Ele era evangélico.) Dos seus dois principais auxiliares, um, o Niederer, era pastor protestante, cabendo-lhe o preparo religioso dos alunos do seu credo, o outro, Schmid, era católico e encaminhava os alunos católicos. Na casa, Pestalozzi mantinha os

princípios da ética e da moral cristã comum a ambas as confissões. Rezava no início do dia e no seu fim, de modo a poderem participar ambos os grupos, sem que nenhum se visse coagido e mereceu assim o respeito e a amizade do Padre Girard, líder da Pedagogia Católica na Suiça e o respeito do mundo protestante. (WÜRTH, 1971, p. 85).

Interessante ressaltarmos a sua preocupação para que todos os alunos pudesse receber um ensino religioso confessional, e mais interessante é seu cuidado no trato desse assunto nos momentos em que todos conviviam juntos e harmonicamente. Ele acreditava que a formação religiosa (da maneira como ele concebia) era indispensável à criança e por isso empenhava-se para ministrá-la sem ferir nenhum credo:

Pestalozzi quer que se dê à criança uma formação religiosa que deverá entrar nela, sobretudo, pela via do sentimento; entre a fé religiosa e amor aos pais existe certa continuidade. [...] o conceito que Pestalozzi tem da religiosidade não agradava as confissões cristãs e lhe proporcionou, em seu tempo e mais tarde, bom número de adversários. De todo modo, é justo reconhecer que, ainda em seus possíveis exageros, o que faz é clamar por uma religiosidade autêntica que não foi sempre bem compreendida. (SOËTARD, 2010, p. 90).

Concluímos que Pestalozzi acreditava na formação do homem por meio de uma educação integral, na qual oferecer um Ensino Religioso (nesse caso em caráter confessional) era parte integrante da grade curricular oferecida em sua instituição. Sabemos que Leonel Franca também parte dessa premissa para justificar a importância do Ensino Religioso nas escolas, pois acredita que a educação de uma pessoa não é plena sem o auxílio da religião.

Outro ponto em comum acordo entre a pedagogia social de Pestalozzi e a maneira de Leonel Franca se portar frente às questões pedagógicas narradas em sua obra que estudamos, diz respeito à diferenciação primordial existente entre instrução e educação. Nessa conjuntura, notamos que o papel da família também é destacado:

Pestalozzi preconiza a primazia da educação sobre a instrução, e do “saber fazer” sobre o “saber” com o que deita as bases da pedagogia ativa.

Dentro desta linha tão moderna, recordemos que advoga por uma educação integral que forme por sua vez o coração, a cabeça e a mão; com o qual a educação escolar é um complemento da educação doméstica e uma preparação à educação que irá dando a visa. A instrução não é mais que parte desta tarefa, e certamente nem a mais importante. Supera-a em valor a educação moral, que é uma obra de amor e de fé que inspira na

criança amor e respeito a “ordem” estabelecida pelo Criador. (SOËTARD, 2010, p. 91).

Acreditamos que Leonel Franca teve conhecimento das obras mais relevantes de Pestalozzi por duas razões: primeiro porque ele mesmo cita em sua obra que estudamos, a relevância desse autor; e segundo porque pudemos perceber que há uma coerência no texto Leonel Franca quanto a questão da família, do Ensino Religioso e da educação integral segundo as narrativas de Pestalozzi. A problemática da moral também é levantada e amplamente discutida por ambos.

Queremos ressaltar, que são muitos os textos existentes de Leonel Franca e de Pestalozzi, e desse modo deixamos claro que tivemos contato com uma parcela bem pequena de todos esses materiais e por isso não temos condições de afirmar que Leonel Franca embora reconheça a grandeza de Pestalozzi, tenha sofrido uma grande influência em seu intelecto.

Preferimos dizer que Pestalozzi tenha contribuído com as reflexões de Leonel Franca, especialmente as que versam sobre as temáticas que escolhemos debater. Verificamos que em vários pontos os dois autores discorrem com propriedade sobre os mesmos assuntos, ainda que algumas vezes apropriando-se de um vocabulário um pouco diferenciado.

De qualquer modo, acreditamos que Leonel Franca tenha encontrado em Pestalozzi uma referência para corroborar com seus ideais educativos, sobretudo, nas questões supracitadas.

Dentre os vários autores que Leonel Franca cita em sua obra, escolhemos nesse momento discorrer um pouco sobre o filósofo e educador alemão Friedrich Wilhelm Foerster. Nasceu em Berlim aos dois de junho de 1869 e faleceu em Kilchberg aos nove de janeiro de 1966.

Embora tenha contribuído bastante com a academia, tivemos dificuldades em conseguir acessar às suas obras, além de poucas delas terem sido traduzidas para a língua portuguesa.

No entanto encontramos uma obra sobre a formação do caráter que nos auxiliou em nossas reflexões. Ressaltamos ainda, que Leonel Franca leu vários textos de Foerster conforme observamos em suas citações e nas notas de rodapé em sua obra. Utilizamos todas essas informações em nossa explanação.

No exemplar de Foerster⁸ que examinamos, todo o seu texto é construído de maneira bastante modesta, utilizando de diversos gêneros literários (histórias, lendas, contos, poesias, músicas...) para expor suas ideias e atingir seus objetivos. Como mencionamos é um texto simples, de linguagem acessível, onde no discurso de suas quase quatrocentos páginas, o autor por meio de diversas histórias, sobretudo do cotidiano, demonstra com clareza qual é a sua linha de raciocínio e metodologia.

Basicamente poderíamos dizer que Foerster investe na formação do caráter por meio de um jogo estabelecido com seu interlocutor. Tanto faz se o “ensino” é dos pais para com o filho, ou se é uma relação de professor e aluno, ou ainda entre irmãos (onde muitos exemplos são dados).

Sempre pautado em princípios de caridade e na prática dos valores, ele acredita que pelo domínio de si mesmo é possível se chegar a uma educação mais completa. Para ele os bons hábitos fazem parte desse processo de educação, além de outros itens que veremos mais adiante.

Para dominar-se a si mesmo, ou o *império de si mesmo* como Foerster nomeia e desse modo obter bons hábitos, segundo ele é necessário uma força muito grande para que isso seja possível. Dessa forma:

Será a Inteligência?... Mas acontece com freqüência à inteligência fatigar-se e paralisar-se. Além disso, por trás da inteligência há uma força que a move, que a atira para diante e a põe em aça. É preciso que a inteligência obedeça. “Para a frente! Para a frente! Nada de negligencia” – gritamos-lhe sem cessar.

Qual é pois essa força, a maior que existe no mundo? É a *paciência*. Podemos realizar obras difíceis só com a força da energia, mas se queremos terminar e perfazer as mais aborrecidas e fatigantes tarefas, é preciso recorrer à paciência. (FOERSTER, 1950, p. 72-73). (destaque do autor).

Para o autor o exercício da paciência leva ao controle de si mesmo, de suas ações, de modo que somente as atitudes benéficas ao outro sejam realizadas. Foerster também acredita que as leis da natureza precisam ser respeitadas e nesse assunto discorre amplamente utilizando especialmente parábolas bíblicas bem conhecidas para justificar-se.

⁸ Nos referimos à sua obra *Para formar o caráter*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2ª. edição, 1950.

Por acreditar que em nenhuma hipótese o homem deve “pagar o mal com o mal”, e que sempre precisa refletir sobre suas atitudes buscando corrigir os seus erros, escolhemos algumas questões que o autor coloca com a finalidade de se realizar um exame de consciência. Nesse segmento:

Sou fiel ao amor de Deus e dos homens? Sou caprichoso ou brigador? Sou sem cuidados nem pensamentos para os outros? Rude em minhas palavras, orgulhoso no tom da minha voz, sem consideração para os meus empregados? Não falo de mim demasiadamente? Não me preocupo principalmente com as minhas paixões favoritas? Sou desordenado em meus negócios? Não tenho sido a causa de alguma desgraça ou desastre que tenha atingido os meus ou a mim mesmo? (FOERSTER, 1950, p. 136).

Podemos observar que seu intento é sempre trabalhar com a consciência do homem, fazendo-o raciocinar sobre o seu comportamento. Nessa obra, Foerster cita reflexões oriundas de Pestalozzi e inclui trechos de seus textos. Além de acreditarem no “método intuitivo” ambos pensam que o homem não pode ser coagido, pressionado a agir como pensamos ser a maneira mais adequada, e desse modo desenvolveram seus “métodos” tendo em vista respeitar a individualidade de cada um. Nesse aspecto, Foerster descreve a importância de ser obediente e que essa obediência deve partir do indivíduo de maneira voluntária:

Quando S. Francisco fundou a ordem dos franciscanos e tornou-se superior, escolheu um de seus irmãos, a quem servia e obedecia, afim de poder também praticar a renúncia da vontade, sem a qual não há verdadeiro progresso para o homem. [...]. A obediência voluntária é o melhor exercício da energia da vontade, e quando mais um homem tenha energia e força de vontade, mais governará os outros, isto é, mais seguramente saberá comandar sem grandes palavras e sem esforço de voz. (FOERSTER, 1950, p. 282-283).

Em seus escritos Foerster demonstra seu enorme apreço pela família e por todas as questões que passam por ela. Esse é também um dos pontos mais frisados por Leonel Franca. São inúmeras as citações possíveis para exemplificar a maneira como Foerster tratou dessa problemática. Escolhemos uma que dialoga com o excerto acima:

Há também uma ordem leiga e natural para a cultura da obediência voluntária – uma ordem na qual todos vocês nasceram e da qual todos são membros. Quero falar da família. Os pais lhes foram dados não somente para vigiar durante os anos da adolescência, mas também para que

possam, com o seu auxílio, passar pela grande escola da obediência – que é também a escola da liberdade – e aprender a tão difícil abnegação de sua própria vontade. (FOERSTER, 1950, p. 282).

Fica claro que a linha de raciocínio seguida é sempre em respeito ao tempo que se leva durante o processo de ensino e aprendizagem. Sabemos que esse tempo também difere de aluno para aluno e assim como Leonel Franca e esses autores, acreditamos piamente na importância que a família tem no decorrer de todo esse processo, pois “A casa paterna é o Instituto superior para a formação da vontade e do caráter do homem: o ponto é saber aproveitar as boas ocasiões”. (FOERSTER, 1950, p. 284).

Notamos também que há uma preocupação com a educação do aluno sobre um prisma mais abrangente, que vai muito além de conteúdos e convenções. Ao menos nessa obra de Foerster, ele não elenca conteúdos que devam ou não ser ministrados em sala de aula, ele vai em outra direção.

O autor está preocupado com aquilo que denominamos de educação integral, uma educação que transcendia a simples aquisição de conhecimento para obtenção de uma formação técnica. Esses autores desejam que o aluno passe pelo processo escolar e leve consigo um aprendizado que o ajude a viver em todas as áreas de sua vida. Que encontre meios de resolver os problemas que forem surgindo em sua jornada.

Como já mencionamos, Leonel Franca teve acesso a várias obras de Foerster. Em sua obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* que estudamos, ele faz em alguns momentos referência ao pensamento de Foerster e o utiliza para corroborar às suas ideias. Ele busca especialmente dialogar com as questões que mais o inquietam e desse modo, decidimos transcrever algumas falas que Leonel Franca incorporou ao seu texto. Segundo Foerster, no que compete ao Ensino Religioso:

Uma educação sem religião não leva em nenhuma consideração o homem concreto e a vida real; a formação do carácter supõe as verdades irrefragáveis da religião; é pela influencia da tradição social christã e não pela moral leiga que se explica o facto de muitos homens levarem, fóra da religião, uma vida honesta, digna e virtuosa. (FOERSTER in FRANCA, 1931, p. 23). (vide nota de rodapé).⁹

⁹ Em uma nota de rodapé, Leonel Franca transcreve esse trecho da obra de Foerster intitulada *Religion und Charakterbildung, Psychologische Untersuchungen und paedagogische Vorschlaege, Zurich und Leipzig, 1926.*

Salientamos que Foerster acreditava que o homem sofria influências do meio social ao qual estivesse inserido e por isso era primaz cuidar atentamente de sua educação no sentido mais abrangente que essa palavra possa ter. Assim como para Leonel Franca, notamos que ele também ressalta a importância em se ministrar o Ensino Religioso, uma vez que faz parte do processo de formação do caráter do homem.

Nessa conjuntura, fica mais claro que Leonel Franca apropria-se das reflexões de Foerster e as cita em seu texto a fim de endossar a sua linha de pensamento que tentamos desvendar ao longo desse trabalho. Ele busca em Foerster alguém que dialogue com as suas próprias convicções e possa por meio delas justificar a sua luta em prol da defesa do Ensino Religioso, bem como à sua reinserção nas escolas públicas. Desse modo:

F. W. FOERSTER [...] em quase todas as suas obras insiste sobre esta base moral, imprescindível em toda a civilização verdadeiramente humana, e indica-nos a razão profunda da necessidade de uma cultura ethico-religiosa como condição de vida social. Lembremos uma ou outra citação: “Não ha verdadeiro *amor*, sem grandes sacrifícios; não ha *communidade* sem renuncia a si mesmo; não ha *progresso social* sem lucta heroica contra o egoísmo.” (2) “A base de toda a cultura é a educação do que é mais superficial pelo que é mais profundo, do exterior pelo interior, do corpo pela alma, da massa pelo genio.” (3). (FRANCA, 1931, p. 32).¹⁰

Nesse segmento, o padre Álvaro Negromonte escreve o prefácio da obra de Foerster¹¹ e nele encontramos relevantes descrições sobre a linha de raciocínio desse autor o que nos leva a termos melhores condições de analisarmos esses dados e dessa maneira constatarmos quais foram os motivos que levaram a Leonel Franca a interessar-se pelas obras desse autor, e desse modo teremos meios mais eficazes de acompanharmos o seu pensamento sobre toda essa temática. Segundo Álvaro Negromonte:

como êle é um pedagogo profundamente cristão, acha que todos os males veem do esquecimento da caridade [...].

Nos notáveis escritos dêste homem preocupado com a primazia moral, vamos encontrar todas as questões palpitantes da vida: problemas de educação no que teem de mais fundamental, questões morais básicas, temas políticos vitais, a questão social, o reino espiritual do homem, Deus.

¹⁰ A primeira citação de Foerster que Leonel Franca utilizou enumerando-a pelo número (2) faz referência à obra *Sexualethik und Sexualpaedagogik*, p. 172. A segunda citação que corresponde ao número (3) refere-se à obra *Auctoritaet und Freiheit*, p. 75.

¹¹ *Para formar o caráter*, 1950, 2ª. edição.

Como pedagogo [...] aborda todas essas questões em função da educação, sem se perder em abstrações, em análises teóricas, em psicologismos estéreis, em unilateralismos esfaceladores, em generalidades impalpáveis. Vai direto ao homem total, concreto, tal como existe na realidade, para torná-lo tal como deve ser no ideal.

Neste cuidado de formação do homem foi que se notabilizou Foerster entre os grandes pedagogos modernos de todo o mundo. Notabilizou-se sobretudo na pedagogia do caráter, na formação da vontade. (PREFÁCIO NEGROMONTE in FOERSTER, 1950, p. 2).

Com base nessas afirmações de Álvaro Negromonte podemos constatar as relações existentes entre os ideais de Foerster e de Leonel Franca. Não é tarefa difícil estabelecermos correlações entre o pensamento desses dois autores. Já vimos o quanto Leonel Franca se ocupou no âmbito pedagógico da formação do homem, na formação de seu caráter e da importância da religião nesse processo e é justamente nesse mesmo aspecto que Foerster desenvolveu parte considerável de suas pesquisas. Ambos mencionam a exaustão o mérito que dispensam à família, como base, estrutura e primeira educação.

Um fator que queremos destacar, é que Leonel Franca buscou embasamento às suas reflexões nas contribuições desses dois autores protestantes. Obviamente ele buscou referências em muitos outros autores, mas nesse momento trouxemos a discussão para corroborar das convicções de Leonel Franca, Pestalozzi e Foerster, ambos protestantes.

Acreditamos que isso somente demonstra o quão inteligente foi Leonel Franca, que não se preocupou em olhar as diferenças existentes entre eles, mas ocupou-se do mais importante: em olhar o que os aproximava, em pautar-se em pesquisas relevantes que pudessem endossar a importância na reinserção do Ensino Religioso.

Procuramos desenvolver nosso raciocínio seguindo esse mesmo princípio. Pensamos que quantos mais puderem engrossar o coro para que as autoridades competentes nos ouçam, melhor. Quanto mais diversas forem às pessoas que pensam do mesmo modo, que se preocupam com a mesma causa, mais relevante será a batalha.

Desse modo, buscarmos destacar a importância da obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* de 1931 para os nossos atuais debates acerca da causa do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

3. Relevância do estudo da obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* em nossa contemporaneidade

Elencamos alguns pontos que nos deparamos ao longo desse trabalho com a finalidade de encontrar relevância em estudar a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* atualmente. Acreditamos que essa obra colabora para um grande debate acerca das questões sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras em nossa atualidade.

Procuramos estabelecer essa correlação de uma maneira mais sucinta e objetiva, extraindo da obra de Leonel Franca os elementos que julgamos mais relevantes para a realização da discussão que propomos.

Nossa pesquisa já elencou as principais influências que Leonel Franca sofreu ao longo de toda a sua trajetória. Nesse momento, nosso intuito é observar o impacto que essa obra de Leonel Franca causou no período em que foi escrita, bem como verificar se há ainda alguma maneira dela enriquecer nosso atual debate sobre essas questões, ou seja, se de alguma forma ela pode hoje exercer sobre nós algum tipo de influência.

E finalmente, traremos à discussão, o modelo de Ensino Religioso proposto pelas Ciências da Religião, com a finalidade de enriquecermos nosso trabalho e desse modo, discutirmos sobre os principais benefícios que ela tem a nos oferecer, sobretudo no que compete ao Ensino Religioso nas escolas.

3.1 Importância histórica no debate do Ensino Religioso nos anos de 1930

Iniciamos nossas considerações sobre essa temática recordando a sua relevância para o cenário dos anos de 1930. Já vimos que com a Constituição de 1891 quando em sua redação o Ensino Religioso deixa de ser ministrado dentro das escolas públicas, houve um grande confronto entre aqueles que lutavam em prol do Ensino Religioso nas escolas para com os que eram contrários.

Quando Leonel Franca escreveu a sua obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* que estudamos, já fazia mais de quatro décadas que o Ensino Religioso estava fora das salas de aulas das escolas públicas, ou seja, já havia se passado o tempo suficiente para nascer uma nova geração que não teve a contribuição do Ensino Religioso em sua formação.

É também se baseando nessa premissa, que o autor descreve a baixa da moralidade brasileira nesse contexto, como já vimos anteriormente. Desse modo, Leonel Franca endossa suas ideias em grandes juristas, pedagogos, sociólogos (entre outros intelectuais influentes em sua época e também em suas inúmeras pesquisas empíricas) a fim de revogar que o Ensino Religioso passasse a ser um direito garantido constitucionalmente.

Retomando seu texto que estudamos, especificamente no aspecto legal, nos propusemos a descrever posteriormente a questão sobre o Decreto de 1931. Sabemos que já falamos de sua importância ao longo dessa dissertação, mas nesse momento queremos retomar no próprio texto de Leonel Franca esse assunto, pois acreditamos que agora temos melhores condições de mensurar a força desse Decreto para a época.

Segundo Leonel Franca, o texto da Constituição de 1891 deu margem a várias interpretações, ou ainda, poderíamos dizer que diversos grupos se apropriaram desse texto a seu bel prazer. Para o autor, o fato de estar grafado no texto constitucional que o ensino ministrado nas escolas deverá ser leigo, não exclui a possibilidade de também se ministrar um Ensino Religioso e confessional no interior dos prédios públicos.

Para justificar essa afirmação, Leonel Franca buscou em uma vasta gama de profissionais, intelectuais que extraíssem da Constituição a mesma interpretação feita por ele. Nosso autor, inicia sua arguição dialogando com um dos autores de nossa Constituição, Rui Barbosa. Dessa maneira:

precisamente no Art. 1º em que propõe a laicização das escolas, o grande mestre do direito patrio inclue expressamente o ensino religioso com estes termos: “O ensino religioso será dado pelos ministros de cada culto, *no edifício escolar*, se assim o requererem os alunos *cujos pais o desejem*, declarando ao professor em horas que *regulamentarmente* se determinarão, sempre posteriores às aulas, mas nunca durante mais de quarenta e cinco minutos cada dia, nem mais de *tres vezes por semana*”. (BARBOSA in FRANCA, 1931, p. 130). (destaques do autor).

Constatamos que diante dessa interpretação do texto legal, o Ensino Religioso não fora banido das escolas como entendemos a grosso modo, ele apenas passaria a ser ministrado dentro de uma nova conjuntura de regras e tendo requerimento por parte das famílias. Então nos perguntamos: O que houve? Por que o Ensino Religioso deixou de ser ministrado nas escolas por tanto tempo, considerando que estamos falando nos anos de 1930?

Leonel Franca elenca algumas hipóteses que podem nos servir de resposta a essas questões, em seu texto ele discorre sobre as consequências do Decreto de 30 de abril de 1931, mas nós acreditamos que essas contribuições possam nos ajudar a responder esses questionamentos que acabamos de pontuar.

Antes, porém de tratarmos dessas hipóteses, apenas a título de exemplificação, escolhemos mais uma citação a fim de corroborar com nossa linha de raciocínio. Nesse segmento, Leonel Franca faz questão de se apropriar das contribuições de outros juristas que também entendem que o Ensino Religioso pode e deve ser ministrado dentro das escolas. Desse modo:

em outubro de 1925, o Dr. JOÃO PANDIÁ CALOGERAS, um dos estadistas de mais ampla envergadura intelectual do Brasil contemporâneo, afirmava, sem tergiversação, a propósito das emendas religiosas: “Nada, na Constituição vigente, impede que, sem prejuízo dos programas pedagógicos, e a pedido dos pais, seja ministrado nos próprios edifícios escolares o ensino religioso... Se se verificasse acaso que existem dúvidas sobre a ortodoxia constitucional de tal modo de agir, sem hesitação se deveria, então, aprovar a exegese da lei e tornar bem claro que é perfeitamente lícito o que a emenda propõe. Sua formulação foi absolutamente liberal... não há privilégio para credo algum; a vontade das famílias é acatada”. (CALOGERAS in FRANCA, 1931, p. 136).¹²

Como pudemos constatar, ao menos a princípio, a Constituição garantia que o Ensino Religioso pudesse ser ministrado dentro das escolas, uma vez que as famílias solicitassesem tal ensino. Obviamente não podemos e nem é a nossa pretensão dizer que tudo não passou de um ledo engano, pois seria diminuir essa problemática extremamente complexa a apenas interpretações errôneas do texto legal. Para Leonel Franca:

¹² Salientamos que as interrupções do texto foram realizadas pelo autor, Leonel Franca.

O ensino religioso é um direito individual intangivel das consciencias, é uma necessidade suprema para a vida moral do paiz. Se com elle se concilia a nossa carta de 1891, tanto melhor; se não, corrija-se-lhe immediatamente este erro fundamental. (FRANCA, 1931, p. 139).

Acreditamos que tamanha tenha sido às interpretações oriundas do texto constitucional de 1891, bem como as polêmicas que esse assunto gerou, que exatamente quarenta depois, por intermédio de Leonel Franca, eis que o texto sofre uma modificação por meio do Decreto de 30 de abril de 1931, onde se expressa claramente que o Ensino Religioso faz parte da escola pública, sendo esse ministrado em caráter facultativo. Nesse cenário:

Na exposição de motivos que o precede, o Exmo. Snr. Ministro da Educação resume em poucas frases as linhas fundamentaes do direito escolar, por tanto tempo, desconhecidas entre nós. A movimentação do pensamento, que se desenvolve em concatenações logicas, rigorosamente articuladas, pode compendiar-se nesta serie de proposições innegaveis. 1.^º O fim da escola é educar, isto é, formar o homem: 2.^º Não é possivel formar o homem sem um ideal de sua natureza e de seus destinos, isto é, sem uma concepção ethico-religiosa da vida; 3.^º Uma concepção ethico-religiosa da vida não a pode dictar o Estado, máxime um Estado leigo, sem violar o direito natural dos paes á educação dos filhos. 4.^º O ensino religioso, determinado pela vontade das familias, impõe-se portanto, com a dupla necessidade de uma exigencia pedagogica infrustavel e de um respeito juridico ás liberdades espirituas dos cidadãos. (FRANCA, 1931, p. 140).

Sabemos que esse debate é longo e Leonel Franca é minucioso em seu discurso, embasando-o nas palavras dos intelectuais que citamos (entre outros em seu texto) ele também faz referência a diversos países em que o Ensino Religioso é ministrado ao lado da laicidade do Estado.

Obviamente como já dissemos anteriormente, o texto do Decreto de 30 de abril de 1931 não agradou completamente aos que lutavam em prol do Ensino Religioso nas escolas, uma vez que se manteve o seu caráter facultativo. De qualquer modo, Leonel Franca acreditava que a legislação havia dado um grande passo, e dessa forma expressa o sentimento popular:

Tal qual, porém, se acha, ainda com as suas imperfeições, o documento marcará epoca na historia do nosso povo e constituirá talvez, para o Governo Provisorio, o maior titulo de benemerêncie á gratidão nacional. Não é, pois, de maravilhar que de todos os estados, num movimento popular, desacostumado na apathia das nossas massas, affluissem as mais sinceras expressões de aplausos e por toda a parte se multiplicassem manifestações de regozijo. (FRANCA, 1931, p. 141-142).

Uma vez que agora o Ensino Religioso nas escolas públicas contava com um respaldo legal de maneira mais clara, as discussões sobre essa temática não pararam de crescer e de se multiplicar. Sobre esse assunto Leonel Franca elenca alguns pontos que discorreremos brevemente e que talvez nos ajude a responder a questão que colocamos anteriormente nesse tópico, sobre o porquê o Ensino Religioso deixou de ser ministrado nas escolas. Em nossos apontamentos, verificamos seis pontos levantados pelo autor, os quais procuraremos elucidar de maneira clara e objetiva.

O primeiro ponto trata da liberdade de consciência. Segundo Leonel Franca (1931, p. 143) alguns contrários diziam sentir que sua liberdade seria podada com o Ensino Religioso sendo ministrado nas escolas, o que sabemos que não procede, uma vez que tal ensino foi assegurado em caráter facultativo, ou seja, respeitando aqueles que não quisessem participar dessas aulas.

O segundo ponto gira em torno da problemática da separação da Igreja com o Estado, o que para Leonel Franca não passa de uma grande confusão de ideias, uma vez que a união entre a Igreja e o Estado em nada tem haver com o Ensino Religioso nas escolas, e nesse contexto o autor relata que:

Ensina-se religião catholica aos filhos de familias catholicas na Allemania e na Inglaterra, na Hollanda e na Rumenia. E quem se lembrou por lá de combater essa disposição legislativa em nome da separação official entre o governo e o catholicismo? (FRANCA, 1931, p. 144).

Observamos que esse exemplo se trata de um Ensino Religioso confessional que respeita os alunos de outras denominações religiosas, embora nesse contexto a atenção seja em relação à separação da Igreja com o Estado, que não interfere que esse tipo de ensino possa ser ministrado nas escolas públicas.

Outra colocação feita por Leonel Franca também foi geradora de grandes polêmicas. Diz respeito à distinção entre o temporal e o espiritual e nesse embate o referido autor é bem agressivo em suas palavras e em seus questionamentos. Nesse segmento:

a que dominio pertence a educação do homem, ao temporal ou ao espiritual? Formar uma consciência, preparar uma existência humana para as realidades da vida, para o cumprimento de seus deveres domesticos, civicos e profissionaes é tarefa que se possa comparar á fabricação de tecidos ou manipulação de drogas. Se ha campo em que a vida superior do

espirito imponha a totalidade de suas exigencias é a formação de um homem, de seu caracter, de sua vontade, de sua consciencia. Ou a escola, negando-se a si mesma, renuncia á sua missão essencial de educar, ou nella o espiritual e o temporal devem collaborar na mais estreita e ininterrupta harmonia. (FRANCA, 1931, p. 145).

Como pudemos constatar Leonel Franca não concebe uma educação completa sem que a escola forneça uma formação que inclua as questões espirituais, dentro de uma abordagem ético-religiosa. Sabemos que essa é uma colocação delicada e por isso incluiremos mais um trecho escrito pelo autor sobre esse assunto, a fim de melhor compreendermos sua linha de raciocínio. Nessa conjuntura:

O que ha de verdade no fundo da objecção é que poder temporal, concretizado no Estado, não pode impor ás consciencias uma visão espiritual da vida determinada num credo religioso. Mas é precisamente nesta exorbitancia que incidia o estado leigo, forjando as almas das creanças que lhe eram confiadas, segundo os moldes de uma pedagogia agnóstica. É com esta invasão indevida do poder civil na esphera espiritual que vem acabar o regime inaugurado pelo decreto de 1931. Agora, já o Estado não impõe ás famílias um sistema educativo que só se justifica numa determinada concepção religiosa ou areligiosa da vida; respeita lealmente as fronteiras do espiritual, deixando aos paes a escolha em matéria que não depende dos poderes publicos. Só o ensino religioso, não compellido, mas livremente acceito, concilia as exigencias da pedagogia com a distinção legitima entre o espiritual e o temporal. Agora, sim, é que cessou a confusão. (FRANCA, 1931, p. 146-147).

Desse modo acreditamos que ficou claro ao leitor a compreensão dessa problemática. Vimos que o autor se reporta a antes e a após o Decreto de 1931 para justificar suas colocações sobre essa causa. Podemos dizer que suas exposições fazem sentido, uma vez que sem o Ensino Religioso nas escolas é que as famílias não tiveram opção quanto á educação de seus filhos. É interessante vermos como esse autor constrói seus argumentos, sempre se embasando ora em textos legais, ora em renomados intelectuais.

O quarto aspecto levantado pelo autor, diz respeito à solicitação das igrejas evangélicas para que o Ensino Religioso fosse ministrado em seus respectivos templos, “Reconhecendo a importancia e necessidade do ensino religioso e moral, opinaram comtudo que não deveria elle ministrar-se nas escolas publicas mas nas igrejas e nas escolas parochiaes”. (FRANCA, 1931, p. 147).

A essa afirmação, Leonel Franca (1931, p. 147-148) rebateu pautando-se em diversos países de maioria protestante, (alguns exemplos fornecidos pelo autor

naquele contexto: Suécia, Noruega e Dinamarca) onde o Ensino Religioso é ministrado tendo os alunos católicos a opção de serem dispensados dessa aula. Já na Inglaterra e na Holanda, o governo custeia as despesas das escolas religiosas e confessionais. Nesse segmento, Leonel Franca endossa suas convicções:

Em quase todos estes paizes, quando se discutiu a questão escolar, os protestantes mais fervorosos, uniram-se aos catholicos para defender a conservação ou a readmissão do ensino religioso nos estabelecimentos officiaes de ensino. [...] Como explicar esta atitude do congresso evangelico, contraria a unanimidade dos paizes do velho mundo em que predomina a influencia do protestantismo histórico? (FRANCA, 1931, p. 148).

Assim como o autor, não sabemos responder quais foram os motivos que levaram um considerável número de evangélicos a manifestarem-se contrários ao Ensino Religioso nas escolas. Acreditamos que tenham sido os mesmos motivos que fazem com que ainda hoje muitos se mantenham contrários: falta de informação e de formação apropriada.

Nosso intuito não é entrar em discordância com essa população religiosa, ao contrário, pensarmos juntos quais são os aspectos/receios que os mantém desfavoráveis, embora hoje também encontremos católicos avessos ao Ensino Religioso escolar, e é por esses e outros motivos que tem sido tão difícil estabelecermos parâmetros para o Ensino Religioso nas escolas.

Em continuidade à nossa explanação, o autor coloca outro ponto relacionado às pessoas que acreditam que o Ensino Religioso apenas deva ser ministrado em suas casas, em suas famílias. A esse grupo, Leonel Franca responde de maneira bastante dura:

Porque ha escola? Porque não se encarregam os paes de ensinar aos seus filhos, português e geometria, physica e latim? Porque aos paes – dir-se-á imediatamente – faltam quase sempre tempo e competencia para se desempenharem desta missão. Pois, pelos mesmos motivos, ensina-se religião não só em casa mais ainda na escola. Concepção infantil esta, que reduz a formação religiosa de um homem ás poucas orações que tão bem se aprendem nos joelhos maternos. A instrucção christã comprehende um dogma e uma moral, uma historia e uma liturgia, uma apologética e uma ascética. Todas as grandes questões que interessam a vida e a morte, desde a existencia de Deus até ao conhecimento dos deveres de cada estado, são do seu dominio. Onde se poderá encontrar, em casa, o tempo indispensavel para um ensino organico e efficaz de todas essas disciplinas? Como suppor sensatamente que nas familias – sobretudo na grande massa das familias populares – se possa encontrar a competencia indispensavel para ensinar com exactidão tantas, tão elevadas e tão difficeis questões? (FRANCA, 1931, p. 151-152).

Obviamente a causa do Ensino Religioso sempre esteve em outro patamar de discussão, mas esse exercício que Leonel Franca nos coloca a delegar também as famílias às demais disciplinas do currículo escolar, é muito interessante e complexo. Não entraremos nessa discussão porque não nos cabe, mas que isso nos faz repensar alguns comportamentos relacionados às práticas escolares, isso não podemos negar.

E finalmente, o último elemento elencado pelo autor, corresponde à diversidade de grupos religiosos e sua pacificação no ambiente escolar. Segundo Leonel Franca (1931, p. 152- 155) algumas pessoas viram a possibilidade de com o Ensino Religioso nas escolas haver diferentes e numerosas confissões religiosas a ponto das mesmas entrarem em conflito, tanto entre seus mestres, quanto entre os alunos. Para o autor, essa colocação é feita por alguém que está utilizando lente de aumento para ver a situação como um todo, e ainda hoje nós também encontramos grupos que pensam dessa forma. E como não poderia ser diferente, o autor corrobora suas afirmações utilizando exemplos de convivência harmoniosa tanto em escolas brasileiras quanto alemãs.

Com base em todas essas informações colhidas na obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* acreditamos ter demonstrado a relevância desse debate no cenário dos anos de 1930 e o quanto a participação do padre jesuíta Leonel Franca foi extremamente importante para fornecer tanto apoio na luta em prol ao Ensino Religioso nas escolas, quanto um embasamento intelectualizado dessa problemática.

Desse modo, encerramos esse tópico com uma citação um tanto longa do texto de Leonel Franca, expondo mais uma vez a concepção de Ensino Religioso que esse autor demonstra e posteriormente, no que compete ao Decreto de 1931, os seus comentários.

Sim; o ensino religioso, não o reclamam só os principios mais incontestados da sã pedagogia, não o aconselham só os interesses mais inadiáveis do bem social; exige-o outrossim a intransigencia do direito como a reparação de uma injustiça flagrante. Os direitos mais imprescriptíveis das familias religiosas haviam sido incontestavelmente violados pela nossa legislação escolar que, applicando a phrase de RUY BARBOSA em materia analoga, constituia “pela mais errada intelligencia das nossas liberdades constitucionaes uma excepção absurda entre os povos civilizados”. Saimos de uma atmosphera de asphixia e começamos a respirar o oxygenio

vivificante da liberdade. O regime escolar do Brasil poderá agora collocar-se ao lado de *todos os paizes civilizados* que não fizeram sectariamente da instrucção publica um instrumento de vexação das consciências.

Sinceramente, não comprehendemos como tenha podido com lealdade protestar contra o decreto de 30 de Abril. Todos os adeptos do laicismo terão *como antes* para os seus filhos uma educação leiga. Mas porque impô-la oppressivamente ás consciencias, que a reppelem? Porque violar tão manifestante a liberdade espiritual dos outros, dictando-lhes compulsoriamente, por via legislativa, as proprias idéas? Uma attitude de protesto, numa situação destas, só poderia atraiçoar paixões inconfessaveis de sectarismos estreitos e rivalidades mesquinhas. Protesta-se com justiça contra a violação dos direitos proprios; não se protesta sensatamente contra o reconhecimento de direitos alheios.

O ensino religioso é uma questão de liberdade de consciencia. Para reconhecer-lhe a legitimidade não é mister ser catholico; todos, crentes ou não, deveriam unir-se num sentimento de lealdade, de justiça, de respeito mutuo para applaudir com unanimidade a sabedoria de uma reforma que condiciona, de modo absoluto, a regeneração moral no Brasil. (FRANCA, 1931, p. 162-163). (destaques do autor).

Concluímos que o estudo elaborado por Leonel Franca foi de grande valia para os enfretamentos dessa época, onde a maior luta era fazer valer o que já estava escrito na Constituição. Paralelamente poderíamos nesse momento expor uma lista infinda de direitos que atualmente todos os cidadãos possuem salvaguardados em texto legais e que infelizmente também são desrespeitados. Talvez seja essa uma questão da formação da consciência de um povo que não foi e não tem sido bem desenvolvida.

3.2 Relevância da obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* para a história do Ensino Religioso no Brasil e para os debates atuais

Como pudemos verificar ao longo desse trabalho, a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* nos forneceu uma grande gama de possibilidades acerca do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras. Todo o levantamento realizado pelo autor, especialmente em suas pesquisas empíricas enriqueceram muito nossa compreensão sobre a temática de Ensino Religioso.

Atualmente contamos com inúmeros autores de renome que também nos tem fornecido um aparato teórico muito bem fundamentado sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas.

Saindo do campo teórico e indo em direção a história do Ensino Religioso no Brasil, encontramos uma lacuna: mesmo atualmente o Brasil contando com um bom número de pesquisadores, bem formados e informados, empenhados na causa do Ensino Religioso nas escolas públicas, nenhum deles menciona em seus trabalhos essa obra do padre Leonel Franca sobre o Ensino Religioso e o Ensino Leigo.

Acreditamos ter sido essa obra de Leonel Franca, a primeira no Brasil a tratar sobre essa temática, e o faz de maneira singular. Pudemos verificar ao longo dessa dissertação que a atenção que Leonel Franca deu a essa questão foi ímpar.

Durante nossa pesquisa, encontramos autores que mencionam o nome de Leonel Franca, mas não estabelecem uma ligação entre ele e a obra que estudamos, bem como sobre sua relevância nessa obra. Há autores que além de fazerem menção a Leonel Franca por meio de suas contribuições ou na área filosófica ou eclesiástica, também o relacionam à sua participação no Centro Dom Vital ou nas associações católicas que esteve ingresso.

O professor Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, um dos maiores nomes de nossa atualidade na área de Ensino Religioso e que muito contribui às reflexões dessa pesquisa, em seus textos chega muito próximo a Leonel Franca, chegando a mencioná-lo várias vezes e estabelecendo dessa forma, relação entre a participação de Leonel Franca e a causa do Ensino Religioso. No entanto, a obra sobre o Ensino Religioso que estudamos, permaneceu intocada.

O autor João Inácio Kolling (1990)¹³ realizou um estudo em sua dissertação de mestrado sobre o olhar de Leonel Franca no campo filosófico. A obra desse autor, que muito nos auxiliou em nossos estudos, demonstra que o autor teve contato com uma grande parcela de textos de Leonel Franca, mas a obra sobre o Ensino Religioso também não foi mencionada.

Seguimos pensando nos motivos que fizeram com que Leonel Franca caísse no esquecimento total por nós pedagogos. No discorrer desse trabalho tentamos desvendar esse “mistério”, pois como pode tamanha colaboração não ser conhecida e amplamente divulgada em nossos dias? Agora com a colaboração do autor supracitado, poderemos ao menos em parte, refletir sobre esse acontecimento.

¹³ Trata-se de sua dissertação de mestrado intitulada: *A ruptura do pensamento filosófico moderno na ótica de Leonel Franca*.

Recordamos que as obras de Leonel Franca precisam ser estudadas levando em consideração o contexto que o autor esteve inserido, bem como as principais influências que ele sofreu. Cremos que esses fatores já tenham sido bem colocados e por isso seguiremos com nossa explanação.

E é justamente ao considerar o contexto que Leonel Franca viveu, especialmente no âmbito religioso, que o autor João Inácio Kolling (1990) acredita ser a origem da causa desse esquecimento em nossa atualidade. Dessa maneira, para esse autor:

Em relação ao momento histórico de Franca – o auge da institucionalização da Igreja Católica – se pode também entender uma das grandes razões pelas quais ele foi tão rapidamente esquecido na vida brasileira. Como filósofo, ele suplantou largamente os filósofos brasileiros anteriores a ele e se destacou ainda pelas suas múltiplas e variadas atividades. Se outros pensadores menos influentes que Franca ainda estão mais vivos na memória brasileira, deve-se isto à grande mudança nos quadros da Igreja Católica em relação ao mundo moderno. Franca viveu o ciclo final de institucionalização e ajudou no grande processo de reforço de unidade “ad intra” da Igreja com o mundo moderno. A virada de orientação a favor do mundo moderno, iniciada por João XXIII, levou ao despojamento de praticamente tudo que notabilizou Franca dentro do espírito institucionalizante. Assim as idéias básicas de Leonel Franca ficaram sem sustentação para o diálogo com o mundo moderno. Os pensadores católicos tiveram que criar outro modo de relação e outra forma de interpretação da própria Igreja. (KOLLING, 1990, p. 111).

Ressaltamos que esse autor trabalha com a premissa filosófica de Leonel Franca, ainda que outros autores (inclusive citados em nossa pesquisa) não vejam Leonel Franca como um filósofo técnico, a risca do termo, eles salientam seus textos e contribuições nesse campo com a ressalva de nem poder ser considerado filósofo¹⁴.

Quanto ao excerto acima, acreditamos que possa ser apenas uma hipótese que trouxemos à discussão, mas não acreditamos que apenas esse fator fosse capaz de ocasionar tamanha ruptura. Conhecemos na história outros tantos pensadores que atravessaram séculos sem caírem no esquecimento independente da diferença entre os contextos comparados.

De qualquer modo, as colaborações são sempre bem vindas, pois enriquecem nossas perspectivas. Ainda sobre esse assunto, encontramos diversos

¹⁴ Como exemplo se pode consultar a obra de Fernando Arruda Campos (1998) intitulada *Tomismo no Brasil* – páginas 15-16, 76.

pontos em que discordamos da abordagem desse autor, como por exemplo, o fio filosófico empenhado por ele nessa pesquisa por vezes nos parece realizar um imenso esforço para conseguir “amarrar” as ideias desenvolvidas.

Mais adiante em seu texto, o autor relata que “Os pressupostos de Leonel Franca estão ainda muito vivos na veiculação do pensamento católico.” (KOLLING, 1990, p. 123). Parece-nos um tanto contraditório essa afirmação se compararmos com a do excerto acima. Contudo, salientamos que o trabalho desse autor nos foi de grande valia em nossa pesquisa.

Nessa conjuntura, não sabemos precisar os motivos que deixaram tanto a Leonel Franca quanto a sua obra que estudamos escondidos da sociedade por todo esse tempo. Esforçamos-nos para responder esse questionamento, mas pensamos que ainda não conseguimos arrematar essa problemática.

No entanto, nesse momento nos interessamos em trazer a tona o tesouro escondido. Acreditamos que a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* certamente mostrou-se relevante de ser estudada pela comunidade acadêmica coetânea. Relembreamos que nossa pesquisa nunca tivemos a pretensão de esgotar essa obra, ao contrário, estamos apenas no início dessa descoberta.

Por todos os assuntos concernentes ao Ensino Religioso nas escolas públicas que essa obra de Leonel Franca toca, pelos modelos de Ensino Religioso ministrado em tantos países e pelas soluções de adequação que cada um deles encontrou e por tantos outros motivos, é que acreditamos que essa obra deve fazer parte das atuais discussões sobre o Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras.

Já sabíamos e também por intermédio dessa obra de Leonel Franca comprovamos que essa problemática é antiga, pois são muitos os empecilhos colocados para que o Ensino Religioso possa vigorar nas escolas, a começar pelo próprio Ministério da Educação que não apóia e ignora essa causa.

Entrar nessa questão é vislumbrar um terreno imenso de possibilidades de diálogo e também de obstáculos, algo que não cabe nessa dissertação. Queremos nesse momento, apenas destacar ainda que timidamente, a importância do papel das Ciências da Religião nessa discussão sobre o Ensino Religioso, uma vez que atualmente é a única ciência capaz de fornecer os aparatos teóricos indispensáveis para a realização de um debate bem fundamentado sobre essa causa.

3.3 O papel das Ciências da Religião

No que compete ao Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, as Ciências da Religião esforçam-se por trabalhar com as causas desse ensino sob uma nova direção que difere dos modelos catequéticos e teológicos ministrados em diversas regiões do país.

As Ciências da Religião prima por uma autonomia pedagógica e epistemológica (fundamentando-se também na antropologia, sociologia e filosofia) do Ensino Religioso nas escolas, visando à educação do cidadão. Nessa conjuntura:

Não se trata de afirmar o direito do cidadão em obter com apoio do Estado, uma educação religiosa, uma vez que ele confessa uma fé (pressuposto político de tal ensino); nem mesmo de afirmar o propósito da religiosidade que, por ser inerente ao ser humano, deve ser aperfeiçoada no ato educativo; ou ainda, de postular a dimensão religiosa como um fundamento último dos valores que direcionam a educação. Trata-se de reconhecer, sim, a religiosidade e a religião como dados antropológicos e socioculturais que devem ser abordados no conjunto das demais disciplinas escolares por razões cognitivas e pedagógicas. O conhecimento da religião faz parte da educação geral e contribui com a formação completa do cidadão, devendo, assim, estar sob responsabilidade dos sistemas de ensino e submetido às mesmas exigências das demais áreas do saber que compõe os currículos escolares. (PASSOS, 2007, p. 65).

Podemos constatar que a abordagem oferecida pelas Ciências da Religião está muito além das atuais práticas ministradas nos estabelecimentos de ensino público. Vai além de oferecer um Ensino Religioso apenas por constar em lei ou ainda para aperfeiçoamento da religiosidade de um indivíduo, ou por tantos outros fatores que poderíamos listar.

Nessa conjuntura, seguimos explanando sobre a competência que as Ciências da Religião possui a fim de legitimar a real inserção do Ensino Religioso nas escolas públicas, levando em consideração o diferencial de sua abordagem. Dessa maneira:

As Ciências da Religião podem oferecer base teórica e metodológica para a abordagem da dimensão religiosa em seus diversos aspectos e manifestações, articulando-a de forma integrada com a discussão sobre a educação. A educação geral, fundada em conhecimentos científicos e em valores, assume o preceito religioso como um elemento comum às demais áreas que fazem parte dos currículos e como dado histórico-cultural fundamental para as finalidades éticas inerentes à ação educacional. Portanto, nesse modelo não se afirma o ensino da religião como uma atividade cientificamente neutra, mas, com clara intencionalidade educativa,

postula-se a importância do conhecimento da religião para a vida ética e social dos educandos. (PASSOS, 2007, p. 65-66).

Desse modo evidenciamos que as Ciências da Religião construiu com clareza um arcabouço teórico no que concerne a abordagem da dimensão religiosa, sendo o Ensino Religioso nas escolas uma das vertentes que pode ser beneficiada com seu suporte.

Consideramos que são muitos os entraves que versam sobre esse assunto, e desse modo destacamos que proposta das Ciências da Religião visa “despolitizar o ER no sentido de retirá-lo do campo de negociações das confissões religiosas e do Estado”. (PASSOS, 2007, p. 67).

Acreditamos que esse possa ser talvez o primeiro passo a ser dado rumo a encontrarmos uma solução para os problemas do Ensino Religioso nas escolas. À medida que passarmos a tratar essa questão do mesmo modo que tratamos as demais disciplinas do curricular escolar, de maneira a pensar qual será o melhor meio de se ministrar esse ensino sem interferências de organizações religiosas, teremos mais condições de responder cientificamente essa demanda carente de fundamentação.

Não se trata em hipótese alguma de excluir as contribuições das tradições religiosas, ou de interferir na religião (ou em sua ausência) dos indivíduos em processo de escolarização, ao contrário, certamente esses conhecimentos serão muito úteis para que as Ciências da Religião possa estabelecer um diálogo consistente com qualquer diversidade religiosa que se apresente.

O que não podemos aceitar é que essas tradições religiosas continuem interferindo na construção de uma proposta sólida para que o Ensino Religioso possa se instituir como uma disciplina autônoma. A partir dessa desvinculação do Ensino Religioso com as tradições religiosas é que poderemos construir a sua epistemologia.

Nessa conjuntura, destacamos que ao falarmos em epistemologia do Ensino Religioso segundo o professor João Décio Passos (2007, p. 28) “entendemos a sua base teórica e metodológica, enquanto área de conhecimento específica que assume a religião como objeto de estudo, produzindo sobre este resultados compreensivos que normalmente são credenciados como ciência”.

A partir dessa construção epistemológica, acreditamos termos melhores condições de pensarmos em outros pontos delicados e extremamente importantes acerca do Ensino Religioso nas escolas, tais como, construção dos conteúdos ministrados nesse ensino bem como o problema oriundo da respectiva transposição didática dos mesmos; formação adequada do professorado para o exercício dessa disciplina; respectivas licenciaturas para essa disciplina; carga horária para os alunos, entre outros.

Como vemos a lista é longa e poderíamos continuar enumerando os nossos trabalhos nesse campo. Mas é preciso seguirmos com afinco e responsabilidade pedagógica (pois essa é a parte que mais nos toca) no trato do Ensino Religioso nas escolas públicas do século XXI.

Não podemos mais admitir que essa causa tão relevante ao processo de educação e de formação das pessoas siga caminhando a passos de tartaruga. Não queremos esperar mais oito décadas para ressaltarmos alguma obra sobre Ensino Religioso que se perdeu, e pior, notar que a obra encontrada é extremamente atual na problemática de nosso tempo.

Esperamos ter colocado em discussão o Ensino Religioso a partir de um novo olhar: buscando em uma obra do passado embasamento para os atuais estudos sobre essa temática. Também esperamos ver as Ciências da Religião seguir o seu caminho, criando e fornecendo condições para que essas e tantas outras questões possam ser amplamente e academicamente discutidas e bem fundamentadas.

Sabemos que as Ciências da Religião não despreza nenhum dado e certamente saberá a melhor maneira de aproveitar essa obra de Leonel Franca nos futuros cursos de formação docente para essa área, pois contamos que a partir de nossa singela colaboração, possam surgir mais pesquisadores interessados em nos auxiliar nessa causa tão nobre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando decidimos estudar a problemática do Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras, não esperávamos encontrar uma obra que podemos dizer, é inédita aos profissionais que lidam com essa causa, e que ainda pudesse nos fornecer um aparato teórico tão bem delimitado e fundamentado.

Desse modo, por se tratar de uma obra antiga, iniciamos os nossos trabalhos pautando-nos em conhecer o contexto sócio-cultural, político, econômico, religioso e educativo em que ela foi escrita, bem como também contextualizar o seu referido autor.

Procuramos esboçar da maneira mais clara e objetiva possível todos esses elementos existentes naquela época, especialmente no que compete aos quesitos da história da Igreja Católica, pois entre nós, pedagogos, esses conteúdos são trabalhados de maneira bastante superficial e simplista durante a nossa formação acadêmica.

Posteriormente sentimos a necessidade de contar de modo mais detalhado a biografia do padre Leonel Franca, com o intuito de trazer a público essa personalidade tão marcante na história da Igreja Católica, sobretudo no Rio de Janeiro, e também na história do Ensino Religioso nos anos de 1930.

Quanto à obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo*, pudemos verificar o quão rica e detalhada ela se mostra. Embora tenhamos escolhido trabalhar com a obra toda,

salientamos que em cada uma das partes em que ela está dividida ainda há muito material a ser discutido e aproveitado academicamente.

E finalmente, buscamos encontrar na obra de Leonel Franca elementos que nos permitissem avaliar a existência e/ou ausência de coerência interna de seu pensamento. Desse modo, buscamos em seu próprio texto dialogar com as fontes que ele se reportou e a partir desse ponto estabelecer oportunidades de diálogo tanto naquele cenário, quanto contemporaneamente.

Acreditamos que essa obra de Leonel Franca foi uma importante aliada na defesa do Ensino Religioso nos anos de 1930. Ao longo dessa pesquisa pudemos verificar o intenso trabalho que o autor teve ao tratar dessa questão. Considerando sua ligação com a Igreja Católica, enquanto membro da Companhia de Jesus, também cremos que Leonel Franca colaborou com a reestruturação da Igreja durante o curto período de tempo em que viveu.

Retomando a causa do Ensino Religioso, vimos que graças à pressão que ele exerceu, o texto constitucional foi alterado pelo Decreto de 30 de abril de 1931, quando o mesmo deixa claro que o Ensino Religioso pode ser ministrado dentro dos estabelecimentos públicos de ensino, em caráter facultativo. Pudemos acompanhar toda a sua trajetória e empenho nesse assunto que era urgente naquele contexto.

Nesse segmento, a fim de sanar de uma vez por todas as especulações acerca desse Decreto, ele escreve essa obra que se tornou nosso objeto de estudo, visando embasar a relevância em se ministrar o Ensino Religioso dentro das escolas públicas laicas.

Desse modo acreditamos que a obra desse autor soube responder às objeções que se colocava ao Ensino Religioso naquela época do mesmo modo que também cremos em sua relevância em nossa atualidade, uma vez que como pudemos observar ao longo desse estudo, o autor trata das questões que versam sobre o Ensino Religioso nas escolas de maneira extremamente atualizada.

Pensamos desse modo, pois as inquietações que os seres humanos têm quanto, por exemplo, às questões da finalidade de nossa existência, permanecem inalteradas. Hoje podemos olhar para tais questionamentos amparados pela ciência moderna, pelas teologias, por outros tipos variados de expressão religiosa, contudo o cerne é sempre o mesmo e permanece inalterado no continuo espaço tempo.

Sabemos que esses fatores relacionados à existência humana são muito complexos e passíveis de diversas interpretações. Para Leonel Franca apenas uma educação integral é capaz de fornecer uma formação completa ao indivíduo, e para tanto, o Ensino Religioso se faz necessário na resolução dessa problemática.

Assim como essa obra que estudamos serviu para embasar uma população carente de pesquisas acadêmicas dessa natureza e também para respaldar as discussões acaloradas daquele período, acreditamos que ainda hoje ela possa iluminar a atual concepção de Ensino Religioso nas escolas públicas.

Ressaltamos que atualmente contamos com a colaboração de inúmeros pensadores que têm se debruçado sobre os estudos que tangem o Ensino Religioso nas escolas, todavia não podemos desprezar um texto dessa importância histórica.

Nosso intuito é que essa obra de Leonel Franca possa ser estudada entre os profissionais que hoje discorrem sobre esse assunto, principalmente porque ela nos chama a atenção para elementos que ainda estamos discutindo, ou seja, ela pode colaborar nos fornecendo respostas e quem sabe soluções há alguns pontos em aberto. O inverso também é bem vindo, haverá mais problemas a se resolver, mas pensamos que isso é necessário ao saber, precisamos aprender a olhar com mais atenção para todas essas questões e extrair delas o que tiverem de melhor a nos oferecer.

Talvez haja quem queira desaboná-la por seu caráter confessional explícito. Digamos apenas que sentimos muito que ainda haja tantas interpretações fundamentalistas em nosso meio. Nossa estudo não encontrou barreiras nesse campo, ao contrário, em vários momentos o aspecto confessional do texto nos auxiliou na compreensão de outras vertentes ligadas ao Ensino Religioso.

Enquanto houver essa enorme dificuldade de se entrar em consenso, permaneceremos discutindo os mesmos problemas pelas próximas décadas, e com isso, privando que tantos alunos usufruam de uma formação mais consistente e abrangente.

Assim como a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* possui suas limitações, nossa pesquisa também possui. Ressaltamos que o texto de Leonel Franca é muito abrangente, o que nos lança a horizontes mais amplos, no entanto essa dissertação não poderia tratar de tantas particularidades. Citaremos um exemplo bem objetivo: as estatísticas sobre o Ensino Religioso descritas no aspecto social de sua obra.

O autor menciona vários países, e desse modo coloca diversas situações, que em muitos dos casos, apontam para distintas direções. Gostaríamos de ter pesquisado a atual situação dessa questão nesses países mencionados. Sabemos que cada nação recebeu e lidou com o Ensino Religioso de uma maneira diferente, buscando soluções para sanar os entraves daquele período, mas e no decorrer das próximas décadas, o que terá havido? E atualmente, como o Ensino Religioso está sendo tratado?

Contudo, essa pesquisa sentiu falta de dialogar com outros estudos sobre a problemática do Ensino Religioso na ótica de Leonel Franca. Mostramos em nosso trabalho o quanto esse autor é reconhecido no meio eclesiástico e também no campo filosófico, no entanto, na área pedagógica é pouco mencionado, quando muito para estabelecer relação entre ele e a história da Igreja Católica, do Centro Dom Vital ou de outras associações católicas ao qual ele esteve presente.

Todavia sentimo-nos felizes em termos trabalhado com essa obra por acreditarmos que ela é capaz de dialogar com as atuais práticas de Ensino Religioso nas escolas públicas brasileiras e dessa forma servir de referência a novos estudos que possam vir a ser desenvolvidos a partir de nossa primeira e singela exploração.

Nessa conjuntura, concluímos que existe uma coerência interna no pensamento de Leonel Franca, uma vez que em toda a sua obra apresenta-se um elo de ligação entre todas as partes e consequentemente nas contribuições que o autor buscou para corroborar seus ideiais.

Pudemos verificar nas entrelinhas de seu texto a expressividade de sua formação jesuítica, de seus princípios tomísticos, do contexto com um todo em que ele viveu, e de outras influências que buscamos ressaltar ao longo dessa dissertação.

Esperamos que nosso trabalho possa contribuir com a comunidade acadêmica nos estudos sobre o Ensino Religioso no Brasil, e que sobretudo coloque a obra *Ensino Religioso e Ensino Leigo* entre o acervo dos textos sobre essa temática. De maneira especial, desejamos aguçar o ânimo de novos pesquisadores, a fim de que tenhamos novas interpretações sobre essa valiosa obra.

REFERÊNCIAS

FRANCA, Leonel. *Ensino religioso e ensino leigo: aspectos pedagógicos, sociais e jurídicos.* Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1931.

ALLPORT, Gordon W. *L'individuo e la sua religione: interpretazione psicologica.* Brescia: Editrice La Scuola, 1972.

ALMEIDA, M. E. M. *A educação para a paz.* Lisboa: Paulinas, 2002.

ANDRADE, Djalma Rodrigues. *O paradoxo cristão: história e transcendência em Alceu Amoroso Lima.* São Paulo: Edições Loyola, 1994. (Coleção teologia e evangelização).

ASSMANN, Hugo. *Reencantar a educação: rumo a uma sociedade aprendente.* Petrópolis: Vozes, 1999.

AZZI, Riolando. *História da Igreja no Brasil:* ensaio da interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina). Petrópolis: Vozes, 2008.

BERGER, Peter. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião.* São Paulo, Paulus, 1985.

_____. *Rumor de anjos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

BERGSON, Henry. *As duas fontes da moral e da religião*. Coimbra: Almedina, 2005.

CAMPOS, Fernando Arruda. *Tomismo e neotomismo no Brasil*. São Paulo: Grijalbo, 1968.

_____. *Tomismo no Brasil*. São Paulo: Paulus, 1998.

CANDAU, Vera Maria (org.). *Rumo a uma nova didática*. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARONE, Edgard. *A primeira república (1889-1930)*. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1988.

CESE. *Declaração universal dos direitos humanos*. São Paulo: Paulinas, 1978.

CRIPPA, Adolpho (et al). *As idéias filosóficas no Brasil*. São Paulo: Convívio, 1978.

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 2001.

D'ELBOUX, Luiz Gonzaga da Silveira. *O padre Leonel Franca s.j.* Rio de Janeiro: Agir, 1953.

DIAS, Romualdo. *Cor unum et anima una: a doutrina católica sobre a autoridade no Brasil – 1922-1935*. Campinas: Tese de Doutorado. UNICAMP, 1993.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Os irmãos Karamázov*. V. 1 e 2. São Paulo: Ed. 34, 2008.

DURKHEIM, Émile. *Formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulus, 1989.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FIGUEIREDO, Anísia de Paulo. *Realidade, poder, ilusão: um estudo sobre a legislação do ensino religioso nas escolas e suas relações conflitivas como disciplina “sui generis” no interior do sistema público*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. PUCSP, 1999.

_____. *O tema gerador no currículo de educação religiosa: o senso do simbólico*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Ensino religioso: perspectivas pedagógicas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FILORAMO, Giovani; PRANDI, Carlo. *As ciências das religiões*. São Paulo: Paulus, 1999.

FOERSTER, F. W. *Para formar o caráter*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1950.

FÓRUM NACIONAL PERMANENTE DO ENSINO RELIGIOSO. *Parâmetros curriculares nacionais do ensino religioso*. 1. ed. São Paulo: Ave-Maria, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2009.

FRANCA, Leonel. *Obras completas do pe. Leonel Franca s.j.: II - A Igreja, a reforma e a civilização*. 5.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1948.

_____. *Obras completas do pe. Leonel Franca s.j.: VIII - A psicologia da fé*. 6.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

_____. *O método pedagógico dos jesuítas: o "Ratio studiorum": introdução e tradução*. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

_____. *Obras completas do pe. Leonel Franca s.j.: III - Polêmicas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1953.

_____. *Obras completas do pe. Leonel Franca s.j.: IV - O divórcio*. 8.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1955.

_____. *Noções de história da filosofia*. 24^a.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 9^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. 2^º tomo. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

GRESCHAT, Hans- Jürgen. *O que é ciência da religião?* São Paulo: Paulinas, 2006.

GRÜEN, Wolfgang. *O ensino religioso na escola*. Petrópolis: Vozes, 1995.

JAPIASSÚ, Hilton. *Introdução às ciências humanas: análise de epistemologia histórica*. São Paulo: Letras e Letras, 1994.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. *O processo de escolarização do ensino religioso no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____, Rosa L. T. Correa, Angela M. R. Holanda. *Ensino religioso: aspectos legal e curricular*. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção temas do ensino religioso).

KOLLING, João Inácio. *A ruptura do pensamento moderno: na ótica de Leonel Franca*. Passo Fundo, 1990. (Dissertação).

LIMA, Alceu Amoroso. *Notas para a história do Centro Dom Vital*. Introdução e comentários Riolando Azzi. Rio de Janeiro: Educam: Paulinas, 2001.

MAIA, Pedro Américo. *Padre Leonel Franca*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

MANOEL, Ivan Aparecido. *O pêndulo da história: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)*. Maringá: Eduem, 2004.

_____. (orgs.). *História das religiões: desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográficos*. São Paulo: Paulinas: ABHR, 2007.

MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral*: uma visão nova da ordem cristã. Trad. Afranio Coutinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

_____. *Rumos da educação*. Trad. Inês Fortes de Oliveira. Rio de Janeiro: Agir, 1947.

MEDEIROS, João Bosco. *Redação científica*: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTES, M. L. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In. NOVAIS, F. A. (coord.) *História da vida privada no Brasil*: contrastes da intimidade contemporânea. v.4. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MORAIS, João Francisco Regis de. *História e pensamento na educação brasileira*: contribuição de Tristão de Athayde. Campinas: Papirus, 1985.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à construção do futuro*. São Paulo: Cortez, 2003.

MOURA, Odilão. *As idéias católicas no Brasil*: direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU, Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

NASSER, Maria Celina Cabrera. *O uso de símbolos*: sugestões para a sala de aula. São Paulo: Paulinas, 2006. (Coleção temas do ensino religioso).

NEGROMONTE, Álvaro. *O caminho da vida. Moral cristã*. Petrópolis: Vozes, 1942

_____. *História da salvação*. Rio de Janeiro: Edições Rumo, 1961.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso*: construção de uma proposta. São Paulo: Paulinas, 2007. (Coleção temas do ensino religioso).

PIAGET, Jean. *Para onde vai a educação?*. Trad. Ivette Braga. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

_____. *O juízo moral na criança*. Trad. Elzon Lenardon. São Paulo: Summus, 1994.

_____. *Cinco estudos de educação moral*. Lino de Macedo (org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

PIERRARD, Pierre. *História da igreja*. 3. ed. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

RODRIGUES, Anna Maria Moog. Introdução. In: *Igreja na República*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. (Coleção pensamento político republicano).

RODRIGUES, Marly. *O Brasil na década de 1920: os anos que mudaram tudo*. São Paulo: Ática, 1997.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 36^a.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. 1.ed. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SAVIANI, Demeval. *Educação brasileira: estrutura e sistema*. São Paulo: Saraiva, 1973.

_____. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3.ed.rev. Campinas: Autores Associados, 2010. (Coleção memória da educação)

SILVA, Antônio Francisco. *Idas e vindas do ensino religioso em Minas Gerais: a legislação e as contribuições de Wolfgang Grün*. Belo Horizonte: Segrac, 2007.

SENA, Luzia (org.). *Ensino religioso e formação docente: ciências da religião e ensino religioso em diálogo*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SOËTARD, Michel. *Johann Pestalozzi*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

TEIXEIRA, Anísio. *A construção da educação brasileira*. Fundação Getúlio Vargas.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto (org.). *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997.

TORRES, João Camilo de Oliveira. *História das idéias religiosas no Brasil : a Igreja e a sociedade brasileira*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1968.

USARSKI, Frank. *O espectro disciplinar da ciência da religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. *Constituintes da ciência da religião: cinco ensaios em prol de uma disciplina autônoma*. São Paulo: Paulinas, 2006.

VALLE, João Edênio. *Psicologia e experiência religiosa*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

VELLOSO, Jacques, MELLO, Guiomar Namo de, WACHOWICZ, Lilian, e outros. *Estado e educação*. Campinas: Papirus: Cedes: São Paulo: Ande: Anped, 1992.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

WÜRTH, Tiago. *Pestalozzi e a pedagogia social*. Canoas: Editora La Salle, 1971.

Fontes eletrônicas consultadas

ACERVO DO NÚCLEO DE MEMÓRIA DA PUC-RIO. Disponível em:
<<http://www.ccpq.puc-rio.br/nucleodememoria/>>. Acesso em: 08 fev. 2012.

ANTONIAZZI, A. *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* Disponível em: <<http://www.gper.com.br>>. Acesso em: 01 nov. 2009.

FUNDAÇÃO PADRE LEONEL FRANCA. Disponível em: <<http://www.fplf.org.br>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

JESUÍTAS DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.jesuitas.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

LEÃO XIII (Papa) *Aeterni Patris*. Disponível em:
<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_leo_xiii_enc_04081879_aeterni-patris_sp.html>. Acesso em: 12 mai. 2011.

LEÃO XIII (Papa) *Rerum Novarum*. Disponível em:

<http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-iii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>. Acesso em: 12 mai. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 06 mai. 2010.

OBRAS RARAS DO CATOLICISMO. Disponível em:

<<http://www.obrascatolicas.com/>>. Acesso em: Outubro. 2011.

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL. *Declaração universal dos direitos humanos*. Disponível em:

<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

Lista de figuras – ANEXO – A

Figura 1. Pe. Leonel Franca. Autor(es): Diversos. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1940.

Figura 2. Perfil com foto do pe. Leonel Franca, S.J., ex-reitor do colégio Santo Inácio durante o período de 26/11/1933 a 03/05/1934, e do novo reitor pe. Paulo Bannwarth, S.J. Autor(es): Colégio Santo Inácio. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1934.

Figura 3. Solenidade da instalação das Faculdades Católicas com a presença do Pe. Leonel Franca S.J. e então presidente Getúlio Vargas. Autores/Criadores: PUC-Rio. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1941.

Figura 4. Pe. Leonel Franca, S.J., em evento com padres e autoridades. Autores/Criadores: Colégio Santo Inácio. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1943.

Figura 5. *Pe. Leonel Franca, S.J., cumprimenta autoridades em evento.*

Autores/Criadores: Colégio Santo Inácio. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1943.

Figura 6. *Festa do Reitor - 1944.* Autores/Criadores: NOVAES, Paulo (org.).

Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1965

Figura 7. *Anuário Comemorativo do Jubileu de Prata da PUC 1940-1965, p. 3.*

Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1965.

Figura 8. *Inauguração do monumento em homenagem ao pe. Leonel Franca, S.J., em celebração do 25º aniversário de sua morte. 03/09/1973.* Fotógrafo desconhecido. Anuário PUC-Rio 1973, s.p. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 1974.

Figura 9. *Efígie do Pe. Leonel Franca.* Fotógrafo Antônio Albuquerque. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio, 2012.

ANEXO A – FIGURAS



Figura 1. Pe. Leonel Franca. 1940. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.

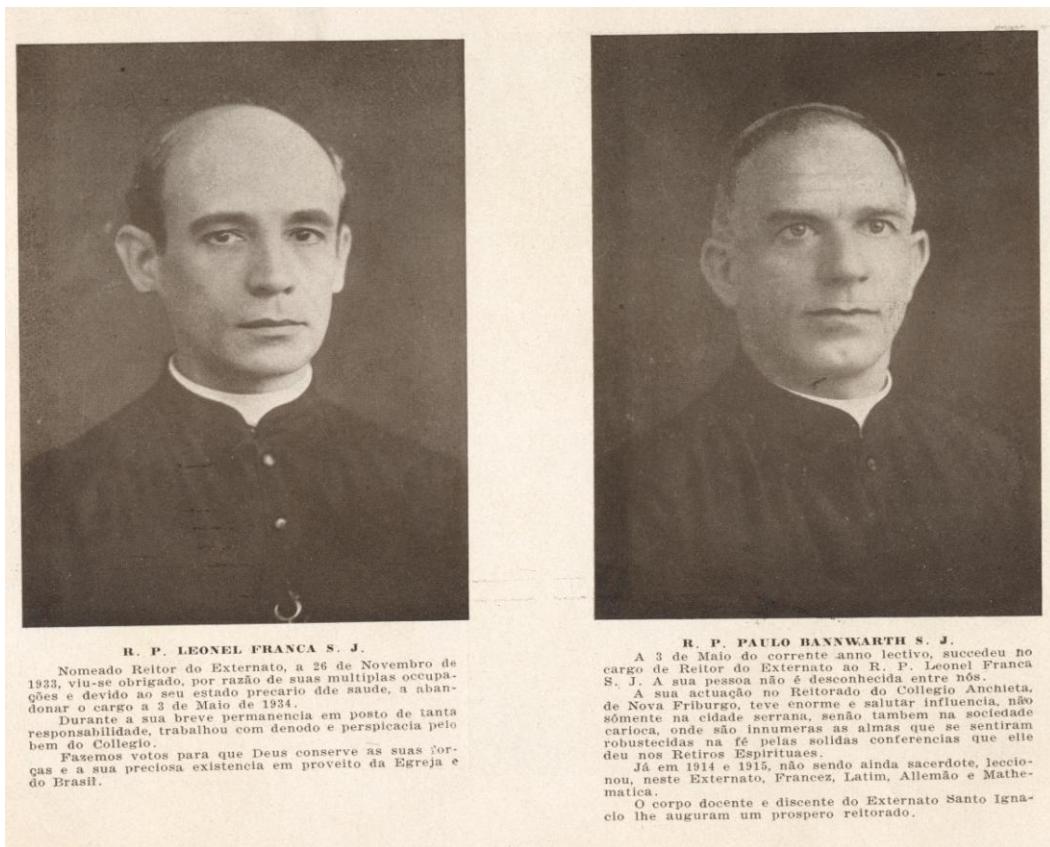


Figura 2. Perfil com foto do pe. Leonel Franca, S.J., reitor do Colégio Santo Inácio durante o período de 26/11/1933 a 03/05/1934, e do novo reitor pe. Paulo Bannwarth, S.J. Anuário do Colégio Santo Inácio - 1934. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.



Figura 3. Solenidade da instalação das Faculdades Católicas com a presença do pe. Leonel Franca, S.J. e do presidente Getúlio Vargas. 1941. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.



Figura 4. Pe. Leonel Franca, S.J., em evento com outros padres e autoridades. 1943. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.



Figura 5. Pe. Leonel Franca, S.J., cumprimenta autoridades em evento. 1943. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.



Figura 6. Festa do Reitor – Pe. Leonel Franca é o sétimo na primeira fila. 1944. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.

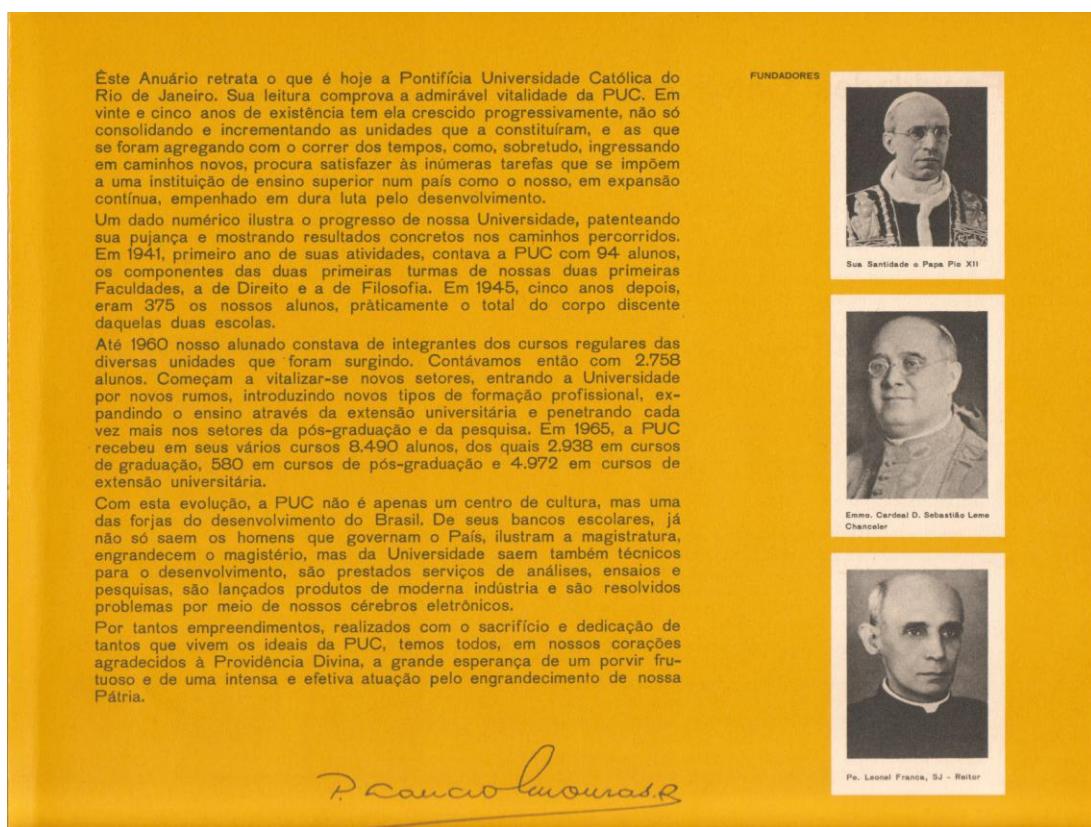


Figura 7. Anuário Comemorativo do Jubileu de Prata da PUC 1940 – 1965. Fotos do Papa Pio XII, do Chanceler Cardeal D. Sebastião Leme e do Reitor Pe. Leonel Franca, S.J. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.



Descerramento no parque da Universidade, da efígie, em bronze, do Pe. Leonel Franca, S.J., 1º Reitor da PUC/RJ, por ocasião do 25º aniversário de sua morte, lembrada em solenidade realizada no dia 3 de setembro.

Figura 8. Registro da instalação no parque da PUC-Rio da efígie do Pe. Leonel Franca no 25º aniversário de sua morte. Evento realizado em 03/09/1973. Anuário da PUC-Rio 1973. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.



Figura 9 Foto da efígie do Pe. Leonel Franca instalada no campus da PUC-Rio. 2012. Fotógrafo Antônio Albuquerque. Acervo do Núcleo de Memória da PUC-Rio.

ANEXO B – LEGADO DE LEONEL FRANCA

Nesse tópico, listaremos as contribuições que Leonel Franca nos deixou. O faremos exatamente da mesma forma que Luiz Gonzaga da Silveira D'elboux descreveu em seu livro. Optamos por transcrever o levantamento por ele realizado na mesma ordem e estrutura original. Essas informações estão disponíveis em sua obra já descrita nesse trabalho, no Apêndice III (p. 489-506).

APÊNDICE III

ELENCO DOS ESCRITOS E ALOCUÇÕES DO PE. FRANCA

1 – LIVROS PUBLICADOS

- 1 – 1918 – *Noções de História da Filosofia* (13 edições).
- 2 – 1919 – *Apontamentos de Química Geral* (10 edições).
- 3 – 1923 – *A Igreja, a Reforma e a Civilização* (seis edições) – Traduzido em holandês (1936).
- 4 – 1926 – *Relíquias de uma Polêmica*.

- 5 – 1931 – *Ensino Religioso e Ensino Leigo*.
- 6 – 1931 – *O Divórcio* (sete edições).
- 7 – 1933 – *Catolicismo e Protestantismo* (três edições).
- 8 – 1933 – *Lutero e o Sr. Frederico Hansen* (opúsculo).
- 9 – 1934 – *A Psicologia da Fé* (seis edições no Brasil e uma em Portugal) – Traduzido ao Espanhol (Argentina, 1938).
- 10 – 1938 – *O Protestantismo no Brasil*.
- 11 – 1941 – *A Crise do Mundo Moderno* (três edições no Brasil, uma em Portugal) – Traduzido em Espanhol (Argentina, 1944, Espanha, 1948).
- 12 – 1944 – *Imitação de Cristo* – Tradução (quatro edições).
- 13 – *O Livro dos Salmos* – Tradução.
- 14 – 1952 – *O Método Pedagógico dos Jesuítas* – Tradução e comentários.

2 – PREFÁCIOS DE VÁRIOS LIVROS

- 1927 – *Uma alma infantil*, GUY DE FONTGALLAND – Tradução.
- 1930 – PE. PERROY – *Subida do Calvário*, trad. De LUÍS LEAL FERREIRA.
- 1934 – EVERARDO BACKHEUSER, *Técnica da Pedagogia Moderna*.
CÔNEGO SALIM, *Ciência e Religião*.
- J. P. JUNGLAS, *Luz e Vida* – Tradução do Alemão.
- S. TOMÁS D'AQUINO, *Suma Teológica*, trad. De ALEXANDRE CORREIA.
- 1935 – MARIE FARGUES, *Deus e os nossos pequeninos* – Tradução de MARIA AUGUSTA DA COSTA RIBEIRO e LAURITA PESSOA RAJA GAGLIA. (no 1º vol. *A Verdade*, Rio, 1935).
- LAURA LACOMBE, *Moral Cristã e Educação*.
- 1937 – PAULO SETUBAL, *Confiteor*.
- 1941 – WALTER MARIAUX S.J., *O Drama da Humanidade*.
- 1848 – ANGELO BRUCCULERI S.J., *A Família Cristã*, trad. de LUÍS LEAL FERREIRA (Coleção “Servir”).
- 1952 – MARIA PACHECO CHAVES, *Minha Primeira Comunhão* (Agir).

3 – ARTIGOS E RECENSÕES

1907 – *Anoitecer* – *Aurora Colegial*, jornalzinho do Colégio Anchieta, Nova Friburgo, 30 de agosto de 1907.

Le vicaire de Saint Sulpice – *Ibidem*, 10 de outubro.

1908 – *Crônica Colegial* – *Ibidem*, 14 de maio.

Sete de Setembro – *Ibidem*, 16 de setembro.

O Papa Pio X – *Ibidem*, 30 de setembro.

O Bom Samaritano e Divertimento e Festas Colegiais – *Ibidem*, 11 de outubro.

1918 – *O Positivismo, Filosofia sem princípios* – semanário paroquial da Matriz do Sagrado Coração de Jesus, *Pão e Luz*, 15 de setembro a 13 de outubro (em sete partes).

1922 – JÔNATAS SERRANO – *Filosofia do Direito* (resenha), *Gregorianum*, an. III, 1922, Roma, págs. 131-133.

1926 – *O Divórcio* – Entrevista ao *Correio da Manhã*, 17 de outubro de 1926.

Retiros Fechados – *Jornal do Comércio*, 11 de dezembro de 1928 e Confederação Católica do Rio de Janeiro, 1926.

1927 – *A História da Filosofia na Doutrina de S. Tomás* – *Revista de Cultura*, 1927, t. I, págs. 217-226, e 308-321, e *Estudo*, Pôrto Alegre, julho-outubro de 1943, págs. 3-21.

1928 – *A Igreja e a Crise Social* – *Anais da Sociedade Jurídica S. Ivo*, vol. I, págs. 58-64. e *Jornal do Comércio*, 14 de outubro de 1928 (conferência).

Jackson de Figueiredo – *A Cruz*, 11 de novembro de 1928.

1929 – *Caracteres fundamentais do tomismo* – *A Ordem*, setembro de 1929, págs. 24-48.

1930 – *Ação católica no domínio do pensamento* – *Anais da Sociedade Jurídica S. Ivo*, vol. I, págs. 146-153 (conferência).

Notas de deontologia médica – *O Abôrto* – *A Ordem*, abril de 1930, págs. 87-94.

1931 – *Ensino Religioso e Ensino Leigo* – *Hierarquia*, agosto de 1931, págs. 8-12.

- A Família e o Divórcio – Hierarquia*, outubro de 1931, págs. 117-123.
- Divórcio e suicídio – A Ordem*, junho de 1931, págs. 327-339.
- Maria e alma católica – O Jornal*, 14 de junho de 1931.
- 1932 – *Progresso e tradição em Pedagogia – Boletim da Associação de Professores Católicos*, junho de 1932, págs. 2-3.
- O Divórcio, Lição dos fatos – Reação*, Manaus, 3 de julho de 1932.
- Unidade e dispersão em Pedagogia – Boletim da Associação de Professores Católicos*, setembro de 1932, págs. 17-18.
- Os Católicos e o Voto – Jornal do Comércio*, 2 de novembro de 1932.
(conferência), e *A Cruz*, 2 de setembro de 1945.
- Rui Barbosa e a Co-educação – Boletim da Associação de Professores Católicos*, novembro de 1932, págs. 34-35.
- Alguns aspectos da Ação Católica no domínio do pensamento – Anais da Sociedade Jurídica S. Ivo*, vol. I, 1927-1932, págs. 148-153.
- Psicologia da Criança – Natal*, dezembro de 1932, págs. 24-25.
- 1933 – *Unidade nacional e ensino religioso – Boletim da Associação de Professores Católicos*, março de 1933, págs. 21-23.
- Pedagogia Social – Boletim da Associação de Professores Católicos*, julho de 1933, págs. 53-55, e *Diário de S. Paulo*, 29 de julho de 1933.
- O Problema Brasileiro da Educação – Entrevista à Nação*, 12 de fevereiro de 1933.
- 1934 – *Sociologia e pedagogia – Revista Brasileira de Pedagogia*, fevereiro de 1934, págs. 2-6.
- O ensino religioso na nova Constituição, 1ª. Parte – Revista Brasileira de Pedagogia*, vol. II, págs. 81-89 (agosto de 1934).
- A alma cristã de Calógeras – Na coletânea Calógeras na opinião de seus contemporâneos e no Diário da Noite*, S. Paulo, 24 de julho de 1934.
- 1935 – *O ensino religioso na nova Constituição – Revista Brasileira de Pedagogia*, t. III, págs. 241-249.
- 1936 – *Sturm e a pedagogia dos Jesuítas – Revista Brasileira de Pedagogia*, t. VI, págs. 1-7.
- Exame pré-nupcial – A Ordem*, setembro de 1936, págs. 151-165.

1937 – *Ensino religioso – Boletim Catequético de belo Horizonte*, outubro de 1937, págs. 6-7.

1938 – *Ação Católica – Ação Católica*, órgão da Ação Católica Brasileira, setembro de 1938, págs. 5-7.

A Alma da Ação Católica – Boletim Oficial da Ação Católica Brasileira, novembro de 1938, págs. 69-72.

A Igreja e o Divórcio – A União, 20 de novembro de 1938.

1940 – *A Conquista de Jesus – A Ordem*, outubro de 1940, págs. 277-286.

Personalidade e disciplina na Companhia de Jesus – Estudos Brasileiros, julho-agosto de 1940, págs. 121-125.

A crise da família à luz das estatísticas – Revista Brasileira de Estatística, t. I, págs. 36-51.

A disciplina – Boletim da Associação de Professores Católicos, págs. 1-3, 17-19, 33-35 e 69-71.

1941 – *O problema da cultura – Boletim da Associação de Professores Católicos*, 1941, págs. 17-18.

As Faculdades Católicas – Entrevista ao Correio da Manhã, 1º de janeiro de 1941.

1942 – *Reforma do ensino secundário – Jornal do Comércio*, 26 de abril de 1942.

Formar o homem é prepará-lo para a vida – A Noite, 7 de julho de 1942.

Estatística e moral – Revista Brasileira de Estatística, ano III, julho-setembro de 1942, páginas 409-416.

Um livro oportuno – Jornal do Brasil, 21 de outubro de 1942.

O homem moderno – Boletim da Associação de Professores Católicos, ano V, nº 2, págs. 17-18.

1943 – *Constituição da Humanidade - Boletim da Associação de Professores Católicos*, ano VI, nº 1, págs. 1-3 e 14-16, e *Jornal do Comércio*, 18 de abril de 1943. Discurso na abertura dos cursos. Cfr. *Anuário das Faculdades Católicas*, de 1943.

A consagração suprema da liberdade humana - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano VI, nº 2, págs. 17-19.

Santo Inácio, homem de ideal – A Vitória, 31 de julho de 1943, pág. 1.

A educação no lar em face do divórcio - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano VI, nº 3, págs. 33-35. (excerto de *O Divórcio*).

1944 – *A Universidade e o Patrimônio da nossa Civilização – Boletim da Associação de Professores Católicos*, ano VII, nº 2, págs. 17-19 e 29-31, e *Jornal do Comércio*, 26 de março de 1944. Discurso na abertura das aulas. Cfr. *Anuário das Faculdades Católicas*, de 1944.

Particularismos irredutíveis e Universalismo cristão. - Boletim da Associação de Professores Católicos, ano VII, nº 3, págs. 33-35.

1945 – *O Papa, hoje e sempre – A Vitória* (órgão dos alunos do Colégio Santo Inácio), V, nº 4, julho de 1945, pág.1.

1948 – *O Ensino no Brasil* – “Servir”, relatório de 1948 da A.E.C., março de 1949, págs. 9-12.

? – *InSTRUÇÃO e EDUCAÇÃO* – Resposta ao inquérito organizado pelo *O Jornal* (manuscrito).

ARTIGOS NO “VERBUM”

T. I (1944) – *Verbum* (apresentação), págs. 3-6.

Catolicismo e Totalitarismo, págs. 203-227. Publicado também em separata e transcrito pelo *O Legionário*, de S. Paulo, *Revista Escolástica Brasileira*, de Petrópolis, *Boletim Mensal*, órgão da Arquidiocese de Olinda-Recife, Instituto de Cultura Interaliada, Rio.

JOHN LA FARGE S.J., *The Race Question and the Negro* (resenha), págs. 86-87.

THEDORO BRANER, *Thomistic Principles in a Catholic School* (resenha), pág. 88.

F. CHARMOT S.J., *A Estrada real da inteligência* (resenha), págs. 190-191.

T. II (1945) – *Ateísmo militante*, págs. 245-265.

PE. DR. M. TEIXEIRA-LEITE PENIDO, *O Corpo místico* (resenha), págs. 102-103.

- FULTON J. SHEEN, *Philosophies at War* (resenha), pág. 104.
- RICARDO PATTEE, *El Catolicismo en Estados Unidos* (resenha), págs. 443-445.
- PAULO SIWEK, *A psicanálise* (resenha), página 445.
- T. III (1946) – VERNON J. BOURK, PH. D., *Thomistic Bibliography* (resenha), pág. 66.
- T. IV (1947) – ANTONIO GOMES ROBLEDO, *La Filosofia em el Brasil* (resenha), págs. 57-77.
- Preito de saudade* (fasc. III, setembro), pág. 3.
- T. V (1948) – *Humanismo e Idade Moderna*, págs. 347-357.
- JULES LEBRETON S.J., *Lumen Christi* (resenha), pág. 72.

4 – SERMÕES, DISCURSOS E CONFERÊNCIAS ¹

- 1906 – 14-X – *The Sparrows*, alegoria (na festa do Reitor). ¹
- 1907 – 15-V – *La Marseillise* (nas 1^{as} dignidades escolares). ¹
- 31-VII – Discursinho na festa de Santo Inácio. ¹
- 1908 – 21-VI – Discursinho na festa de S. Luís. ¹
- 1910 – 28-VIII – Sermãozinho sobre *Mater Pietatis*. ²
- 1911 – ? – Sermãozinho sobre Santo Estanislau. ²
- 1912 – 3-VII – Exortação sobre a modéstia (a congregados). ²
- 20-VIII – Panegírico de *Mater Pietatis*. ²
- 3-XII – Panegírico de S. Francisco Xavier. ²
- 1913 – 18-IV – Sermão sobre as riquezas (composto em Roma). ²
- 25-XII – Sermão do Natal (composto em Roma). ²
- ? – Sermão sobre as tentações. ²
- 1914 – 1-I – Exortação sobre o ideal da Companhia de Jesus (em Italiano). ²
- 23-IX – Conferência sobre o respeito humano (para estudantes). ²

¹ 1 Não encontrado.

² Conservado inédito.

³ Já publicado.

15-X – Dissertação *La libertà e il moderno determinismo scientifico* (em italiano).²

30-XI – Exortação sobre os benefícios da Encarnação.²

1915-1919 – Cinco discursinhos de ocasião.²

1918 (pronunciada?) – *O positivismo – Filosofia sem princípios* (conferência).³

1919 - – duas conferências sobre Liberdade e Determinismo: I – A vontade. II – A Liberdade.²

1920 – 15-XI – Discursinho de despedida dos Congregados. Cfr. pág. 469.

1921 – 6-III – Prática sobre o apostolado da Juventude.²

1922 – 6-I – Sermão Latino sobre o ideal do apostolado.²

4-XI – Conferência sobre a Alma da Civilização brasileira (Roma, no Colégio Pio Latino-Americano).²

..... – Conferência: *La moralità dei popoli cattolici e protestanti*.²

² 1923 – 27-VII – Discurso na Ordenação Sacerdotal (em Italiano). Cfr. pág. 471.

1925 – 1-XI – Sermão sobre a festividade de Todos os Santos.²

X-II – Conferência sobre Ação Católica e Congregações Marianas (aos Congregados);³ (Estréla do Mar, 3 de abril de 1926).

1926 – 2-II – Discurso na festa de sua Profissão. Cfr. pág. 474.

12-XI (?) – Alocução aos antigos alunos (ou 16 de julho de 1937 ?).²

1927 – 28-VI – Alocução numa entronização do Coração de Jesus – I.²

5-IX – Discurso na inauguração de uma Sede de Bandeirantes.²

30-IX – Alocução matrimonial – I.²

6-XI – Conferência sobre a Ação Católica (aos Congregados);² (repetida no Sacré Cuer, 21 de abril de 1928).

1928 – 21-XI – Conferência sobre a Vida Interior (Colégio Sacré Cuer).¹

1929 – 25-III – Alocução matrimonial – II (repetida mais de três vezes).²

28-VII – Alocução numa entronização do Coração de Jesus – II.²

30-X – Alocução matrimonial – III (repetida mais de três vezes).²

8-XII – Exortação: A Imaculada Conceição (no Sacré Cuer, às Filhas de Maria).

² 1 Não encontrado.

2 Conservado inédito.

3 Já publicado.

- – Homilia no III domingo da Quaresma, sobre a felicidade.²
- – Discurso agradecendo uma manifestação. Cfr. pág. 479.
- 1930 – 21-V – Alocução: A Ação Católica no domínio do pensamento (À Sociedade Jurídica S. Ivo)³ - *Anais da Sociedade Jurídica Santo Ivo*. – I (1927-1932), página 146.
- 11-XII – Sermão na missa dos bacharelados de Direito (na Faculdade de São Paulo).²
- 1931 – 7-II – Conferência: A Caridade como fator da reforma social (em Lambari, Minas Gerais).²
- 7-IX – Sermão na missa dos bacharelados de Direito (na Candelária).²
- 9-X – Conferência: O reinado de Cristo, na família (Na Igreja de S. Francisco de Paula).²
- 1932 – 15-V – Conferência: Co-educação – aspecto psicológico (para a Associação de Professores Católicos).²
- ³ 24-V – Conferência: Universidade católica (no salão de Belas Artes).²
- 30-X – Conferência: O voto e a consciência (à Confederação católica).³
- 1933 – 26-III – Alocução matrimonial – IV (repetida mais de vêzes).²
- 3-IX – Discurso: A Trilogia Eucarística da Igreja, Pátria e Família (no 1º Congresso Eucarístico Nacional da Bahia)³ - *Anais do Congresso*, 1936.
- 16-X – Conferência: O catolicismo na Alemanha (no Teatro Municipal).
- – Conferência: Catolicidade e Integridade (não pronunciada).²
- 1934 – 16-I – Alocução matrimonial – V (resumida noutra – VII).²
- 19-III – Conferência sobre o centenário de Anchieta (no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro).³
- 11-VII – Alocução matrimonial – VI (repetida outra vez).²
- 29-IX – Alocução: Indissolubilidade do casamento (no Círculo Católico, à Sociedade Jurídica S. Ivo).²
- 1936 – – Alocução na missa das bodas de prata do casamento do Dr. Gouvêa.²
- 1939 – 2-II – Prática sobre a Purificação N. Senhora e Apresentação do M. Jesus (no Instituto Social).²

³ 2 Conservado inédito.

3 Já publicado.

1941 – 28-VII – Três conferências: Cristo e o Indivíduo, Cristo e a Sociedade e a Eucaristia, Salvação do Indivíduo e da Sociedade, feitas para o Congresso Eucarístico de S. Paulo, mas não pronunciadas.³ - *Mensageiro do Coração de Jesus*, novembro-dezembro de 1951, janeiro de 1952.

10-VII – O Problema da Família (ao Círculo de Bandeirantes Casadas, Matriz de Santa Teresinha).²

29-XI – Conferência: A Crise do Mundo Moderno (na casa do Dr. Paula Machado).²

1946 – 2-VI – Sermão na Páscoa dos intelectuais (na Candelária).²

16-IX – Alocução aos capelães militares (na 1.^a Semana Nacional do S.A.R.).³ - *Boletim do S.A.R.*, dezembro de 1946.

XI – Conferência: *Rumos da democracia* (no Itamarati).³ - *Jornal do Comércio*.

1940-1948 – Umas 50 alocuções ou pequenos discursos de ocasião (como na abertura e encerramento de cursos, em visitas de personagens, etc.).

CONFERÊNCIAS PEDAGÓGICAS⁴

Às Professoras públicas e normalistas do Colégio Sacré Coeur de Jesus

1928 – 21-IV – A Ação católica.

17-V – Educação (noções).

6-VI – Da Escola Leiga – I. Impossível.

10-VIII – Da Escola Leiga – II. Anti-social e moral.

20-IX – Da Escola Leiga – III. Solução jurídica A.

10-X – Da Escola Leiga – IV. Solução jurídica B.

1929 – 18-IV – Ação Católica no Campo Escolar.

23-V – Co-educação dos sexos – I. Aspecto psicológico.

20-VI – Co-educação dos sexos – II. Higiênico e moral.

⁴ Conservadas inéditas.

- 18-VII – Co-educação dos sexos – III. Lições da Existência.
- 22-VIII – Ensino do Catecismo.
- 19-IX – Moral leiga – I (E os destinos do homem).
- 17-X – Moral leiga – II (E o dever).
- 21-XI – Moral leiga – III (E a sansação).
- 1930 – 10-IV – A educação moderna.
- 8-V – A vontade.
- 12-VI – A liberdade.
- 10-VII – Determinismo.
- 14-VIII – Campo da liberdade.
- 18-IX – Educação da vontade – I. Princípios diretores.
- 9-X – Educação da vontade – II. Meditação.
- 20-XI – Educação da vontade – III. Ideal.
- 1931 – 9-IV – Renascença da pedagogia católica.
- 14-V – Ensino religioso.
- 11-VI – Unidade da pedagogia católica.
- 9-VII – O Divórcio.
- ?-VIII – O Divórcio.
- ?-IX – O Divórcio (as do Centro D. Vital).
- 14-X – A missão do Professor (alocução à Associação de Professores Católicos no Círculo Católico).
- 1932 – 14-IV – A família na educação.
- 12-V – Escola ativa – I. Conceitos.
- 9-VI – Escola ativa – II. Instituição e trabalho manual.
- 14-VII – Escola ativa – III. Educação da inteligência.
- 11-VIII – Escola ativa – IV. Disciplina.
- 8-IX – Escola ativa – V. Sanções na educação.
- 13-X – Escola ativa – VI. Autoridade e liberdade.
- 10-XI – Escola ativa – VII. Natureza da criança – pecado original.
- 1933 – 20-IV – Ação Católica e educação.
- 11-V – Escola Nova e Pedagogia Social.
- 8-VI – Pedagogia Social.
- 13-VII – Pedagogia Socialista.

- 10-VIII – O Pensamento Social (síntese tomada na idéia de pessoa).
- 12-X – Educação Social – I. Nas disciplinas e no regulamento.
- 9-XI – Educação Social – II. A alma da pedagogia social.
- Exposição de motivos para excluir dos programas escolares a educação sexual coletiva.
 - Memorial sobre os bailes de formatura (22 de junho de 1944).

CONFERÊNCIAS PARA O CENTRO D. VITAL⁵

1929 – 3-V – Ação Católica.

- 31-V – A Fé (noção e natureza).
- 28-VI – A Fé na divindade de Cristo.
- 26-VII – Divindade da Igreja.
- 29-VIII – Objeto de Fé – Mistério.
- 27-IX – Necessidade moral de revelação.
- 25-X – Ciência e Fé – I. Sábios e crentes.
- 29-XI – Ciência e Fé – II. Parte teórica (repetida na Bahia).

1930 – 28-V – A vontade e a Fé (aspecto moral do problema religioso).

- 25-VI – Obstáculos morais à Fé – I. O orgulho.
- 25-VII – Obstáculos morais à Fé – II. A sensualidade.
- 29-VIII – Obstáculos intelectuais – I. A ignorância religiosa.
- 26-IX – Obstáculos intelectuais – II. O preconceito, o racionalismo.
- 31-X – Perda da Fé (estado psicológico de apostasia).
- 28-XI – Conquista da Fé (psicologia da conversão).

1931 – 29-V – A família (constituição e finalidade).

- 27-VI – O divórcio (aspecto jurídico-social) (três vezes repetida).
- 24-VII – O divórcio e a prole.
- 28-VIII – O divórcio e a felicidade conjugal.
- 25-IX – O néo-maltusianismo – I. Aspecto moral.

⁵ Conservadas inéditas.

- 30-X – O néo-maltusianismo – II. Conseqüências higiênicas psicológicas e sociais.
- 27-XI – Defesa da família contra o individualismo.
- 1932 – 27-V – Deus – a questão fundamental.
- 24-VI – A negação materialista.
- 29-VII – O agnosticismo positivista (Comte).
- 26-VIII – O agnosticismo empirista (Hume).
- 30-IX – O agnosticismo de Kant.
- 28-X – Princípio de causalidade.
- 25-XI – O ateísmo.
- 1933 – 26-V – Anti-intelectualismo moderno e existência de Deus.
- 30-VI – Demonstração da existência de Deus pelo movimento.
- 28-VII – Argumento da contingência.
- 25-VIII – Teleologia cósmica – I. Argumento clássico da finalidade.
- 29-IX – Prova teleológica – II. Explicação do fato da ordem.
- 27-X – Desordens cósmicas.
- 24-XI – O problema do mal
- – Argumento deontológico (não foi pronunciada?).

INSTRUÇÕES AOS CONGREGADOS MARIANOS⁶

- 1929 – 19-IV – O que é a Congregação Mariana.
- 3-V – Congratulação aos dignatários novos.
- 4-VI – Oração diária.
- 11-VI – Missa.
- 2-VII – Missa.
- 9-VII – Fim e vantagens da Congregação.
- 16-VII – Vocação e escolha de estado.
- 6-VIII – MÁS companhias.

⁶ Não encontradas.

- 20-VIII – Autoridades e obediência.
- 27-VIII – Más leituras.
- 10-IX – Boas leituras.
- 17-IX – O trabalho.
- 24-IX – O estudo.
- 1-X – Devoção a Maria.
- 22-X – Formação do caráter.
- 29-X – Missões e espírito missionário.
- 5-XI – As férias.
- 12-XI – Fidelidade ao dever.
- 1931 – 10-IV – Fim e razão de ser das Congregações.
- 20-IV – Deus no Colégio cristão.
- 27-IV – Devocão a Maria. Mês de maio. Luta contra as más conversas.
- 8-VI – A autoridade no colégio.
- 13-VII – Respeito e obediência à autoridade.

CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO DE FORMAÇÃO FAMILIAR E SOCIAL⁷

- 1937 - X – Leituras (regras de consciênciia).
- 11-XI – Leitura de romances.
- 1938 – 5-IV – Formação.
- 19-IV – O ideal (repetida duas vêzes).
- 4-V – Escolha do ideal (repetida mais de três vêzes).
- 25-V – Meditação.
- 1-VI – Boas leituras – I.
- 4-VII – Boas leituras – II.
- 19-VII – A vontade.
- 2-VIII – Livre arbítrio – 1^a. prova (teste da consciênciia).
- 25-VIII – Livre arbítrio – 2^a. prova.

⁷ Conservadas inéditas.

- 13-IX – Determinismo (causas e formas várias).
- 27-IX – Determinismo psicológico e teológico.
- 3-X – Determinismo filosófico.
- 25-X – Campo da liberdade – I. Condições gerais do exercício.
- 21-XI – Campo da liberdade – II. Influência na inteligência.
- 28-XI – Campo da liberdade – III. Influência sobre as paixões.
- 1939 – 18-IV – Adolescência.
- 9-V – Noção de pessoa.
- 23-V – Grandeza espiritual.
- 6-VI – Liberdade de espírito.
- 25-VII – Conhecimento de si mesmo – I.
- 8-VIII – Conhecimento de si mesmo – II.
- 22-VIII – Ascese.
- 5-IX – Hábito – I.
- 19-IX – Hábito – II.
- 3-X – Hábito – III.
- 25-X – Educação da personalidade e família.
- 7-XI – Família – Constituição natural.
- 21-XI – Divórcio (repetida várias vezes).
- 1940 – 16-IV – O problema da vida.
- 30-IV – A Igreja – O fato de sua existência.
- 11-V – A Igreja e a Civilização – I. (só em esboço, com muitas referências).
- 28-V – A Igreja e a Civilização – II. (*idem*).
- 11-VI – A Igreja – Sua origem (*idem*).
- 9-VII – Poderes da Igreja – I. Poderes de jurisdição (*idem*).
- ?..... – Poderes da Igreja – II. Poderes de magistério (*idem*).
- ?..... – Divindade da Igreja (a mesma do Centro D. Vital, 1929).
- 18-VII – Espiritismo – Os fatos.
- ?..... – Espiritismo – Explicação naturalística (esquemático).
- ?..... – Espiritismo – Explicação espírita (*idem*).
- 30-X – Espiritismo e Cristianismo (*idem*).
- 27-XI ? – Espiritismo no Brasil (*idem*).

1941 – 15-VII – Leitura – I. Regras de consciência. O índice dos livros proibidos (repetida de 1937).

22-VII – Leitura – II. Romances (repetida de 1937).

CONFERÊNCIAS REPETIDAS⁸

A vontade:

8-V-1930 – No Colégio Sacré Coeur.

19-VII-1938 – No Instituto Social.

Ciência e fé (doutrina):

29-XI-1929 – Ao Centro D. Vital.

8-IX-1933 – Na Bahia.

O divórcio (aspecto jurídico social):

27-VI-1931 – Ao Centro D. Vital.

9-VII-1931 – No Colégio Sacré Coeur.

21-XI-1939 – No Instituto Social.

16-I-1940 – À Liga das Senhoras Católicas.

Co-educação (aspecto psicológico)

23-V-1929 – No Colégio Sacré Coeur.

15-V-1932 – À Associação de Professores Católicos.

O ideal (educação da vontade):

⁸ Conservadas inéditas.

20-XI-1930 – No Colégio Sacré Coeur.

19-IV-1938 – No Instituto Social.

31-V-1939 – No Instituto Santa Úrsula.

Escolha do ideal:

4-V-1938 – No Instituto Social.

28-IX-1939 – No Instituto Santa Úrsula.

6-XII-1939 – No Colégio Sacré Coeur de Jésus.

12-XII-1939 – No Colégio Sacré Coeur de Marie.

O divórcio e a prole:

24-VII-1931 – Ao Centro D. Vital.

VIII-1931 – No Colégio Sacré Coeur.

O divórcio e a felicidade conjugal:

28-VIII-1931 – Ao Centro D. Vital.

IX-1931 – No Colégio Sacré Coeur.

Meditação (para educação da vontade):

9-X-1930 – No Colégio Sacré Coeur.

25-V-1938 – No Instituto Social.

Divindade da Igreja:

26-VII-1929 – Ao Centro D. Vital.

VII-1940 – No Instituto Social.

Ação católica:

6-XI-1927 – Aos Congregados de N. S. da Vitória.

21-IV-1928 – No Colégio Sacré Coeur.

3-V-1929 – Ao Centro D. Vital.